

Caderno de /

VOL. 3/4
N. 2/1
JUL/DEZ
1996
JAN/JUN
1997
ISSN
0104-8708

HISTORIA

7





CADERNO DE HISTÓRIA

jul./dez. 1996; jan./jun/ 1997



CCHLA

EDUFRN - EDITORA da UFRN
NATAL-RN

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Ivonildo do Rêgo
Vice-Reitor: Otom Anselmo de Oliveira

EDUFRN - EDITORA DA UFRN
Diretor: Pedro Vicente Costa Sobrinho

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
Diretora: Zeneide Ferreira Alves
Vice-diretor: Sônia Maria de Oliveira Othon

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Chefe: Francisco Fernandes Marinho
Vice-chefe: Maria Ferdinanda S. da Cruz

COMISSÃO EDITORIAL
Raimundo Pereira Alencar Arrais
Hélder do Nascimento Viana
Zoroastro Ramos Cardoso

CONSELHO CONSULTIVO
Almir de Carvalho Bueno
Denise Mattos Monteiro
Maria Emília Monteiro Porto
Marlene da Silva Mariz
Paulo Tadeu de Souza Albuquerque
Wicliffe de Andrade Costa
Brasília Carlos Ferreira
José Antonio Spinelli
Maria da Conceição de Almeida Moura
Marc Jay Hoffnagel (UFPe)
Michel Zaidan Filho (UFPe)
Marcos Antônio da Silva (USP)

NORMALIZAÇÃO

Francisca Aurinete Girão Barreto da Silva

CADERNO DE HISTÓRIA/UFRN, revista editada pela
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de História
Campus Universitário s/n
Lagoa Nova Natal RN 59072-970

COMPOSIÇÃO: Textos Informática

CAPA: Emanuel do Amaral

APOIO: Cooperativa Cultural/UFRN

CATALOGAÇÃO BIBLIOGRÁFICA: Terezinha de Jesus Silva

Catálogo na Publicação. UFRN. Biblioteca Central "ZILA MAMEDE". Divisão de Processos Técnicos.

Caderno de história - UFRN — v. 3/4, n. 2/1 (jul./dez. 1996; jan./jun. 1997)
— Natal: UFRN. EDUFRN - Editora da UFRN, 1998

RN/UF/BCZM

94/13

CDU 93 (05)



CADERNO DE HISTÓRIA

Volume 3/4, número 2/1, julho/dezembro 1996; janeiro/junho 1997

SUMÁRIO



A QUESTÃO "SINIMBU" E A POLITICAGEM DA GRANDE SECA NO RIO GRANDE DO NORTE Gerald Michel Greenfield	7
O RIO GRANDE DO NORTE E O MOVIMENTO DE 1817 Marlene da Silva Mariz	31
O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907 Karla Menezes.....	41
A FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO RIO GRANDE DO NORTE Gessiane Guedes Bandeira	30
O SINDICALISMO SALINEIRO NO RIO GRANDE DO NORTE (1964-1974) Francisco Carlos Oliveira de Sousa	70
IMPRENSA E PROPAGANDA POLÍTICA NO RIO GRANDE DO NORTE (1934-1945) Jailma Maria de Lima	91
A POLÍTICA PERSONALISTA NO RN NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX Sérgio Luiz Bezerra Trindade.....	115
O PENSAMENTO E AÇÃO POLÍTICA DE BENJAMIN CONSTANT E A REPÚBLICA NO BRASIL Almir de Carvalho Bueno.....	133

Cad. Hist.	Natal	v. 3/4	n. 2/1	p. 7-209	jul./dez.; jan./jun.	1996/1997
------------	-------	--------	--------	----------	----------------------	-----------

ALEXIS DE TOCQUEVILLE: os limites da democracia e do igualitarismo	
Helder Bezerra Teixeira	145
IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA PESADA NA SEGUNDA METADE DOS ANOS CINQUENTA	
Wanderleya Farias Martins	163
O MODERNO E O TRADICIONAL NO RECIFE DOS ANOS 20: a poesia de Joaquim Cardozo	
Flávio Weinstein Teixeira	173
AS VOZES DA CIDADE: Mário Sette e a modernização do Reci- fe no início do século XX	
Raimundo Pereira Alencar Arrais	184
A GUERRA DE TRÓIA VISTA SOB UM NOVO ÂNGULO	
Milena Larissa Varrella de Azevedo	199

Editorial



Nestes dois números *Caderno de História* realiza plenamente o programa estabelecido na sua origem: incentivar, acolhendo, a produção historiográfica de professores, alunos, pesquisadores. Reunindo, predominantemente, pesquisas centradas em temas regionais, elaboradas em boa parte como requisito para conclusão da graduação, ou como embrião de projetos destinados à pós-graduação, o *Caderno* está contribuindo também com uma das finalidades precípuas do curso de História, ao orientar novas vocações para o conhecimento histórico da nossa sociedade.

Para sobreviver aos tempos difíceis que afetam a Universidade e repercutem no Departamento de História sob a forma de escassez de profissionais – decorrente dos afastamentos para qualificação e das aposentadorias – e da falta de recursos, o *Caderno de História* circulará daqui por diante com apenas um número por ano.



Editorial

de la biblioteca de la Universidad de Chile

La biblioteca de la Universidad de Chile, en el curso de su historia, ha pasado por etapas de desarrollo que han permitido su crecimiento y su consolidación como una de las bibliotecas más importantes del país.

En el presente se publica el primer número de la revista "Estudios Bibliográficos", que tiene como objetivo principal difundir los trabajos de investigación en el campo de la bibliotecología y de la historia de la biblioteca. Esta revista es el resultado de un proyecto que ha sido desarrollado en colaboración con el Departamento de Historia de la Universidad de Chile, y que tiene como finalidad promover el estudio de los problemas bibliotecarios y de la historia de la biblioteca en Chile y en el extranjero. La revista será publicada trimestralmente y tendrá un formato de 16 páginas. Los trabajos que se aceptan para su publicación deben ser originales y no haber sido publicados anteriormente. Los interesados en enviar trabajos deben dirigirse al Departamento de Historia de la Universidad de Chile, Casilla 136, Santiago, Chile.



Para obtener más información sobre esta revista, consulte el folleto informativo que se encuentra en la biblioteca de la Universidad de Chile. Este folleto también contiene información sobre los servicios de la biblioteca y sobre los recursos disponibles. La biblioteca de la Universidad de Chile es un organismo autónomo que depende del Rectorado de la Universidad de Chile. Su misión es proporcionar a la comunidad universitaria los servicios bibliotecarios necesarios para el desarrollo de sus actividades académicas y de investigación. La biblioteca de la Universidad de Chile cuenta con una colección de más de 1.5 millones de volúmenes, que incluye libros, revistas, periódicos, folletos, mapas, grabaciones y documentos electrónicos. Además, la biblioteca ofrece servicios de préstamo, de referencia y de información, así como servicios de conservación y de restauración de documentos.

A QUESTÃO "SINIMBU" E A POLITICAGEM DA GRANDE SECA NO RIO GRANDE DO NORTE*

Gerald Michel Greenfield
University of Wisconsin - Parkside

Como prosseguiu a ausência de chuvas, a falta de inverno de 1877 tornou-se uma grande seca que afligiu as províncias do Norte até 1880. Conhecida na época como "a seca do Ceará", a "grande seca de dois setes" afetou vigorosamente o Rio Grande do Norte e, numa menor extensão, Piauí, Paraíba, Alagoas e Pernambuco.¹ A Seca teve início no período em que o ministério Conservador do Duque de Caxias encontrava-se no poder, mas em janeiro de 1878 Dom Pedro II voltou-se para os Liberais, chamando o alagoano João Lins Vieira Cansação Sinimbu para organizar um novo ministério. Fora do poder desde a queda de Zacarias, em 1868, o programa geral dos Liberais negociou a questão política nacional da reforma eleitoral e estabilidade fiscal. A seca contínua, todavia, não pôde ser ignorada. Em parte, notícias de padecimentos coletivos – relatos de ossadas de retirantes irrompendo da terra estorricada – forçaram o governo a agir. Em parte, contudo, os imperativos políticos comandaram as ações. De início fora do poder, os Liberais criticaram ferozmente os Conservadores pelo "abandono" das províncias do Norte. Agora sua própria retórica os forçava a agir. Além disso, os recém-eleitos representantes das províncias do Norte na Câmara dos Deputados cobravam uma ação, como fizeram os poderosos chefes Liberais daquelas províncias. Além de algumas considerações humanitárias, questões de clientelismo, oportunidade de especulação e a possibilidade de obter recursos para os melhoramentos materiais há muito solicitados, mas adiados, impulsionaram os pedidos de auxílio. Sinimbu certamente não

* Traduzido por Raimundo Arrais.

¹ Sobre a Grande Seca ver ALVES, Joaquim. *História do Ceará: história das secas (séculos XVII a XIX)*. e GREENFIELD, Gerald M. *The Great Drought and elite discourse in Imperial Brazil, Hispanic American Historical Review*, v. 6, n. 3, p. 431-449, 1992.

pôde se dar ao luxo de indispor-se com os Liberais, seja na Assembléia Legislativa Nacional, seja nas províncias, uma vez que necessitou do apoio deles para realizar rapidamente sua suspirada meta de reforma eleitoral. Mas influenciado pelas correntes predominantes da ciência e da filosofia evolucionista européias e pela preocupação interna com a questão do controle do trabalho e da ameaça representada pelas massas ociosas, o ministério Sinimbu privilegiou o estímulo ao trabalho, opondo-o à caridade.² Assegurar oportunidades de trabalho para retirantes tornou-se assim um traço central de sua política.

Entre as múltiplas iniciativas – como gasto maciço em obras públicas como estradas, ferrovias e construção de açudes e represas – a idéia do reassentamento de retirantes através da criação de núcleos agrícolas, ou colônias, teve forte apelo. Numa perspectiva filosófica, semelhantes colônias permitiriam aos sertanejos dispersos prover sua própria subsistência, inculcando neles uma ética do trabalho, algo que naquela época se considerava ausente das massas brasileiras, na perspectiva das elites, o que foi chamado por Lúcio Kowarick de ideologia de vadiagem. Através do trabalho as massas ganhariam o aperfeiçoamento moral e a própria nação, o progresso. Na sociedade aflita com o controle social e temeroso das "classes perigosas", massas de retirantes sem instrução, amontoadas nas cidades do litoral, numa aparente ameaça à ordem pública. Numa perspectiva regional tais colônias experimentaram a longa permanência de ressentimentos em relação aos gastos do governo imperial com os núcleos coloniais de estrangeiros, todos localizados no sul. Ainda que esses temas gerais animassem a política, na política cotidiana das províncias, questões de poder, clientelismo e lucro eram mais determinantes. A maioria das províncias nordestinas passou pela experiência dessas colônias, mas quase todas fracassaram. Aqui vou explorar a realidade provincial do Rio Grande do Norte, através de um determinado núcleo chamado colônia "Sinimbu".

Atuando na pequena, pobre e inexpressiva província, os típicos políticos norte-riograndenses tiveram poucas oportunidades de clientelismo e lucros financeiros. Projetos amplos, trabalhos incluídos na cate-

² Para uma interessante discussão sobre a questão de raça, trabalho e progresso, ver SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*.

goria de "obras gerais" fundadas pelo governo central, ofereciam as maiores possibilidades de lucros. Mas quase tudo foi para as províncias mais poderosas, as quais deixaram somente as rendas provinciais, que permaneceram exíguas, dado o pequeno movimento comercial do Rio Grande do Norte. Na realidade, os anos imediatamente anteriores à seca, não haviam sido os únicos negativos para as finanças da província. Dirigindo-se à Assembléia Legislativa em outubro de 1876, o presidente da Província, Antônio dos Passos Miranda, aludindo especificamente à história recente do declínio das rendas, que resultaram em deficits no orçamento, referiu-se à "questão financeira, origem única dos males que affligem a provincia, causando serios embaraços no seu presente e impedindo qualquer tentativa favorável ao seu futuro."³ Ele notou igualmente que vários empregados provinciais não haviam recebido salários, a polícia não tinha sido guarnecida com uniformes, e que os esforços para garantir um empréstimo tinham fracassado.⁴ Passos Miranda além disso apontou problemas na infra-estrutura da província em relação a calçamento de estradas, provisão de água potável, edifícios públicos inadequados, etc.⁵ Seu predecessor imediato notou os problemas econômicos causados pela ausência de estradas decentes, de ferrovias, e a necessidade de melhorias nos portos de Natal e Mossoró.⁶ Antes da seca, os gastos imperiais destinados ao Rio Grande do Norte foram quase exclusivamente para pagar os salários de inúmeros empregados públicos. Em março de 1877, antes do auxílio imperial, o Ministro do Império despendeu somente quatro contos no Rio Grande do Norte, soma que incluía um adicional para combate a uma epidemia. Em outubro daquele ano, os gastos do Império tinham subido e decuplicado.⁷ E, o que era tão-

³ FALLA com o Exm^o. Sr. Dr. Antonio dos Passos Miranda abriu a Primeira sessão da vigesima primeira legislatura da assembléia provincial do Rio Grande do Norte em 17 de outubro de 1876. Rio de Janeiro, Typ. Americana, 1877, p. 1.

⁴ *Ibid.*, p. 24, 27-29.

⁵ *Ibid.*, p. 24.

⁶ FALLA com que o Exm^o. Sr. Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho abriu a Primeira sessão da vigesima legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte em 13 de julho de 1874. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1874, p. 41, 47.

⁷ Contadoria da Tesouraria da Fazenda, Rio Grande do Norte, 9 de março 1877; *Ibid.*, 17 abril; Arquivo Nacional. Rio de Janeiro, Ministério do Império, Correspondência do Presidente da Província. (citado daqui por diante como NA, Presidentes), IJJ9/389.

somente o prelúdio do modelo dos presidentes, abriu extraordinários créditos, e um gasto com o fim da seca de aproximadamente 7.000 contos.⁸ Este novo e abundante fundo, seja para o auxílio de comissões, projetos de obras públicas ou colônias de retirantes, multiplicou largamente as possibilidades para o clientelismo. Além disso, no contexto da província pobre, aquelas somas de dinheiro verdadeiramente fabulosas serviam de convite aberto à fraude e forneciam alimento para os ávidos bem-relacionados membros da elite provincial.

Em outubro de 1877 o Presidente da Província, o Conservador José Nicolau Tolentino de Carvalho, aproximou a contínua crise fiscal e a seca, chamando-as "duas especialíssimas circunstâncias" que reduziram as rendas da província, cujas obrigações estavam se avolumando.⁹ Dois meses depois ele observou: "crescente e espantosa é a emigração para o litoral e agreste" e assinalou que Mossoró e Macau juntos contavam uma população de 30.000 retirantes.¹⁰ Aquilo representou uma cifra extraordinária, uma vez que o censo de 1872 havia estimado a população de Mossoró em torno de 8.000, e a de Macau em 4.000. Tolentino havia encorajado diretamente aquela migração, conforme explicou:

*prevendo que, nos meses de Outubro em diante seria absolutamente impossivel encontrar animaes para a conducção de cargas, expedi circulares em data de 2 de junho ultimo, ás comissões de soccorros das comarcas centraes, recommendando-lhes que persuadissem áquelles que tinham direito aos soccorros publicos da conveniencia de retirarem-se para o littoral e agreste, afim de não serem victimas de privações que não podem evitar...*¹¹

⁸ Rio Grande do Norte, *Relatório*, 1 de maio 1880, p. 12. Como mostraremos mais adiante, é impossível fixar o gasto total, visto que muitos funcionários deixavam de guardar registros, e em algumas circunstâncias, os registros desapareceram.

⁹ *FALLA com que o Exm.º Sr. Doutor Jose Nicoláo Tolentino de Carvalho abriu a Segunda sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte em 18 de outubro de 1877*. Pernambuco: Typ. De M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877, p.3.

¹⁰ TOLENTINO ao Ministro do Império. Natal, 1 dez., 1877, NA, Presidentes, IJJ9/566.

¹¹ TOLENTINO, *Falla...*, p. 49.

Tolentino relatou que as epidemias estavam presentes em todas as localidades onde retirantes se aglomeravam, observando que Macau enfrentara o pior, com 566 pessoas enfermas de "varias doenças, principalmente febres", assegurando porém ao ministro do Império que devido ao pronto socorro poucas mortes haviam ocorrido. Com relação ao socorro ele observou: "Sendo feita, com a maxima regularidade, a distribuição de viveres áquellas que reconhecidamente dellas necessitão", gabando-se de que sua província não havia registrado sequer uma única morte por fome.¹²

Quando o recém-nomeado presidente de Província, o Liberal Eliseu de Sousa Martins, tomou posse em abril de 1878, retratou uma realidade frontalmente diferente. Ele estimou que entre 80 e 100 pessoas haviam morrido de fome diariamente somente em Mossoró, e que a situação em Macau não era melhor. Apresentando um número de mais de 150.000 retirantes no litoral, ele lamentou a insuficiência da remessa do auxílio governamental. Embora reconhecendo o alto custo associado a sua política de aquisição de mercadorias de fontes privadas a crédito, ele afirmava que era o único recurso prontamente disponível para garantir o abastecimento necessário.¹³ Até então, somente os 40 dos 211 *contos* concedidos pela Comissão Central de Auxílio do Recife permaneceram no tesouro provincial, uma diferença aproximada de 200 contos de dívidas ainda restantes.¹⁴ De acordo com informações do ofício de Eliseu, o Rio Grande do Norte era uma província "caminhando para o aniquilamento".¹⁵ Ele avisou ao Ministro do Império que, dado este "estado deplorável", mesmo com o aumento das medidas de contenção, ele considerava impossível limitar os gastos.¹⁶

Além daquelas terríveis pressões da seca vigente, Eliseu de Sousa Martins enfrentou uma situação política muito complicada quando assumiu o poder no Rio Grande do Norte. A poderosa engrenagem políti-

¹² TOLENTINO ao Ministro do Império. Natal, 1 dez., 1877, NA, Presidentes, IJJ9/566.

¹³ SOUSA Martins ao Ministro do Império, 11 abr., 1878, NA, Presidentes, IJJ9/266.

¹⁴ O CONTADOR da Thesouraria de Fazenda ao presidente da província do Rio Grande do Norte, 10 abr., 1878, NA, Presidentes, IJJ9/566.

¹⁵ SOUSA Martins ao Ministro do Império, 23 abr., 1878, NA, Presidentes, IJJ9/566.

¹⁶ Ibid.

ca Conservadora teve uma década para fortalecer sua posição. Dada a natureza política da magistratura, virtualmente todos os juizes de província e procuradores distritais tinham sido indicados pelos Conservadores. Por exemplo, a reviravolta de 1876 e 1877 incluiu 8 dos 14 juizes locais e 9 dos juizes distritais.¹⁷ De fato, no seu último mês no cargo, Tolentino fez inúmeras nomeações judiciais, incluindo novos juizes municipais para Natal e Mossoró.¹⁸ Os Conservadores também garantiram várias outras vagas provinciais, incluindo postos na tesouraria. Naturalmente, também, os Conservadores dominavam muitas das comissões de auxílio estabelecidas sob Tolentino.

Os Liberais da província, presumidamente aliados de Eliseu, também enfrentavam problemas. Durante a gestão de Eliseu como presidente, Amaro Carneiro Bezerra Cavalcante e José Moreira Brandão Castelo Branco, ambos liberais, atuaram como representantes da província na Câmara dos Deputados; o Conservador Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque era seu Senador. As relações entre os três se revelavam quase sempre azedas, refletindo uma complexa rede de antagonismos, rivalidades e alianças instáveis, cujas raízes se fixavam no passado. Suas relações passadas exerceram grande impacto sobre seu comportamento durante a emergência da seca, tornando-se importante conhecer algo sobre este e outros homens que se achavam no âmago da política norte-rio-grandense. O chefe Conservador dominante, Bonifacio Francisco Pinheiro da Camara, antigo líder oficial do Partido Conservador, ocupara várias posições nos governos provinciais, mas sem aspirar títulos ou cargos.¹⁹ Ele preferiu desempenhar o papel de patriarca, prosperando e governando através de amigos e parentes.

Amaro Bezerra, um natural de Pernambuco, veio para o Rio Grande do Norte em 1848, depois de se titular bacharel pela Faculdade de Direito do Recife. Ele se tornou um firme aliado de João Valentino Dantas Pinagé, um influente Conservador no distrito da Maioridade que possuía fortes laços no oeste do sertão da província. Um matrimônio afortunado numa família influente assegurou a Amaro uma base eleitoral

¹⁷ TOLENTINO, *Falla*, 18 out., 1877, p. 11-12.

¹⁸ TOLENTINO ao Ministro da Justiça, 15 jan., 26 jan., 5 fev., 1878, NA ... Ministerio da Justiça, *Ofícios dos Presidentes (citado de agora em diante como Justiça)*, IJJ1/299.

¹⁹ SOARES, Antonio. *Dicionário histórico e geográfico do Rio Grande do Norte*, p. 67.

independente. Juntos, os dois homens chefiaram uma facção Conservadora até a morte de Pinagé, em 1862. Amaro inicialmente tornou-se um juiz, devotando-se, mais tarde, à prática do Direito e, acima de tudo, à política. Ele serviu inúmeras vezes na Assembléia Provincial, e prestou largos serviços na Câmara dos Deputados. Abdicando de suas origens Conservadoras, Amaro tornou-se um proeminente Liberal na província.

O último dos chefes políticos, Moreira Brandão, também foi procurador. Um veterano, ou Liberal "histórico" e natural da província, ele também estivera na Assembléia Legislativa Provincial. Ele também foi um afilhado do poderoso Coronel Estevão Barbosa de Moura, de São Gonçalo. Conhecido como um "bom advogado, poeta e orador", Moreira Brandão fundou e editou vários jornais Liberais. Quando os Liberais assumiram o poder nacional, ele venceu a eleição para a Câmara dos Deputados, retornando àquela posição várias vezes.²⁰ Embora membros da mesma facção - na fala da época, "correligionistas" - Moreira Brandão e Amaro estavam quase sempre separados.

Toda mudança no sistema da política nacional repercutia no Rio Grande do Norte, trazendo oportunidades e problemas para os chefes políticos da província. Com a formação nacional da Liga Progressista, durante os anos 1862 e 1866, Bonifácio e Moreira Brandão uniram forças. O outrora Liberal jornal *O riograndense*, de Moreira Brandão, passou por uma mudança de nome, tornando-se *O progressista*.²¹ Amaro, entretanto, começa a dificultar a eleição de Moreira Brandão. O coronel, apesar de tudo, deu um decidido impulso para conduzir seu afilhado e lugar-tenente para o cargo imperial. Constatando que ele não podia competir com ligações consanguíneas, e procurando não ficar numa posição secundária, Amaro começa a afastar-se de Bonifácio. Assim, embora também tenha aderido à Liga Progressista, ele manteve sua independência diante do Coronel e fez concessões a Moreira Brandão.²² Como os poderes nacionais comandados pelos progressistas se aproximavam da posição Liberal, Bonifácio começou a perder poder e se voltou para os

²⁰ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. p. 510.

²¹ Evidencia a ausência de sustentação ideológica dessa nova "posição progressista", o fato de que o conselho editorial do *Rio Grandense* editava o *Progressista*. CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. p. 274.

²² *Ibid.*, p. 261-280 e passim.

Cabrais, a facção Conservadora encabeçada pelos três irmãos Cabral, Octaviano, Jeronimo e Leocádio Cabral Raposo da Camara.²³ Entrementes, Amaro mudou-se para o campo Liberal.

Com *O progressista*, o jornal oficial, Moreira Brandão claramente gozou do favor do presidente da província, Olinto José Meira. Ele também teve grande influência na Assembléia Legislativa provincial.²⁴ Moreira Brandão obteve sua primeira cadeira na Câmara dos Deputados na legislatura de 1864; Amaro também. Àquela época, contudo, o relacionamento de Moreira Brandão com Zacarias esfriara e Amaro procurou o favor do Primeiro Ministro. Como conseqüência, Brandão não retornou para a Câmara dos Deputados, ao contrário de Amaro.²⁵ Em 1867, com a cadeira do Senado do Rio Grande do Norte novamente vacante, Amaro se apressou a lançar sua rede e galgar posição. Mas Bonifácio não esquecia nada e não esquecera a deserção de Amaro. Seu sobrinho Francisco estava então no Rio de Janeiro. Bonifácio enviou Pae João Manuel à Corte, e ele e Francisco pediram a Francisco de Sales Torres Homem que se apresentasse para a cadeira vacante. Embora ele nada conhecesse do Rio Grande do Norte - Luís da Câmara Cascudo ironizou: "conheceu o Rio Grande do Norte quando olhava a carta geral do Império" - ele tinha grande prestígio nacional, e tinha sido recentemente nomeado para o Conselho de Estado e para a presidência do Banco do Brasil.²⁶ Os Cabrais também apoiaram Torres Homem. Mesmo assim, por uma pequena margem, Amaro chegou em primeiro na lista tríplice. O Imperador preferiu Torres Homem; Zacarias havia apoiado Amaro. Naquele ponto, como logo notou, afrontado pela demonstração de poder pessoal, o Ministro Zacarias renunciou.

Com a queda de Zacarias e o fim da Conciliação, os partidos provinciais se reconstituíram. Amaro, bem articulado através de sua posição de Deputado, recebeu a bênção oficial do Centro Liberal do Rio de Janeiro, que formalmente o autorizava a fundar o partido Liberal do

²³ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 269, LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*, p. 735.

²⁴ CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. *Moreira Brandão*. p. 33 e 41.

²⁵ *Ibid.*, p. 88.

²⁶ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 180.

Rio Grande do Norte.²⁷ Em 1868, então, ele venceu a eleição para presidente do Diretório do novo partido Liberal.²⁸ Ele também tornou-se editor do jornal oficial do partido, *O correio de Liberal do Norte*, simplesmente uma nova encarnação do seu jornal Conservador precedente, o *Correio natalense*.

A conversão política de Amaro levou-o para uma incômoda aliança com Moreira Brandão. Homem decidido e vingativo, Amaro suspeitou do possível papel desempenhado por Brandão no fracasso de sua tentativa de chegar ao Senado. Numa carta de 1868 para o Senador Nabuco de Araújo, Amaro acusa, afinal, "os chamados Liberais" e fala especificamente do descontentamento com alguns artigos que Moreira Brandão havia publicado. Ele então qualificou Moreira Brandão como um colaboracionista que havia auxiliado os Conservadores da província na opressão aos verdadeiros liberais que haviam caído com Zacarias.²⁹ As acusações de Amaro de fato procediam. Além disso, eles sugeriam com agudeza algo da violenta luta que caracterizava os Liberais norriograndenses.³⁰ De sua parte, o Liberal histórico Moreira Brandão ressentiu-se com a ascendência de Amaro. Muito antes da defecção de Amaro, Moreira Brandão editou um jornal Liberal, *O Rio Grande do Norte*, para combater os Conservadores de Amaro, *Dous de Dezembro* e *Correio Natalense*, e, em 1861, reorganizara o partido Liberal na província.³¹ A decisão de Amaro em estabelecer um novo jornal como órgão oficial do partido Liberal, não só privava o jornal de Moreira Brandão desse papel, como era igualmente um insulto e um desafio ao líder histórico Liberal. Ele respondeu com uma atitude de desprezo, não convidando Moreira Brandão para associar-se ao conselho editorial do jornal. Além disso, nas eleições para o diretório do partido, Amaro usou sua influência para assegurar as posições superiores para seu próprio pesso-

²⁷ LYRA, Tavares de, op. cit., p. 555, destaca os fortes laços de Amaro com os chefes do Partido Liberal no Rio de Janeiro.

²⁸ *Ibid.*, p. 557-58.

²⁹ AMARO para Nabuco, 9 de junho de 1868, Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro. (citado de agora em diante como AIHGB). Coleção Senador Nabuco, L. 362, p. 106.

³⁰ CASTELO BRANCO, José M. Moreira, op. cit., p. 91, declara explicitamente que Brandão se empenharia junto a Gomes da Silva para negar a Amaro uma cadeira do senado.

³¹ *Ibid.*, p. 24.

al.³²

Em 1869, o Senado anulou a eleição senatorial de 1867. Se os Bonifacistas e Cabraes concordassem com um candidato para a cadeira recém aberta no Senado, a o campo estaria livre. Embora tivessem trabalhado juntos contra a preferência de Amaro para o Senado, agora, com a ascensão dos Conservadores, eles competiam entre si. Bonifácio apoiou Tarquínio Bráulio de Sousa Amaranto, embora o próprio Jerônimo Cabral tenha granjeado o maior apoio, tornando-se Senador, tomando posse em abril de 1870.³³

Com os Conservadores no poder nacional e Bonifácio dominando a estrutura Conservadora da província, a posição política de Amaro tornou-se insustentável. Em 1872 ele deixou a província e voltou para Pernambuco, onde possuía um engenho. Mais tarde Amaro se referirá a esse período como seu "exílio" e atribuirá sua saída da província às maquinações de vários inimigos e a um real temor de que sua vida estivesse em perigo. Em particular ele mencionou seu envolvimento na controvérsia com João Cunhaú, um turbulento e violento proprietário de terras.³⁴ Em sua ausência, Moreira Brandão tomou posse do partido e do jornal oficial, cujo nome agora se tornara *O Liberal*.³⁵

Quatro anos depois, em junho de 1876, Torres Homem faleceu, abrindo-se uma nova disputa para o Senado. Tivessem as coisas permanecido no mesmo pé, o coronel Bonifácio poderia realizar seu acalentado desejo de eleger seu sobrinho Francisco. Mas o velho aliado do coronel, Tarquínio Bráulio, havia provado o poder como Deputado e queria mais. Ele se recusou a ceder diante de laços familiares e se lançou contra Francisco. Essa divisão permitiu ao terceiro candidato, Diogo

³² LYRA, Tavares de, op. cit., p. 558.

³³ O total de votos foi: Torres Homem, 271; Jeronimo, 254; e Tarquinio, 233. TAUNAY, Afonso de Escragnoille. *O Senado do Império*. p. 234-35.

³⁴ BRASIL, Congresso Nacional. *Anais da Câmara dos Deputados do Império do Brasil*, I, 21 maio 1879, p. 325. Cunhaú, como notou no capítulo 2, em 1876 usou força armada para expulsar moradores de sua propriedade. Aparentemente, a inimizade entre Amaro e Cunhaú não tinha nenhuma relação com disputa por terras, e bem antes do célebre "crime de Bahia Formosa", em 1876, Cunhaú usou violência e ameaçou Amaro.

³⁵ CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*, p. 274, 278. ROCHA POMBO, José Francisco da. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. p. 393.

Velho, uma muito confortável margem de vitória.³⁶ A eleição de Diogo Velho causou problemas para todos os políticos riograndenses, por ele não possuir laços na província.³⁷ De fato, os interesses de Diogo Velho estavam ligados a sua Paraíba natal, bem como sua lealdade. Sobre sua eleição, Luís da Câmara Cascudo observou: "ainda hoje não pode atinar porque Diogo Velho foi senador por uma província que ele sempre ignorou."³⁸ A resposta parece residir na natureza da política imperial. Diogo Velho manteve postos ministeriais em dois gabinetes, mais recentemente o gabinete Conservador de junho de 1875. E, depois da eleição, ele se tornou Ministro dos Negócios Externos no governo de Cotegipe.³⁹ Débil e submisso à política, o Rio Grande do Norte novamente foi vítima de uma escolha do Rio de Janeiro.

Para Bonifácio, Diogo Velho ofereceu pouco – afinal de contas o coronel militou contra ele. A defecção de Tarquínio, além disso, debilitou os *bonifacistas*. Assim, embora Bonifácio tenha assegurado sua posição de líder, ele naturalmente tornou-se mais aberto ao compromisso e buscou alianças, quer por dentro, quer por meio das fileiras do partido. Moreira Brandão, que freqüentemente cooperou com Bonifácio, também pode contar com alguns favores do novo senador da província. Amaro, entretantes, viu a eleição como outra oportunidade perdida. Assim, ele não tinha utilidade para Diogo Velho, que claramente retribuiu aquele sentimento.

Quando o Ministro Sinimbu tomou posse em 1878, as coisas novamente mudaram. Amaro retornou, ostensivamente reconciliado com Moreira Brandão, e os dois homens ganharam a eleição para a Câmara dos Deputados. Silenciosamente, as relações entre eles – e aquela de seus respectivos amigos e clientes – permaneciam incômodas. A personalidade continuou sendo uma variável operacional na política provincial. No Rio Grande do Norte, aquela associação com Amaro não era percebida como Liberal, mas como Amarista, enquanto os seguidores de Moreira Bran-

³⁶ O total de votos foi: Diogo Velho, 479; Tarquínio, 390; Francisco Gomes da Silva, 313; TAUNAY, Afonso de Escagnolle. Op. cit., p. 235.

³⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. *O Livro das Velhas figuras*, n. 4, p. 31.

³⁸ *Ibid.*, p. 31.

³⁹ BARÃO de Vasconcellos e Barão Smith de Vasconcellos. *Archivo Nobliarchico Brasileiro*. p. 125.

dão eram Moreiristas. João Carlos Wanderley, que reemergiu como uma figura política liberal significativa, com a vitória Liberal, se mudou de Açú para Natal, acrescentando outra complicação. Embora ele tenha usufruído de relações minimamente decentes com Moreira Brandão, ele e Amaro teriam dificuldade para atuarem juntos, pois sua inimizade datara do ano de 1850, quando Amaro se tornou um Conservador e João Carlos comandou por breve tempo a província.⁴⁰

Assumindo o poder em março de 1878, Eliseu entrou no Rio Grande do Norte como um vigoroso, mas inexperiente, jogador, num jogo político já em curso. Apesar de seus amplos poderes oficiais, teria de trabalhar com e apesar do sistema existente para estabelecer sua autoridade como o árbitro maior na distribuição de cargos. Diferentemente de alguns dos novos presidentes de província recém-nomeados para as províncias secas, Eliseu não se ligou fortemente a nenhuma facção provincial.⁴¹ Os chefes políticos norte-riograndenses faziam manobras e esperavam conquistá-lo. Eliseu inicialmente agiu com cautela. Ele reconheceu a ambos, Amaro (que ele havia conhecido em Pernambuco) e Moreira Brandão como chefes, e mostrou um respeito decente por Bonifácio. O coronel conservou sua posição no tesouro provincial, bem como sua parentela na Comissão de Auxílio de Mossoró, e continuou a servir como diretor provincial dos correios. Eliseu também se entendeu com Amaro e Moreira Brandão sobre nomeações, demonstrando por esse meio disposição para seguir as regras do clientelismo. Apesar do bom começo, a administração de Eliseu logo degenerou num combate político sem fim com conseqüências destrutivas generalizadas.

Amaro retornou à província pronto e determinado a ajustar contas antigas. Como líder oficial no Partido Liberal do Rio Grande do

⁴⁰ JOÃO Carlos tomou posse quando o presidente Conservador morreu subitamente. Natal não tinha conexão de telégrafo com a Corte, de maneira que levaria tempo para os Conservadores designarem um novo nome. João Carlos agiu como se os Liberais realmente estivessem no poder, demitindo alguns oficiais e indicando outros. Amaro e Pinagé recusaram reconhecer a autoridade de João Carlos e pegaram em armas. Ver CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*, p. 176.

⁴¹ Por exemplo, os interesses liberais em Pernambuco tinham ativamente pretendido a indicação de Adolfo de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda, embora ele temesse desapontar suas expectativas. No Ceará, José Julio de Albuquerque Barros, natural da província, encabeçou a maior facção Liberal sediada em Sobral.

Norte, e além disso encorajado pelas ligações pessoais no Rio de Janeiro e pelo assento na nova Câmara dos Deputados, permaneceu à vontade para trabalhar, para abrir seus próprios caminhos. Uma vez contrariado, ele se tornava um inimigo implacável. Cansado das pretensões de Amaro e possuindo considerável orgulho próprio, Eliseu tentou fortalecer sua posição explorando as rivalidades Liberais e trabalhando com Conservadores importantes. Ele também usou seu poder de nomeação como exibição de força diante dos magistrados provinciais. E, mais importante, ele passou a centralizar toda a operação de auxílio em suas próprias mãos, procedendo assim, ele mesmo, à distribuição básica dos benefícios na província.

Com apenas dois meses no poder, Eliseu acusou as várias comissões de Auxílio. No início de maio, por exemplo, ele queixou-se ao Ministro do Império que em áreas com grande número de retirantes "é admirável... o abandono, a falta de zêlo pelo serviço publico da parte da autoridades superiores das comarcas", referindo-se a aos "grandes abusos cometidos pelas comissões de socorros" e especialmente aos magistrados que serviam como membros daquelas comissões, "prestando suas assignaturas a actos verdadeiramente escandalosos."⁴² O mais honesto entre eles, assinalou, pediu para ser isentado de suas dívidas.⁴³

Denunciando as comissões de auxílio e magistrados, Eliseu de fato estava tentando fortalecer seu próprio poder e organizar seu território, demitindo funcionários e ocupando os cargos com seu próprio pessoal, uma prática consagrada no Brasil Imperial, ironicamente chamada de "derrubada". A colônia Sinimbu representou o outro lado dessa mesma prática. Eliseu propôs a colônia como "o único meio de chamar o povo ao trabalho".⁴⁴ Ele também notou que reunindo retirantes de vários lugares da província, a colônia evitava a necessidade de muitas comissões de auxílio. Assim, demitindo comissões financeiras e estabilizando a colônia, Eliseu puniu seus inimigos e distribuiu abertamente benefícios para seus amigos.

Amaro e Moreira Brandão, formados na realidade provincial,

⁴² SOUSA Martins ao Ministro do Império, 4 mai., 1878, NA, Presidentes, IJJ9/566.

⁴³ *Ibid.*

⁴⁴ PRIMEIRA Directoria do Tesouro da Fazenda Imperial, 18 jul., 1878, NA, Presidentes IJJ9/566.

compreenderam bem que Eliseu aspirava a reforçar seu próprio poder pelo controle do auxílio à seca. E eles também compreenderam que a colônia Sinimbu prometia ser a única e a mais lucrativa oportunidade de clientelismo da província. Ambos queriam um de seus aliados para diretor da colônia. Mas Eliseu resistiu, e escolheu Arsênio Celestino Pimentel, um português que ele conhecera em Pernambuco, mas desconhecido de Amaro e de Moreira Brandão. Esse erro fatal cometido por Eliseu provocou um rompimento irrevogável com os dois chefes liberais.

Em julho de 1878, depois de três meses de existência, a colônia se converteu em teatro de um conflito armado e da prisão de Pimentel pelo subdelegado de polícia de Extremós, Lourenço Fernandes Campos Café. Expondo a situação numa comunicação confidencial ao Ministro da Justiça, Eliseu saiu em sua defesa, apresentando-o como um homem de tirocínio que havia estudado em Coimbra e servido não apenas como diretor da colônia mas como seu médico. Homem de integridade, Arsênio recusou o tráfico de mercadorias com os fazendeiros da região. O culpado na visão de Eliseu era o próprio subdelegado, que ambicionava a diretoria da colônia. Eliseu assinalou que ele demitira Café da Comissão de Auxílio de Extremós, e finalmente eliminara a própria comissão. Café, explicou Eliseu, cobiçava a posição do diretor. Desapontado, ele então se juntou a políticos influentes e proprietários da área para perturbar e destruir a colônia.⁴⁵ Café tirou vantagem do fato de que os fazendeiros vizinhos reprovaram Arsênio por causa de seu cuidadoso gerenciamento dos pedidos de Auxílio. Aliado àqueles fazendeiros, ele liderou 100 homens armados e saqueou a Colônia. Se Arsênio não fosse tão querido pelos retirantes, que o protegeram, teria sido morto, e não preso. Café, queixou-se Eliseu, em conluio com um juiz municipal, arruinou Arsênio, esperando apresentar o chefe de polícia interino da província com um *fait accompli*.

Eliseu livrou Arsênio da cadeia de Ceará-Mirim e reconduziu-o à diretoria da Colônia. Ele também instalou um processo de demissão contra Café. Eliseu assinalou além disso que ele havia escrito um pleno e verdadeiro julgamento de que tinha tornado público com a intenção de publicar no jornal Liberal. Contudo, em vista da controvérsia que girava

⁴⁵ SOUSA Martins ao Ministério da Justiça, 31 jul., 1878, AN, Justiça, IJ1/299.

em torno dele, e não desejando provocar um desastre eleitoral na corrida em andamento para a legislatura provincial, decidiu retirar a peça.⁴⁶ Tendo assim afirmado sua lealdade partidária, ele além disso acrescentou que nunca tinha feito uso do auxílio de bens para fazer política, contrastando seus princípios com o baixo nível que vigorava no Rio Grande do Norte: "pouco se pode fazer em uma Província como esta onde quasi todos os espiritos parecem obliterados por falsas e perniciosissimas noções de moral politica e administrativa."⁴⁷

A controvérsia à qual eliseu se referia envolveu largamente os ataques contínuos de Amaro e Moreira Brandão para desacreditar sua direção na Colônia Sinimbu e na verdade de todo processo de Auxílio, compreendendo o aparecimento de numerosas cartas disseminadas em jornais, incluindo o *Jornal do Commercio*, declarando a existência de sérias fraudes no auxílio à seca. Amaro escreveu várias delas sob o título de "Tartuffe em Delirio". Cartas para o *Jornal do Commercio* também chamaram da atenção da elite política no Rio de Janeiro para fatos da colônia Sinimbu, também apontando para o comportamento arbitrário de Eliseu.⁴⁸ Amaro militou ativamente contra Eliseu, a quem acusou de manchar a reputação dos bons Liberais e trabalhar com os Conservadores para prejudicá-los em suas posições legítimas na Assembléa Legislativa Provincial. Em agosto, Amaro enviou telegrama para um contato *Pernambucano*, Luís Felipe de Sousa Leão, o sobrinho do Ministro dos Negócios Exteriores, Domingos de Sousa Leão. Ele remeteu telegramas também para Vila Bella e Sinimbu, vituperando a traição que Eliseu cometera contra o partido.⁴⁹ No início de setembro, Amaro e Moreira Brandão listaram formalmente todos os "crimes" de Eliseu e anunciaram que eles tinham rompido com o presidente. O próprio Amaro dirigiu-se à Corte e conversou com Silveira Martins e Leoncio de Carvalho.⁵⁰ Na ocasião do encontro de Amaro com Silveira Martins, o Ministro das Finanças já havia enviado um tesoureiro oficial, Augusto Joaquim de Car-

⁴⁶ AMARO insinuaria mais tarde que ele próprio estava ligado à decisão de Eliseu contra a publicação daquela peça. Deputados, *Anais*, IV, 1 mai., 1878, p. 787-88.

⁴⁷ SOUSA Martins ao Ministro da Justiça, 31 jul., 1878, AN, Justiça, IJJ1/212.

⁴⁸ Por exemplo, ver *Jornal do Commercio*, 19 ago., 1878, p. 2, e 7 set., 1878, p. 3.

⁴⁹ Deputados, *Anais*, I, 1 maio 1878, p. 788-89.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 791-92.

valho, para inspecionar as contas da província.

Entrementes, Eliseu também teve de enfrentar a chegada do novo chefe de Polícia, Joaquim Tavares da Costa Miranda, que prosseguiu sua própria investigação do "ataque" à colônia Sinimbu. Declarando sua autoridade judicial superior, Costa Miranda rejeitou a remoção que o chefe interino fizera de Arsênio para Ceará-Mirim. Eliseu queixou-se de que a decisão de Costa Miranda era imprópria e acusou o chefe de haver agido sob motivação política.⁵¹ Costa Miranda, ele reclamou, havia-se reunido com Amaro, um indivíduo inteiramente corrompido que tinha sido o mais forte proponente de Lourenço Café para o posto de diretor. Eliseu então pediu diretamente que Miranda fosse substituído.⁵² Infelizmente para Eliseu, Costa Miranda já havia escrito para o Ministro da Justiça sobre os atos impróprios do presidente e sugerido que a resolução do caso Sinimbu não ocorresse enquanto Eliseu estivesse no cargo.⁵³

Costa Miranda teve a confiança do Ministro da Justiça; Carvalho tinha sido enviado pelo Ministro das Finanças. Com dois membros do gabinete defendendo as posições de seu próprio pessoal e tendo contra ele tanto a máquina Liberal como Conservadora do Rio Grande do Norte, ficou claro para Eliseu que era tempo de se recolher. Em outubro de 1878, alegando enfermidade mental, ele pediu para ser exonerado de seu posto. Sem mesmo deixar um relatório para o sucessor, ele partiu para o Rio de Janeiro.⁵⁴ Ele não tinha, contudo, caído completamente em desgraça. Ele tinha amigos influentes na Capital, incluindo Vila Bella. Na carta a Luís Felipe, o Barão escreveu: "é um tormento verdade chegou o nosso amigo Eliseu; não posso nem devo ser indiferente a sua sorte; hei de fazer o que puder."⁵⁵ A influência de Vila Bella demonstrou eficácia. Em 25 de janeiro de 1879, Eliseu foi nomeado presidente da província

⁵¹ SOUSA Martins para o Ministro da Justiça, 3 set., 1878, AN, Justiça, IJ1/293. O processo criminal contra Arsênio tinha sido anulado por Eliseu, que enviou o Chefe interino de polícia para Extremós.

⁵² *Ibid.*, e 13 set., 1878, IJ1/299.

⁵³ COSTA Miranda para o Ministro da Justiça, 1 set., 1878, AN, Justiça, IJ1/299. Costa Miranda observou que "força maior" o impediu de resolver assuntos pela via da legitimidade.

⁵⁴ ROCHA POMBO, José Francisco da, *op. cit.*, p. 352-53, n. 38, escreveu que não pode encontrar nenhuma informação sobre a administração de Eliseu no Arquivo Nacional.

⁵⁵ DOMINGOS de Sousa Leão para Luís Felipe de Sousa Leão, 15 set., 1878, AIHGB, Coleção Sousa Leão, L. 456, p. 31.

do Espírito Santo.⁵⁶ Escrevendo no *Jornal do Commercio* Amaro concluiu com sarcasmo: "tendo assim *regenerado* o Rio Grande do Norte, agora vai felicitar o Espírito-Santo."⁵⁷

Com a renúncia de Eliseu, o vice-presidente Manuel Januário Bezerra Montenegro, um Amarista, assumiu e enviou um destacamento militar para a colônia Sinimbu para inventariar suas queixas. O relato dessa expedição detalhou fraudes grosseiras e imoralidades de Arsênio como diretor. Os depósitos estavam mais vazios, tendo sido apropriados por Antonio Quebra-Canella, ligado ao deposto Arsênio. Agindo sob as ordens do chefe, Quebra-Canella tinha vendido o que fora possível nas imediações e acumulado a maior parte do restante dos auxílios armazenados para serem retirados da Colônia. Antes de partir, Quebra-Canella tinha distribuído todo o restante entre os colonos, para que o novo diretor começasse do nada. Arsênio e Quebra-Canella tinham usado os auxílios solicitados para pagamento dos custos dos transportes de bens para a colônia. No velho estilo, eles embolsaram uma boa parte dos fundos destinados ao pagamento do transporte. Isto estava longe de roubo pequeno. No início da colônia, em 01 de junho de 1878, até outubro, o custo dos transportes havia totalizado cerca de 8 contos.⁵⁸

No que diz respeito ao choque entre Café e Arsênio, o relato do Ministro do Império traz uma história muito diferente daquela detalhada na comunicação confidencial de Eliseu para o ministro da Justiça. Aí o subdelegado Lourenço Café emergiu como um herói, enquanto Arsênio e seu chefe Eliseu, se converteram em vilões. Café possuía terras que circundavam a colônia. Devido a negligente administração de Arsênio, nenhuma cerca tinha sido levantada, e assim o gado trazido para a colônia errava nas terras de Café, pastando e esmagando seus canaviais. Uma carta de Ceará-Mirim publicada no *Jornal do Commercio* relatou que Café duas vezes havia escrito a Eliseu sobre problemas da Sinimbu, e reproduzido respostas em que o presidente mandava que Café cuidasse

⁵⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Organizações e programas ministeriais*. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1979. p. 105.

⁵⁷ *Jornal do Commercio*, 3 jan. 1879, p. 5.

⁵⁸ ANTONIO Cypriano de Araujo Silva para o vice presidente do Rio Grande do Norte, 7 out., 1878; Contadora da Thezouraria de Fazenda do Rio Grande do Norte, 23 out., 1878, AN, Presidentes, IJJ9/212.

de seus próprios assuntos.⁵⁹ Contudo, a prisão efetivada pelo honrado Café não tinha nada a ver com assuntos pessoais. Arsênio foi envolvido numa altercação com alguns retirantes que se opunham a seu comportamento cruel. No curso do conflito ele alvejou um deles no tórax.⁶⁰ Segundo o inquérito judicial levado a cabo em Ceará-Mirim, Arsênio tinha punido um garoto de seis anos que tinha feito um buraco na parede do armazém e tirado um pouco de arroz. O pai do garoto, ouvindo os gritos do filho, correu para o lugar e enfrentou Arsênio, que então atirou nele com o revólver. Durante o tumulto, um dos homens de Arsênio atirou em outro retirante.⁶¹

Nesse ponto Café interveio e tentou prender Arsênio. Declarando que ele era responsável somente diante de Eliseu, Arsênio desafiou a autoridade de Café. Café solicitou ajuda do delegado de Ceará-Mirim, que enviou uma força de 11 homens, suficiente para derrotar Arsênio. Café então o conduziu até Ceará-mirim. Ali, o promotor público oficial acusou Arsênio e estabeleceu uma data para ouvir as testemunhas.⁶²

O relato acima afirmou, antes de tudo, que Eliseu apoiou o pedido de Arsênio para que o assunto ganhasse a aparência de uma tentativa de Café e sua corte para fugir com os auxílios, mandando seu chefe interino ignorar Café e anular o processo legal contra Arsênio.⁶³ Essa demonstração de força intimidou as autoridades de Ceará-Mirim. Arsênio retornou para a colônia protegido por uma escolta da polícia. O respeitável Café parecia em perigo de perder sua nomeação da polícia, e até o cabo que havia conduzido o destacamento de Ceará-Mirim acabou na cadeia! Afortunadamente, o novo chefe de Polícia assumiu e prosseguiu sua própria investigação. Isto, aparentemente, ocasionou a indignada correspondência de Eliseu para o Ministro da Justiça.

O relato da comissão de Montenegro que investigou os assuntos da Sinimbu depois da partida de Arsênio descreveu situações verdadei-

⁵⁹ *Jornal do Commercio*, 7 set., 1878, p. 3. A carta estava datada de 26 de julho de 1878.

⁶⁰ ARSÊNIO reclamou que ele fora atacado e agido em defesa própria. O ofício do Vice-Presidente informava que Arsênio abusava há muito contra os retirantes.

⁶¹ JUIZ Municipal de Ceará-Mirim, 18 jul., 1879, AN, IJJ1/299.

⁶² *Jornal do Commercio*, 7 set., 1878, p. 3.

⁶³ ARSÊNIO declarou que ele havia recusado acompanhar a polícia somente por causa de seus assuntos referentes à estocagem dos auxílios, cujo valor ele avaliava em 40 contos – e aqueles que chegariam em breve. Processos da Subdelegacia de Polícia, Extremós, 16 jul., 1878, AN, IJJ1/299.

ramente horríveis. Algo em torno de 6.000 pessoas se abarrotavam em 1.200 palhoças tão pequenas que mal se pode imaginar que elas servissem de abrigo para seres humanos. Em vez de lotes distribuídos, o que havia eram pessoas espalhadas desordenadamente numa área imunda e fétida.⁶⁴ As doenças aumentavam, especialmente nos meses de inverno de junho a agosto, quando se estimava 30 a 60 pessoas mortas diariamente. Contudo, poucas notícias apareceram: um documento indicou cerca de 4.000 mortos, "cifra espantosa" considerando que a colônia existira por somente quatro meses e sua população máxima nunca havia excedido 10.000 pessoas. A negligência se estendia aos mortos, cujos corpos eram deixados dias em decomposição, muitas vezes sem um caixão, lançados em covas rasas para que cães e pássaros os devorassem. Quando os colonos, sem antes pedir permissão, organizaram um funeral e marcharam atrás de uma imagem de São Sebastião, Arsênio ordenou-os que parassem, ameaçando atirar neles, dizendo que "o S. Sebastião d'alli era elle!"

Além dessas crueldades, Arsênio estava totalmente corrompido. Tão grande era o desfalque no auxílio de bens que um de seus auxiliares abriu uma venda em São Gonçalo, outro comprou uma manada de cavalos e se instalou como comerciante. Tão intenso era o tráfico com os pedidos de Auxílio, que comerciantes iam diretamente à colônia de Ceará-Mirim levar suprimentos.⁶⁵

Eliseu retratara Arsênio como um homem virtuoso cujo infortúnio resultou de sua relutância em avançar sobre o domínio de fazendeiros que cobiçavam os auxílios à colônia. Segundo Montenegro, Arsênio e seus associados traficaram descaradamente com os bens de auxílio, enquanto os retirantes da Colônia Sinimbu sofriam privação e miséria. Para Eliseu, Café era um ardiloso vilão; para Montenegro, um digno oficial da polícia que levou a cabo com zelo o seu dever. Eliseu, é claro, defendia seu nomeado tanto quanto sua própria administração da província. O comportamento de Montenegro tipificava o modo como os novos chefes da província pensavam a seca, atribuindo toda a culpa pelos problemas às pessoas que os haviam antecedido.

⁶⁴ COLONIA SINIMBU, *Relatorio*, AN Presidentes, IJJ9/212.

⁶⁵ *Ibid.*

Além desse nível evidentemente pessoal, deve ser considerada a complexa teia política. O chefe interino enviado por Eliseu para prender Café era Francisco Clementino de Vasconcellos Chaves, um juiz de Direito, Conservador e talvez o favorito afilhado de Estevão José Barbosa de Moura.⁶⁶ De fato, tanto quanto Amaro, Eliseu havia sido preparado para a liderança Conservadora. Mas Clementino Chaves devia ter tido especial preferência para escolhê-lo como chefe interino, uma vez que ele era um amigo do Conservador Senador Diogo Velho, que Amaro desprezava especialmente.⁶⁷ Certamente Clementino Chaves não era um estranho à política da província, porque ele tinha laços familiares e tratos de negócios com Conservadores e Liberais influentes. Tendo sua própria residência em Extremós, acrescentou mais tarde a complicação da adesão partidária local. A questão completa de Sinimbu ajustava-se perfeitamente à criteriosa investigação do inspetor do Tesouro, que compreendia o exame das contas da colônia. Justamente no dia em que o novo chefe de polícia, Costa Miranda, chegou ao Rio Grande do Norte, Eliseu deu a Clementino Chaves um pagamento de três meses para ele se livrar de suas dívidas e deixar a província por problemas de saúde.⁶⁸ No que toca a Lourenço Café Filho, ficaram pequenas dúvidas sobre se sua dedicação ao dever explicava suas ações. Café era um veterano Liberal que tinha laços com Amaro.⁶⁹ Sua chegada oportuna – apanhando Arsênio em flagrante – sugere que ele tinha informantes, ou entre os retirantes, ou entre os próprios homens de Arsênio, que o alertaram para o que estava acontecendo. Café tinha razão para combater Eliseu desde que o presidente o havia removido da Comissão de Auxílio de Extremós.⁷⁰ As típicas comissões de Auxílio incluíam representativos potentados locais. Os múltiplos papéis de Café, como fazendeiro, delegado e comissário auxiliar, sugerem status social e atuação política. Ceará-Mirim, uma rica área de agricultura certamente comportava muitos plantadores substan-

⁶⁶ CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão, *op. cit.*, p. 173.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 242. Chaves também estava ligado a Diogo Velho por família.

⁶⁸ SOUSA Martins para o Ministro da Justiça, 12 ago., 1878, AN, Justiça, IJJ1/299. Ele deu a licença em julho.

⁶⁹ CASTELO BRANCO, José Moreira Brandão, *op. cit.*, p. 24.

⁷⁰ SUBDELEGADO de Extremós para Eliseu de Sousa Martins, 22 abr., 1878, AN, Presidentes, IJJ1/299.

ciais. Parece seguro que algumas pessoas ali acreditavam que a colônia deveria servir a seus interesses e não somente àqueles de Eliseu.

Esta última possibilidade se torna um pouco mais crível em vista das subseqüentes ações de Montenegro. Com o fim da colônia, proprietários de Ceará-Mirim se sentiam ameaçados pelos milhares de retirantes desalojados. Em resposta a suas queixas, Montenegro, juntamente com Moreira Brandão, o Chefe de Polícia Costa Miranda e Matias Antônio da Fonseca Morato, o juiz do distrito de Natal e primeiro vice-presidente da província, viajou de Natal para o lugar da antiga colônia, permanecendo uma noite em Extremós e outra em Ceará-Mirim, na casa do juiz municipal, Mathias Nunes Bandeira de Mello. Ele, de fato, tinha sido envolvido no processo judicial contra Arsênio, e Eliseu de fato tentara demiti-lo.⁷¹ Esta viagem resultou na autorização, por Montenegro, de vários projetos de obras públicas na área, que seriam presididas pelos compadres dos dois líderes liberais e mantidos com mão-de-obra de retirantes e auxílio governamental.⁷² Também foi estabelecido foi um contrato esboçado pelo qual "centenas" de ex-colonos trabalhariam nos engenhos em troca de alimentação fornecida pelo governo.⁷³

Não foram nem a imparcialidade nem o cumprimento do dever que motivaram o comportamento incomum do chefe de polícia, Tavares da Costa Miranda. Ele imediatamente passou para o lado de Amaro e permaneceu seu fiel aliado político durante os anos seguintes. Montenegro claramente não simpatizava com Eliseu. Sua expedição investigadora à colônia Sinimbu pode bem ter revelado os fatos de que os amaristas necessitavam. Certamente ambos tinham interesse pessoal e seu subseqüente relato à direção da província – ele fora demitido por aprisionar um tesoureiro oficial do Império⁷⁴ – sugere que as afirmações de Montenegro relacionados a soma dos bens de auxílio disponíveis talvez fossem falsas. Cada pedido era literalmente forjado na região. Desde que bens e

⁷¹ MONTENEGRO para o Ministro da Justiça, 26 out., 1878, AN, Justiça, IJJ1/299.

⁷² *O Liberal*, Natal, 9 nov. 1878.

⁷³ Relatório de instalação da Assembleia Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte no dia 4 de dezembro de 1878. O 1º vice-presidente o exm. Sr. Dr. Manuel Januario Bezerra Montenegro. Pernambuco: typografia do Jornal do Recife, 1879. p. 17. Merece referência igualmente que o leal juiz Marthias recebeu promoção para Juiz distrital em junho de 1879.

⁷⁴ *Jornal do Commercio*, 6 abr., 1879, p. 2.

arquivos tinham desaparecido, Montenegro não poderia ser responsabilizado pela contabilidade. Além disso, um simples armário poderia ser abastecido e nessa época os amaristas manobravam as coisas.

Fechados os livros sobre a colônia Sinimbu e com Eliseu fora da Província, ressurgiram as rivalidades entre Amaro e Moreira Brandão. Na verdade, o restante dos anos de seca no Rio Grande do Norte deixou evidente que primeiro Moreira Brandão foi favorecido com a demissão não somente de Montenegro, mas de dois vice-presidentes amaristas que o sucederam, cada um dos quais demorou uma semana no cargo; e com a nomeação do novo presidente da província, Rodrigo Lobato Marcondes Machado, que não tinha simpatia por Amaro. Mas Amaro retomou o controle quando Lobato partiu. O sucessor de Lobato, Alarido José Furtado, levava instruções específicas do Conselho de Ministros do governo, para governar, até onde possível, contempORIZANDO com ambos, Amaro e Moreira Brandão.⁷⁵

No fim de sua gestão, como ele se preparava para deixar a província, Furtado escreveu para José Antonio Saraiva, que agora encabeçava o ministério, detalhando a dúvida que ele enfrentou para selecionar um vice-presidente para assumir. Nesta correspondência confidencial, ele tocou na complexa rede de relacionamentos e antagonismos que ligava os líderes políticos da província e caracterizou sua cultura política. Um possível candidato a vice-presidente, Mathias Antonio da Fonseca Morato, juiz de Direito em Natal, não havia, escreveu Furtado, desempenhado um papel ativo nas contendas políticas da província. Mesmo assim, os Moreiristas não o aprovaram por causa de sua excelente relação com os amaristas. O gesto dos Moreiristas, ele sugeria, não poderia ser considerado por Morato como hostil, mas como um ato de "pouca simpatia".⁷⁶ Furtado também propôs o nome de Clementino de Vasconcellos Chaves, então o quinquagésimo vice-presidente: "já foi Conservador; hoje milita com os Liberais."⁷⁷ Ele observou laços de família entre Moreira Brandão e Chaves – suas esposas eram irmãs – e que ele e Moreira

⁷⁵ CARTA reserva de Alarico José Furtado para José Antonio Saraiva, 24 mar., 1881, IHGB, Coleção Saraiva, L. 271, p. 19.

⁷⁶ CARTA reservada, Alarico José Furtado a José Antonio Saraiva, 24 mar., 1881, AIHGB, Coleção Conselheiro Saraiva, L. 271, p. 19.

⁷⁷ *Ibid.*

Brandão tinham amigos em comum. Furtado acreditou que os Conservadores poderiam aceitar Chaves "sem má vontade" e que amaristas poderiam recebê-lo "bem".⁷⁸ Os moreiristas, contudo, apresentaram "algumas desconfianças"⁷⁹, que se tornaram ainda mais plausíveis pelo fato de que ele mantinha grande amizade com o amigo de Amaro, o recém-falecido político e comerciante proeminente Eloy Castriciano de Souza. Ambos os candidatos possuíam os requisitos gerais - "são magistrados, tem um nome, uma posição para zelar, tem hábitos de justiça."⁸⁰ Mas mesmo com o melhor dos candidatos, a situação permaneceu insustentável. Depois de tudo, indagou Furtado: "Mas qual o homem público desta província, cuja nomeação possa ser bem recebida por moreiristas e amaristas?! Fallando com franqueza... declaro que não o conheço."⁸¹

O caso da Colônia Sinimbu elucida os critérios de avaliação que vigoravam para definir os políticos brasileiros, exemplificando ainda muitas características do sistema político imperial, incluindo as conexões entre Império, província, e agentes do poder local, e a natureza facciosa da política partidária. Esse emaranhado de laços políticos e rivalidades – baseadas ambas em partidos e personalidades – estruturou claramente a aplicação e distribuição de auxílios no Rio Grande do Norte. E, o bem-estar dos retirantes, proclamado com louvor, como a finalidade dos auxílios, de fato teve pouca influência no direcionamento dos auxílios no Rio Grande do Norte.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Joaquim. **História do Ceará**: história das secas (séculos XVII a XIX). Fortaleza: Ed. do Ceará, 1953.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal: Prefeitura Municipal do Natal, 1947.

_____. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Liv. Cosmopolitana, 1989.

⁷⁸ *Ibid.*

⁷⁹ *Ibid.*

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ *Ibid.*

- _____. **O livro das velhas figuras** (Pesquisas e lembranças na história do Rio Grande do Norte). Natal: Ed. do IHGRGN/Gráfica Manimbu, 1979. 4v. (Acta Diurna, 11.02.42).
- CASTELLO BRANCO, José Moreira Brandão. **Moreira Brandão**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1959.
- GREENFIELD, Gerald M. The Great Drought and elite discourse im Imperial Brazil. **Hispanic American Historical Review**, v. 6, n. 3, p. 131-449, Aug. 1992.
- LYRA, A. Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Typ.Lerezinger, 1921.
- ROCHA POMBO, José Francisco da. **História do Estado do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil, 1922.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOARES, Antônio. **Dicionário histórico e geográfico do Rio Grande do Norte**. Natal: Imprensa Oficial, 1930, v. 1, p - E.
- TAUNAY, Afonso de Escragnoille. **O Senado do Império**. São Paulo: Liv. Martins, 1941.
- VASCONCELLOS, Barão de; VASCONCELLOS, Barão Smith de. **Archivo nobiliarchico brasileiro**. Lousanee: Imprimerie la Concorde, 1918.

O RIO GRANDE DO NORTE E O MOVIMENTO DE 1817

Profa. Marlene da Silva Mariz
Profª Adjunto IV-UFRN
Aposentada

O Movimento de 1817 tem sido um tema pouco abordado pela historiografia local. Além da significação do acontecimento em si, por ter sido um evento revolucionário de repercussão regional, sua grande importância para o Rio Grande do Norte reside, entretanto, nas conseqüências que redundaram desse Movimento para a antiga Capitania, às vésperas de se tornar Província.

Foi graças a esse Movimento que a Capitania conseguiu concretizar duas antigas aspirações da população: tornar-se independente da Capitania de Pernambuco e criar uma Alfândega local.

Nesse sentido, convém lembrar que o Rio Grande do Norte que desde sua origem era subordinada à capitania da Bahia, a partir de 1711 passara a ser subordinada à de Pernambuco através da Carta Régia do mês de Janeiro desse mesmo ano, sob a alegação de que seria mais conveniente à boa administração tendo em vista as proximidades entre essas capitanias. Pernambuco passou a incluir como anexas as capitanias da Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagoas.

Essa modificação provocou durante muito tempo constantes protestos do Senado da Câmara de Natal e dos Capitães-mores locais, que se revoltavam pelo excesso de autoridade do Governo de Pernambuco.

Mesmo com a promessa de que essa nova situação de dependência se daria nas mesmas condições da anterior, ou seja, da subordinação ao governo da Bahia, o que se observava é que não havia limites ao poder de ação do Governo de Pernambuco. Para que se tenha uma idéia, das sugestões administrativas enviadas ao rei para melhoria da capitania, como escolas, fortins, medidas militares, disciplinas dos índios, etc., setenta receberam o parecer negativo do Governo de Pernambuco. Cas-

cudo, chega a afirmar que “essa subalternidade retardou o desenvolvimento do Rio Grande do Norte”.¹

Para melhor entendimento da situação é interessante destacar que todo o comércio da capitania para fora do Brasil, assim como a importação de artigos europeus, era realizado através do porto de Pernambuco. Nos meados do séc.XVIII a capitania já exportava o pau-brasil, o algodão, drogas medicinais e outros. Para sua realização, entretanto, encontrava muitas dificuldades devido a sua dependência das oportunidades de transporte. Algumas vezes, quando os pequenos navios que faziam a cabotagem entre Natal e Recife se atrasavam, ao chegarem ao porto já tinham partido os grandes transatlânticos responsáveis pelas transações.

Assim sendo o comércio local apresentava precárias vantagens, uma vez que não possuía as condições essenciais para sua manutenção, ou seja não existia capital de reserva, transportes, nem armazéns para o estoque de produtos. Esse setor do comércio do Rio Grande do Norte era, por conseguinte, dominado por Pernambuco, que detinha o monopólio das importações, regulando as compras e impondo os preços às mercadorias, que somente ele recebia da Europa. Esta situação permaneceu até o Movimento de 1817, quando o Rio Grande do Norte conseguiu se desligar da dependência pernambucana.

O Movimento Republicano de 1817 que explodiu em Pernambuco e contou com a adesão da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas, pode ser definido como o resultado de uma longa fermentação revolucionária, envolvendo muitos setores da sociedade liderados pela pequena burguesia mais esclarecida. Para Tavares de Lira, foi sem dúvida “uma explosão de revolta contra o absolutismo português e uma inequívoca afirmação dos elevados ideais, que, desde o fim do século XVIII, trabalhavam a alma nacional em suas nobres aspirações de justiça e liberdade”.²

A conjuntura da época apresentava uma situação conturbada tendo em vista vários acontecimentos provenientes da vinda da família real para o Brasil. Por um lado, a Colônia foi elevada à categoria e gra-

¹ CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*.

² LIRA, Augusto Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. p. 165-189.

duação de Reino, constituindo um só corpo político com Portugal e Algarve, de acordo com a Carta Régia de dezembro de 1815, o que demonstrava juridicamente a importância econômica e política do Brasil, sendo a nova posição saudada com entusiasmo por muitos. Por outro, a criação de novos impostos e contribuições, além do agravamento da situação social com a seca de 1816, contribuíram para a difusão das idéias liberais da época, tendo nas lojas maçônicas seus principais veículos de propagação. Nelas se doutrinava com os mais adiantados princípios liberais em defesa da causa da liberdade. Alguns dos associados, como afirma Tavares de Lira, “coerentes com as suas idéias, chegavam logicamente às últimas conseqüências destas: pleiteavam o estabelecimento do regimen republicano, com as mais amplas franquias democráticas”.³

Nesse particular, o Nordeste, onde o declínio da produção do açúcar e do algodão caracterizavam uma crise econômica, a presença da corte no Rio de Janeiro não tinha maior significação, sendo ela tão mal vista aqui, como quando estava em Lisboa.

O somatório desses acontecimentos contribuiu para aumentar o sentimento antilusitano dos pernambucanos originados desde o século passado e ampliado ainda mais nesse momento com o conhecimento das novas idéias liberais. Nesse sentido, como afirma Teixeira⁴, Pernambuco foi uma das regiões do Brasil colonial onde houve uma penetração mais intensa do pensamento liberal europeu.

O estabelecimento de uma situação conturbada em Pernambuco criou as condições gerais para uma revolta contra os “portugueses”. Intelectuais como os padres João Ribeiro e Miguelinho e líderes políticos como Domingos José Martins, Gervásio Pires Ferreira e Antônio Gonçalves Cruz, insuflavam a rebelião, com o povo criticando o representante do Rei.

A prisão de alguns liberais suspeitos de organizarem uma conspiração no dia 06 de março, deu origem ao movimento em Recife, e de imediato foi organizado um Governo Provisório da República Pernambucana.

Caetano Pinto Montenegro, Governador de Pernambuco, refugiou-se na Fortaleza do Brum, seguindo depois para Salvador. Os revolucionários

³ *Ibid.*, p. 171.

⁴ TEIXEIRA, Francisco M. P. *Frei Caneca e a Resistência Pernambucana*.

enviaram a todas as Câmaras das Comarcas que constituíam a antiga capitania, uma lei orgânica onde instituíam as regras da nova administração.⁵

No Rio Grande do Norte, além dos motivos comuns às capitânias do Nordeste geradores da revolta, havia também uma grande insatisfação com a condição de dependência em que era mantida.

Na conjunção do Movimento de 1817 governava o Rio Grande do Norte José Inácio Borges, que a 09 de março tomou conhecimento das ocorrências de Pernambuco.

Confirmado o movimento revolucionário em Pernambuco no dia 12, Borges de imediato se posicionou como monarquista, fazendo circular uma proclamação destinada a todas as câmaras e comandantes de distritos de sua jurisdição, onde, além de adotar as medidas convenientes às circunstâncias, demonstrava claramente que repudiava o que estava acontecendo. Na proclamação distribuída, Borges declarava a capitania do Rio Grande do Norte desligada de Pernambuco, apelava para a fidelidade dos moradores e dos que ocupavam quaisquer cargos e mandava deter todas as embarcações nos portos.

Ao afirmar na sua proclamação

“que estão acabadas as nossas relações e correspondências com todo e qualquer governo ou Autoridade levantada atualmente em Pernambuco, enquanto não nos constar que um General, ou outro legítimo Delegado de S. Majestade restabelece ali a sua Soberania, reclamando de vós o solene juramento de fidelidade, que tendes prestado, e que tem sido sancionado pela nossa santa Religião” (...)

o estabelecimento em Natal de uma Alfândega para nela se receber e serem despachadas as fazendas e gêneros da Europa, conduzidos em navios Nacionais ou Estrangeiros, que vierem aos Portos desta Capitania”,

o governador Borges concretizava, como diz Cascudo⁶, dois velhos anseios da população norte-rio-grandense: a autonomia, libertando-se da dominação pernambucana, e a criação de uma Alfândega local.

⁵ MOTTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817*.

Esses atos foram confirmados após o restabelecimento do domínio português na Capitania, através do Alvará Régio de 18 de março de 1818, que legalizava a separação tornando-a também livre da dependência judicial da Paraíba pelo Alvará de 03 de fevereiro de 1820 que oficializava a Alfândega.

Além das medidas iniciais tomadas, Borges, receoso com a adesão da Capitania da Paraíba aos revolucionários, recomendou ao coronel comandante da Divisão do Distrito Sul, André de Albuquerque Maranhão, senhor de Cunhaú, o guarnecimento dessa região e das fronteiras, objetivando evitar possibilidade de invasão. André confirmou o recebimento das ordens bem como da sua divulgação aos oficiais e soldados, demonstrando que estavam todos conscientes da situação e de seus deveres, mas já se notava na sua resposta a ausência dos protestos de dedicação ao Rei e nem mesmo uma palavra de agradecimento ao governador pelas palavras elogiosas com que procurava estimular sua dedicação. Sua resposta era uma seca comunicação do conhecimento das ordens. Concluía por comunicar que fizera sair do quartel dois índios correios do Ceará, o correio da Paraíba, Baltazar da Rocha e João Damasceno, que vindos de Pernambuco dirigiam-se para Natal.

A referência que fazia ao nome de Damasceno era colocada de uma forma banal como se este fora uma criatura comum, quando na verdade o Padre João Damasceno Xavier Carneiro era realmente o secretário do governo provisório organizado no Recife, e viera como um dos emissários despachados para conseguir adesões nas capitanias vizinhas.

Ex-vigário de São José de Mipibú, removido depois para uma freguesia de Pernambuco, Damasceno, uma das principais figuras do movimento, teve bastante sucesso na sua missão no Rio Grande do Norte, conseguindo vencer as vacilações do seu velho amigo André de Albuquerque, que aderiu sem mais reservas ao partido dos revolucionários, tornando-se o líder local do movimento. Foi o chefe do governo e morreu em seu posto, sacrificado traiçoeiramente pelo ódio de reacionários inconscientes.⁷

⁶ CASCUDO, Luís da Câmara, *op. cit.*, p.136

⁷ LIRA, Augusto Tavares de, *op. cit.*, p.178.

O Governador Borges continuava determinando aos comandantes do Seridó e aos capitães-mores dos indígenas de Estremoz, Vila Flor e Arez que organizassem a defesa.

Depois de receber as informações vagas de André de Albuquerque sobre a situação dos quartéis de Cunhaú, José Ignácio Borges resolveu visitar o sul da capitania a fim de verificar pessoalmente as ocorrências e procurar resolver as dificuldades lá existentes.

Com referência a essa sua atitude de ir até o engenho Belém, alguns autores, como Tavares de Lira⁸, consideram sem justificativa, julgando um ato imprudente e leviano, ante a iminência de uma sublevação. Significava o abandono da capital quando mais necessária se fazia a presença do representante do poder público a fim de organizar a resistência. Pode ser entendido como uma posição vacilante e dúbia do governante.

O fato é que Borges partiu para Goianinha na tarde de 23 de março, pretendendo entender-se pessoalmente com o coronel de Cunhaú. Passou a noite no engenho Belém, propriedade de Luís Albuquerque Maranhão, primo de André, prosseguindo viagem na manhã seguinte, dia 24. Chegando em Goianinha encontrou-se com André de Albuquerque, com quem conversou até a tardinha sobre assuntos militares e, retornando da viagem, pousou novamente no mesmo engenho Belém. Às quatro horas da manhã, do dia 25, foi cercado e preso pelo Regimento do próprio André de Albuquerque, reunido a uma outra tropa vinda da Paraíba, contando com a presença de João Damasceno.

Ignorando os protestos de Borges, André de Albuquerque convocou o Comandante da Companhia de Linha, Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque, que ficara responsável pela guarda de Natal na ausência do Governador, o Provedor da Fazenda Real, o coronel da Infantaria Miliciania e o seu Major. Todos atenderam ao chamado e, juntamente com André, acompanhado de suas tropas e parentes, entraram triunfalmente em Natal, na tarde do dia 28.

No dia seguinte, 29, no edifício da Provedoria da Fazenda, André de Albuquerque instalou o governo republicano do Rio Grande do Norte sob sua presidência, com a participação do Capitão de Infantaria

⁸ *Ibid.*

Antônio Germano Cavalcanti, Coronel de Milícias José Joaquim do Rego Barros, Capitão de Milícias Antônio da Rocha Bezerra e o padre Feliciano José Dorneles, vigário da freguesia. Mais tarde, para se livrarem de alguma condenação na repressão aos revolucionários de 1817, todos eles alegaram terem sido coagidos a aceitar os cargos. A duração desse governo foi de 29 de março até 26 de abril, isto é, quatro semanas.

No dia 30 chegava reforço militar da Paraíba, comandado pelo Adjunto do Batalhão de Linha, José Peregrino Xavier de Carvalho, enviado pelo governo central do Recife, para dar apoio à estabilidade do governo de André de Albuquerque.

Com exceção do envio de pequenos contingentes armados às vilas e povoações próximas a Natal para forçá-las a aderirem ao governo revolucionário, são desconhecidos outros atos de André de Albuquerque. Cascudo⁹ afirma que no Rio Grande do Norte o governo republicano não conseguiu nenhuma popularidade, nenhuma irradiação, nenhuma conquista nem sequer qualquer vibração. Os próprios membros do governo traíam seu líder procurando fugir. E os monarquistas tramavam e aguardavam uma oportunidade de retomada do poder.

Pela madrugada de 25 de abril de 1817, José Peregrino regressou à Paraíba com sua tropa. Os conspiradores, sabedores do fracasso em Pernambuco e da retirada das tropas da Paraíba, após o sinal combinado do toque do sino da Matriz, invadiram a Casa do Governo. O grupo era composto pelos capitães Antônio José do Leite Pinho, José Alexandre Gomes de Melo, Francisco Felipe da Fonseca Pinto, Alexandre Feliciano Bandeira e ainda outros. André de Albuquerque encontrava-se sentado à mesa dos despachos; tomado de surpresa ainda tentou reagir, e negou-se ao "Viva El-Rei". Logo em seguida foi ferido pela espada de Antônio José Leite Pinho, na região inguinal. Foi carregado ferido e sem tratamento para a Fortaleza dos Reis Magos, onde permaneceu preso em uma cela escura, agonizante, somente recebendo do soldado Inácio Manuel de Oliveira uma esteira para forrar o chão úmido e uma trouxa de roupa para descansar a cabeça.

No dia seguinte, já morto, seu corpo foi retirado nu e algemado, transportado nos ombros dos soldados, para ser enterrado na Matriz, em

⁹ CASCUDO, Luís da Câmara, *op. cit.*

atendimento a solicitação do vigário. No caminho, afirma Cascudo¹⁰, nas imediações de onde foi a rua Coronel Bonifácio, na Ribeira, Ritinha Coelho, casada com o alferes Francisco Sebastião Coelho, teve o gesto de cobrir o cadáver com uma esteira de piripiri.

O padre Simão Judas Tadeu, coadjutor, foi quem fez a encomendação, e João Álvares de Quental calçou as esporas e esporeou o cadáver do réu pelo crime de lesa-majestade. Depois foi enterrado no corredor primitivo da Matriz, o único que havia, ao lado direito do templo, sem lápide, segundo informação de Cascudo.¹¹

A autoria da morte do senhor de Cunhaú e Chefe do Movimento de 1817 no Rio Grande do Norte, André de Albuquerque Maranhão, não foi reconhecida logo de imediato. Apareceram vários candidatos que queriam assumir o ato. Anos depois um parente da vítima pesquisou pacientemente e identificou o tenente Antônio José Leite Pinho como o verdadeiro autor e vingou a morte de seu ancestral, encomendando o serviço a dois cabras de Cunhaú.

Sufocado o movimento republicano em Natal, ainda foi tentada uma continuidade dele em Portalegre, Martins e Apodi, com Davi Leopoldo Targini, João Barbosa Cordeiro (vigário), o Sargento-Mor José Francisco Vieira de Barros, o Capitão Manoel Joaquim Palácio e o Tenente Felipe Bandeira de Moura, todos Oficiais de Ordenanças. O governo que estabeleceram a 10 de maio, já desaparecera no dia 19.¹²

Subjugado o movimento revolucionário, cujos resultados foram julgamentos, prisões e arcabuzamentos, incluídos neste item como mártires André de Albuquerque e o Padre Miguelinho (Miguel Joaquim de Almeida castro), foi instalado um Governo Interino, constituído pelo Comandante das Armas, o mesmo Antônio Germano, o vereador mais velho Antônio Freire de Amorim e o Provedor da Real Fazenda, Manuel Inácio Pereira do Lago. Este governo permaneceu de 26 de abril até 17

¹⁰ *Ibid.*

¹¹ *Ibid.*

¹² LEMOS, Vicente; MEDEIROS, Tarcisio. *Capitães-Mores e Governadores do Rio Grande do Norte.*

de junho, quando reassumiu o Governador José Inácio Borges, que retornara de Recife nesse mesmo dia.

Com a restauração do governo da legalidade, verificou-se que a reação do Rio Grande do Norte não foi tão rígida quanto a observada em Pernambuco. José Inácio Borges restringiu-se ao cumprimento das ordens recebidas, sem demonstrar sentimentos pessoais ou ressentimentos pelos acontecimentos anteriores. Foram feitas muitas prisões e confiscos de bens, mas nenhum dos acusados sofreu pena de morte, mesmo tendo todos incorrido no crime de lesa-majestade. As informações oficiais, de acordo com Tavares de Lira¹³, demonstram a tentativa de inocentar os companheiros de André de Albuquerque, recaindo sobre o mesmo, que já não existia, a responsabilidade maior do movimento revolucionário. Assim é que muitos obtiveram absolvição e até passaram a ocupar posições significativas no governo que se instalava.

Restabelecido o domínio português na Capitania, a 18 de março de 1818 chegou o Alvará Régio que a tornava livre da dependência judicial da Paraíba. Tal ato confirmava a oficialização da independência da Capitania, já decretada ditatorialmente por Inácio Borges, no ano anterior. Foi esse o primeiro benefício recebido pelo Rio Grande do Norte com a transferência da sede do governo português para o Rio de Janeiro. O Alvará de 03 de fevereiro de 1820 efetivou a legalização da Alfândega.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos nativistas em Pernambuco - Setembrizada e Novembrada**. Recife: UFPE, 1971
- BEIGUELMAN, Paula. **Formação Política do Brasil**. São Paulo, 1967.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Nacional, 1955.
- COSTA, Emilia Viotti da. Introdução ao Estudo da Emancipação Política do Brasil. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1968.
- CUNHA, A. Carneiro da. **Revolução de 1817 na Paraíba do Norte: memória... Paraíba: [s.n], 1914.**

¹³ *Ibid.*

- DELGADO, Luís. **Gestos e vozes de Pernambuco**. Recife, 1970.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1971.
- GONDIM, Isabel. **Sedição de 1817 na Capitania ora Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: [s.n.], 1908.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. (Org.) **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Difel, 1989.
- LEMONS, Vicente, MEDEIROS, Tarcísio. **Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte: 1701- 1822**. Natal: Tip.CERN, 1980. v. 2.
- LIMA, M. de Oliveira. **Pernambuco: seu desenvolvimento histórico**. 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
- LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. Brasília, Senado Federal, 1982.
- _____. **A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1972.
- NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1971.
- MOTTA, Carlos Guilherme. **Nordeste 1817**. São Paulo: Ed. Perspectiva, USP, 1972.
- NONATO, Raimundo. **Presença norte-rio-grandense na Alçada de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1971.
- PINTO, F. das Chagas de Sousa. **Frei Miguelinho: uma página da Revolução de 1817**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1928.
- POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte**. [s.l.: s.n.], 1922.
- PRADO JR. Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- QUINTAS, Amaro. A agitação republicana no Nordeste. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (Org.). **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: [s.n.], 1962.
- _____. **A gênese do espírito republicano em Pernambuco e a Revolução de 1817**. Recife: [s.n.], 1939.
- STUDART, Carlos. **A Revolução de 1817 no Ceará e outros estudos**. Fortaleza: [s. n.], 1916
- TEIXEIRA, Francisco M.P. **Frei Caneca e a Resistência Pernambucana**. São Paulo: Ática, 1991.

O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: um perfil de sua historiografia entre 1902 e 1907¹

Karla Menezes
Graduada em História pela UFRN

Entre meados dos séculos XIX e XX, um número significativo de Institutos Históricos e Geográficos foi criado no Brasil. Atuando em diferentes espaços a partir de diretrizes comuns, como a coleta de documentos e a escrita da história local/estadual, esses institutos fundaram propriamente a pesquisa histórica em nosso país, constituindo-se nos primeiros espaços de institucionalização da historiografia no Brasil.

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, especificamente, foi criado a 29 de março de 1902. Embora algumas publicações proponham, já para o século XIX, a iniciativa norte-rio-grandense no sentido de desenvolver sua historiografia, até 1902, contudo, o interesse então existente em torno da escrita da história do estado não fora por si só suficiente para engendrar a criação do Instituto Histórico e Geográfico local. O que objetivamente impulsionaria a fundação do mesmo seria um litígio que colocara em risco os limites territoriais dessa unidade federativa. Foi propriamente a chamada "Questão de Grossos" que fez os intelectuais norte-rio-grandenses perceberem a importância e o significado da instalação de uma instituição voltada para os estudos históricos e geográficos no e sobre o estado.² Aqui, como ocorreu em certo sentido com outros estados, foi em virtude de uma questão de limites, em que então se envolviam os recém-formados estados, que convergiram as

¹ Este texto constitui um resumo de um estudo feito, originalmente, como parte do projeto de pesquisa Formação de Acervo Bibliográfico: História e Historiografia Regional/RN – no qual a autora atuou como bolsista CNPq/PIBIC – apresentado como monografia de graduação em História (UFRN).

² A chamada "Questão de Grossos" correspondeu a um processo litigioso travado entre o Rio Grande do Norte e o Ceará, em que se contestava a posse da região de Grossos, até então pertencente aquele primeiro estado.

ações em torno da criação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Através do Instituto local, o Rio Grande do Norte criava não só um espaço para o desenvolvimento das pesquisas históricas e geográficas necessárias à comprovação da posse de Grossos para o estado, mas também uma instituição que legitimamente respaldaria tais pesquisas e, sobretudo, a ação daqueles que buscavam forças para manter a integridade territorial do estado.

Os estatutos que regulamentaram as atividades do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em seus primeiros 27 anos de existência, foram aprovados a 25 de maio de 1902, ainda sob a gestão da sua primeira e provisória diretoria. Formulados a partir de um projeto básico desenvolvido pelos sócios Luiz Fernandes, Moreira Dias e Pedro Soares, os estatutos do instituto norte-rio-grandense apresentavam algumas semelhanças em relação aos estatutos de outras instituições congêneres. Entre tantos pontos comuns, um dos aspectos que mais aproxima o IHGRN das demais instituições corresponde aos fins a que se dispôs atingir:

*O Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Norte tem por fim colligir, methodizar, archivar e publicar documentos e as tradições, que lhe for possivel obter, pertencente á historia, geographia, archeologia e ethnographia, principalmente do Estado, e á lingua de seus indigenas, desde a epocha do descobrimento do Brasil.*³

Coletando, metodizando e arquivando documentos, o IHGRN reproduziria em nível do estado as atividades que, de um modo geral, movimentaram os primeiros anos de trabalho dos institutos históricos brasileiros. Num estado em que as condições dos arquivos públicos eram péssimas – segundo a observação de Gonçalves Dias, quando excursionava pela então província em suas expedições científicas⁴ –, coube ao Instituto inaugurar propriamente o trabalho de coleta e organização de

³ ESTATUTOS do IHGRN. RIHGRN, v.1, n.1, p.9.

⁴ RODRIGUES, José Honório. *A pesquisa histórica no Brasil*.

fontes que, futuramente, subsidiariam as pesquisas históricas sobre o Rio Grande do Norte.

Com efeito, no decorrer de seus primeiros anos de atividade, o IHGRN compôs um acervo documental - ainda que tímido no que diz respeito a períodos mais afastados no tempo -, referente sobretudo à administração do Estado, onde atuavam grande parte de seus sócios e principais doadores na constituição deste acervo.

Além de constituir-se em arquivo, por esse trabalho de coleta e organização de fontes documentais, o Instituto definiu-se também como biblioteca e museu. Sobretudo através de doações, esta instituição compôs, paralelamente à sua atividade arquivista, um considerável acervo bibliográfico já em seus primeiros anos de atividade. Da mesma forma, o Instituto formou também um pequeno museu, que através do tempo concentraria peças de valor histórico-cultural para o estado.

Desenvolvendo essa atividade tridimensionada, constituindo-se numa espécie de arquivo-biblioteca-museu, o IHGRN fornecia, assim, dentro de suas limitações, as primeiras bases materiais para o desenvolvimento das pesquisas referentes à história do Rio Grande do Norte.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, veículo através do qual o Instituto tem registrado estudos referentes a este estado - como já previa em seus primeiros estatutos -, começou a ser publicada em 1903. Até 1907, pelo menos, o Instituto publicou com rigorosa regularidade um volume anual, sendo editado pela **Gazeta do Comércio** e o **Jornal d'O Século**, ambos do Rio Grande do Norte.

Os cinco primeiros volumes dessa Revista seguiram mais ou menos a mesma organização interna, cujas partes podem assim ser classificadas:

- Transcrição de discursos proferidos nas sessões do Instituto, sobretudo naquelas solenes e comemorativas;
- Transcrição de documentos, que seriam mais volumosamente publicados a partir do sexto volume da Revista em coluna denominada "Arquivo";

- Resumo das atas das sessões do Instituto, que descrevem sumariamente as atividades e discussões empreendidas pela instituição;
- Notas biográficas e necrologias;
- Textos relativos à história, geologia e geografia do estado.

Assim configurando-se, a Revista do IHGRN foi moldada dentro de um padrão que, de um modo geral, caracterizou as publicações dos Institutos Históricos e Geográficos. Seguindo uma tradição iniciada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o instituto norte-riograndense reservou em sua Revista, por exemplo, e desde sua primeira publicação, um espaço dedicado especialmente às biografias e necrologias dos seus sócios, cuja função parece transpor os limites da simples homenagem àqueles que integrariam a instituição através do tempo. Mais do que homenagem, essas breves biografias e elogios fúnebres constituíram-se, em certo sentido, em espaços através dos quais aqueles que faziam a instituição podiam ter cultuadas e perpetuadas suas imagens. Não obstante este papel que assumem, as biografias e necrologias representariam também as bases, ou mesmo os primeiros indícios, de uma futura historiografia, sobretudo a nível político, pautada nos “grandes personagens históricos do estado”, tendo-se em consideração que boa parte daqueles que integravam a instituição, e eram biografados, participaram da história política do Rio Grande do Norte.

No que se refere aos artigos/estudos propriamente ditos, entre 1903 e 1907, há um claro predomínio de textos que podem ser enquadrados a nível do conhecimento histórico. Devido a sua criação ter sido impulsionada sobretudo pela já mencionada “Questão de Grossos”, inicialmente o Instituto dedicou significativo espaço a este tema em sua Revista. Do primeiro ao quarto volumes desta Revista, por exemplo, são publicados não só trabalhos referentes aos limites territoriais do Rio Grande do Norte em si, mas sobretudo textos que dizem respeito à própria “Questão de Grossos”. Relacionados aos limites desse estado com o Ceará são exatamente doze textos, desenvolvidos por sete diferentes autores, que tomam espaço considerável nos volumes em que estão publicados.

Enquanto nos textos relativos à “Questão de Grossos” - os quais não analisamos neste estudo por corresponderem, na maioria dos casos, a produções extra-Instituto -, observamos uma positiva e pouco peculiar fusão entre História, Geografia e Direito na construção do conhecimento, nos textos produzidos propriamente pelos historiadores do Instituto verifica-se uma maior ligação com a História, ficando em segundo plano a Geologia e, a cargo desta, os estudos geográficos.

Os textos históricos produzidos pelo Instituto e publicados nos cinco primeiros volumes de sua Revista, concentram-se em três temáticas básicas assim intituladas: “Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte”, “Índios célebres do Rio Grande do Norte”, e “Holandeses no Rio Grande do Norte”.

Essas temáticas, que definem a primeira etapa do esforço historiográfico do Instituto, embora digam respeito a um mesmo contexto histórico, a do “desbravamento colonial”, não traduzem exatamente um projeto objetivo de construção da história do estado a partir dos primórdios da colonização, como poderia ter proposto objetivamente o Instituto, ao lançar-se à produção historiográfica sobre o estado. Considerando o conteúdo das atas das sessões do Instituto, através das quais deixou registradas suas discussões internas, constata-se que um projeto historiográfico objetivo nunca fez parte da pauta de debates desta instituição, pelo menos até 1907.

Num período em que mesmo em nível de Brasil o exercício historiográfico era pouco discutido, o Instituto não fugiria à regra, isto é, também não se ocupavam em discutir temas, períodos, metodologias, teorias e filosofias históricas com as quais fundamentaria sua historiografia. A historiografia inicial do IHGRN foi construída, como em outras instituições congêneres, não por uma discussão conjunta, pensada a partir da instituição como um todo, mas especificamente por indivíduos que, interessados no objeto histórico, dedicaram-se à tarefa historiográfica.

Embora a instituição existisse, essa tarefa foi levada à frente pela iniciativa individual, pela “solidão autodidata”, digamos assim, de seus dedicados historiadores. Se de um modo geral conseguimos perceber uma unidade, um padrão de estilo historiográfico no Instituto, esta uni-

formidade foi imprimida não pela discussão objetiva e planejada do exercício historiográfico propriamente dito, mas por mirarem-se os historiadores do Instituto, sobretudo, nos trabalhos produzidos por outros institutos históricos.

Tendo sido já tratadas em trabalhos de historiografia sobre o Brasil por estudos mais localizados desenvolvidos pelos institutos estaduais, as temáticas que o Instituto aborda não são originais. Temas relativos à administração colonial e às invasões holandesas, por exemplo, integravam comumente as revistas dos institutos já existentes, que, em geral, seguiam os mesmos caminhos temáticos traçados nas obras clássicas de História do Brasil.

A retomada dessas temáticas pelo Instituto, contudo, além de ter sido guiada pelas “sugestões” desses modelos historiográficos, foi proporcionada também pela escassez de documentos e mesmo bibliografia referentes a outros campos da história do estado - ou pela indisponibilidade para tratar de novos horizontes temáticos -, bem como pela necessidade de ratificar certas “verdades”, como observaremos mais adiante.

Limitados sobretudo pela falta de documentação, os historiadores do Instituto pinçavam com outras obras, que de alguma forma já haviam tratado do Rio Grande do Norte, os fatos que comporiam seus trabalhos. Com isto, a instituição não contribuiu inicialmente para um alargamento do conhecimento histórico sobre o estado, fazendo com que o mesmo ainda permanecesse muito restrito e difuso. Na verdade, só a partir mesmo da década de 1920, através das clássicas obras de Rocha Pombo e Tavares de Lyra, é que a história do Rio Grande do Norte seria mais amplamente construída e periodizada.

No que se refere às formas de abordagem e síntese com as quais eram desenvolvidas suas temáticas, são também muito pouco originais os primeiros estudos do Instituto. Na maioria das vezes, estes estudos consistem basicamente na compilação de um conjunto de narrativas que integram outros trabalhos ou documentos/memórias eventualmente utilizados.

Limitando-se a dispor cronologicamente os fatos já anteriormente narrados, a historiografia potiguar produzida pelo Instituto não era pro-

blematizado; como também os estudos históricos brasileiros do período. O fato não era exatamente um dado na construção do conhecimento histórico, mas uma espécie de unidade de um conjunto maior, que seria a própria história.

De um modo geral, os historiadores do IHGRN acabavam por repetir, assim, as narrativas de cronistas e memorialistas, variando, algumas vezes, quando havia oportunidade e necessidade de confrontar divergentes narrativas sobre um mesmo fato. Mesmo aqui, contudo, a “aquilatação dos fatos” - como dizia um de seus mais empenhados historiadores no período, Luís Fernandes - não concorria necessariamente para uma mudança de sua lógica explicativa ou, melhor dizendo, da sua coerência narrativa. Após “pesar” os fatos, os mesmos continuavam sendo distribuídos segundo uma ordem cronológica e a partir de uma relação de causa e efeito. Assim, e ainda que fossem confrontados os fatos, a temática não era propriamente problematizada e interpretada, mas descrita.

Embora a “aquilatação dos fatos” não tenha alterado o conjunto da produção histórica do Instituto, vale, contudo, registrar aqui a posição dos que defenderam o exercício de uma “crítica dos fatos”. Nesse domínio, um crítico exemplar do Instituto foi sem dúvidas Luiz Fernandes. Autor também dos textos referentes aos capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte, só precisamente em “Índios Célebres do Rio Grande do Norte” - conjunto de textos publicados nos primeiros números da Revista -, é que este historiador discutiria a importância da crítica aos fatos e, em certo sentido, o exercitaria.

Ao rebater os argumentos do historiador pernambucano Pereira da Costa, que “toma” para Pernambuco a naturalidade de Felipe Camarão, até então um incontestável herói potiguar na luta contra os holandeses, assim expõe Luiz Fernandes:

[...] não é com simples conjecturas ou frases isoladas de um ou outro historiador, aliás já conhecidas e explicadas, que se destroi um edificio tão solidamente construido e cada dia mais defendido pelo estudo e

formidade foi imprimida não pela discussão objetiva e planejada do exercício historiográfico propriamente dito, mas por mirarem-se os historiadores do Instituto, sobretudo, nos trabalhos produzidos por outros institutos históricos.

Tendo sido já tratadas em trabalhos de historiografia sobre o Brasil por estudos mais localizados desenvolvidos pelos institutos estaduais, as temáticas que o Instituto aborda não são originais. Temas relativos à administração colonial e às invasões holandesas, por exemplo, integravam comumente as revistas dos institutos já existentes, que, em geral, seguiam os mesmos caminhos temáticos traçados nas obras clássicas de História do Brasil.

A retomada dessas temáticas pelo Instituto, contudo, além de ter sido guiada pelas “sugestões” desses modelos historiográficos, foi proporcionada também pela escassez de documentos e mesmo bibliografia referentes a outros campos da história do estado - ou pela indisponibilidade para tratar de novos horizontes temáticos -, bem como pela necessidade de ratificar certas “verdades”, como observaremos mais adiante.

Limitados sobretudo pela falta de documentação, os historiadores do Instituto pinçavam com outras obras, que de alguma forma já haviam tratado do Rio Grande do Norte, os fatos que comporiam seus trabalhos. Com isto, a instituição não contribuiu inicialmente para um alargamento do conhecimento histórico sobre o estado, fazendo com que o mesmo ainda permanecesse muito restrito e difuso. Na verdade, só a partir mesmo da década de 1920, através das clássicas obras de Rocha Pombo e Tavares de Lyra, é que a história do Rio Grande do Norte seria mais amplamente construída e periodizada.

No que se refere às formas de abordagem e síntese com as quais eram desenvolvidas suas temáticas, são também muito pouco originais os primeiros estudos do Instituto. Na maioria das vezes, estes estudos consistem basicamente na compilação de um conjunto de narrativas que integram outros trabalhos ou documentos/memórias eventualmente utilizados.

Limitando-se a dispor cronologicamente os fatos já anteriormente narrados, a historiografia potiguar produzida pelo Instituto não era pro-

blematizado; como também os estudos históricos brasileiros do período. O fato não era exatamente um dado na construção do conhecimento histórico, mas uma espécie de unidade de um conjunto maior, que seria a própria história.

De um modo geral, os historiadores do IHGRN acabavam por repetir, assim, as narrativas de cronistas e memorialistas, variando, algumas vezes, quando havia oportunidade e necessidade de confrontar divergentes narrativas sobre um mesmo fato. Mesmo aqui, contudo, a “aquilatação dos fatos” - como dizia um de seus mais empenhados historiadores no período, Luís Fernandes - não concorria necessariamente para uma mudança de sua lógica explicativa ou, melhor dizendo, da sua coerência narrativa. Após “pesar” os fatos, os mesmos continuavam sendo distribuídos segundo uma ordem cronológica e a partir de uma relação de causa e efeito. Assim, e ainda que fossem confrontados os fatos, a temática não era propriamente problematizada e interpretada, mas descrita.

Embora a “aquilatação dos fatos” não tenha alterado o conjunto da produção histórica do Instituto, vale, contudo, registrar aqui a posição dos que defenderam o exercício de uma “crítica dos fatos”. Nesse domínio, um crítico exemplar do Instituto foi sem dúvidas Luiz Fernandes. Autor também dos textos referentes aos capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte, só precisamente em “Índios Célebres do Rio Grande do Norte” - conjunto de textos publicados nos primeiros números da Revista -, é que este historiador discutiria a importância da crítica aos fatos e, em certo sentido, o exercitaria.

Ao rebater os argumentos do historiador pernambucano Pereira da Costa, que “toma” para Pernambuco a naturalidade de Felipe Camarão, até então um incontestável herói potiguar na luta contra os holandeses, assim expõe Luiz Fernandes:

[...] não é com simples conjecturas ou frases isoladas de um ou outro historiador, aliás já conhecidas e explicadas, que se destroi um edificio tão solidamente construido e cada dia mais defendido pelo estudo e

*confronto dos fatos á luz da critica desapaixonada e justa.*⁵

Mais adiante continua:

*[...] indício vehemente de ter-se o auctor apaixonado demasiadamente pela causa que defende. [...] É preciso ler Calado [...] com preciso tento e critério. Não é muito exato na aquilatação dos factos e entre os conhecidos defeitos de seu livro o Valeroso Lucideno destaca-se o que diz respeito á falta de correção da linguagem.*⁶

Nessas breves palavras, é possível percebermos, de um lado, que para Fernandes a verdade histórica está relacionada a uma crítica objetiva dos fatos, ou seja, aquela em que o historiador não se envolve com o seu objeto. Assim considerando-se, só seria possível destruir um dado conhecimento histórico se uma nova crítica, também desapaixonada, abalasse as estruturas da “verdade” até então estabelecida. Por outro lado, um historiador ou memorialista só mereceria crédito, ou representaria uma “autoridade incontestável”, se bem confrontasse os fatos. Para Fernandes, o autor do texto, através do qual é contestada a naturalidade potiguar de F. Camarão, não mereceria crédito exatamente por não “bem pensar” seus fatos.

Embora a historiografia do Instituto tenha tido, geralmente, uma base bibliográfica, as fontes documentais sempre se mostraram importantes para a instituição. Na verdade, sempre que tinham em mãos documentos, os historiadores suprimiam suas próprias narrativas por uma transcrição praticamente integral dos documentos que porventura obtivesse. Isso é o que faz, por exemplo, Alfredo de Carvalho, quando escreve sobre os “Holandeses no Rio Grande do Norte”. Para este, o documento era, ao que tudo indica, uma “autoridade”, sendo necessário apenas suprimir dos mesmos alguns possíveis excessos descritivos. Jus-

⁵ FERNANDES, Luiz. Índios célebres do Rio Grande do Norte, RIHRN, v. 2I, n.2, p.144.

⁶ Ibid, p.198.

tificando as supressões que faz em seu trabalho, assim coloca-se Carvalho:

Em geral os homens desconheciam esta concisão syntaxica tão característica de nossos tempos actuais; escreviam com demora e diffusão, procurando com frequencia evitar, por meio de redundancias, as continuas difficuldades de expressão que se lhes antolhavam; costumeiro entre a gente mais culta da epoca [].

[...] outras vezes, porem, o dizer ingenuo da gente de então possui tamanha dose de originalidade primitiva, reçumbra tão intenso poder descriptivo, que seria crime alterar-lhe a ingenita contextura grammatical, no que julgue a exigentes puristas contemporaneos.

Esta foi a norma que, ha muito, adoptamos em trabalhos similares e observamos no presente: ora transladamos, com possivel equivalencia em linguas de indole tão diversa, palavra por palavra, as circunstanciadas relações de testemunho presencias dos sucesos.⁷

Como observamos, o que o autor discute não é exatamente a autenticidade das fontes que utiliza, mas seu exagero descritivo, sua “contextura gramatical”. Neste caso, a sua preocupação restringia-se a cortar os excessos descritivos comuns aos memorialistas. Não fazia parte da concepção dos historiadores do Instituto, bem como dos historiadores do período como um todo, uma visão hoje já corrente de que o documento é também um monumento, como propõe Le Goff. O documento não era discutido enquanto tal, não passava por uma crítica mais profunda, através da qual fosse percebida sua intencionalidade, ou seja, o que as sociedades do passado quiseram deixar sobre si próprias à posteridade. Sem perceber que o documento não é inócua, os poucos estudos do Instituto que tiveram como base fontes documentais, ao simplesmente trans-

⁷ CARVALHO, Alfredo de. *Os holandeses no RN*. RIHGRN, v. 4, n.1, p. 119-120.

crevê-las, contribuíram na verdade para uma “memorização dos monumentos”, das imagens que o passado quis perpetuar.⁸

No máximo o que os historiadores faziam, tendo em mãos os documentos, era desenvolver um trabalho de crítica interna, verificando a autenticidade dos mesmos. Isto, contudo, era muitas vezes secundado, tendo-se em vista que ao Instituto não foi possível obter um grande número de documentos que permitisse a seus historiadores fazer opções por um ou outro documento que melhor confiança lhes inspirasse, ao menos a princípio.

Essas “autoridades documentais”, que o Instituto desde sua fundação empenhou-se em coletar, limitaram-se, por sua vez, restritamente, aos textos escritos. Entre estes eram priorizados os de natureza oficial, ligados sobretudo à administração colonial e provincial, e as memórias. Embora a instituição tenha atuado também enquanto museu, os objetos que compunham este tinham um caráter especificamente expositivo, ou seja, uma visão mais ampliada do documento, enquanto toda uma variedade de vestígio do passado, não fazia parte do universo de preocupações do Instituto; esta perspectiva, aliás, só seria considerada mais recentemente no país.

Outro traço característico do Instituto, explícito não só em sua produção histórica propriamente dita mas em atividades outras nas quais a instituição também se empenhava – como a organização de eventos cívicos –, corresponde ao que a crítica historiográfica tem denominado de “culto aos heróis”. O conjunto de textos que constitui a temática “índios célebres do Rio Grande do Norte” fornece exemplos sugestivos dessa atração dos historiadores do Instituto pelos “grandes homens”.

Embora a temática indígena já tivesse sido abordada pela historiografia brasileira, a partir do século XIX – em virtude do projeto historiográfico adotado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, bem como pela influência da escola romântica – “Índios célebres do Rio Grande do Norte” não correspondeu exatamente a um estudo de caráter etnográfico, como bem ou mal caracterizaram-se os estudos nesta área. Quando Luiz Fernandes abordou a temática indígena, sua perspectiva

⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*.

não era considerar as raízes étnicas do estado ou traçar o perfil daqueles povos na construção da “identidade” e no “processo civilizatório” do Rio Grande do Norte, como era mais comum então.

Ao traçar a biografia e narrar os sucessos de Felipe Camarão e de seus supostos pais e esposa, a pretensão de Luiz Fernandes era ratificar uma estabelecida “verdade histórica”, que então passava a ser rebatida pelo historiador pernambucano Francisco Pereira Costa. Tal verdade correspondia à naturalidade norte-rio-grandense daquele famoso personagem histórico das lutas contra os holandeses.

Incitado a lutar pela ratificação da “posse” norte-rio-grandense daquele herói, Fernandes iria concentrar seus estudos não exatamente na nação indígena potiguar como um todo, mas naqueles que, segundo o mesmo, foram figuras singulares, diferenciando-se dos demais que compunham aquela nação.

Sobre o foco de seu estudo, voltada ao personagem, assim coloca-se Luiz Fernandes:

É, porem, nosso intuito tratarmos aqui somente dos chefes petiguares do Rio Grande do Norte, entre os quais occupa o primeiro lugar o valoroso Poty, não só pela superioridade entre os natures, dos quaes era chefe, como pela promptidão com que o seu espirito efficazmente assimilou as idéias da civilização européia, que lhe incutiam os colonizadores, e posição saliente que, em favor deste assumiu nas luctas contra os Hollandezes.⁹

Com tais palavras, além de justificar a delimitação de seu trabalho, este empenhado historiador do Instituto deixa-nos entrever, já de antemão, algumas de suas visões em torno do que faria o indígena um indivíduo singular, capaz mesmo de constar entre os personagens da história do estado.

⁹ FERNANDES, Luiz, op. cit., p.140.

Parece-nos muito clara em Luiz Fernandes a valorização da assimilação da cultura européia pelo índio, para que ele se tornasse um “civilizado”, para que se projetasse na “apropriada” sociedade colonial. Este traço do pensamento histórico do escritor não é, contudo, algo *sui generis*; esta concepção em torno do indígena foi compartilhada por inúmeros historiadores até pouco tempo atrás, que tinham uma visão um tanto quanto eurocêntrica sobre o processo de colonização.

Sobre como Felipe Camarão projeta-se, “como de um bárbaro cacique veio a ser fidalgo e cavalheiro”¹⁰, são ilustrativas as subdivisões com as quais Fernandes constrói seu primeiro texto. São elas: “Poty - o selvagem”; “Antônio Camarão - o catequizado”; e “D. Antônio Felipe Camarão - o herói”. Compondo essa ordenação, com base nos degraus galgados por aquele personagem histórico no seu “processo civilizatório”, Luiz Fernandes propõe, nas entrelinhas, que a passagem do índio do estado selvagem à condição de herói se efetuava tanto pela assimilação da cultura européia, através da catequização, como pela sua participação nas lutas dos portugueses contra os “invasores”, no caso, os holandeses.

Ao justificar a inversão da ordem cronológica que comete, abordando inicialmente Felipe Camarão e não seu suposto pai, Potiguassu, Fernandes não só ratifica esse “rito de passagem” do ilustre índio, como deixa clara sua preferência pelo mesmo:

*[...] se fosse apontar para a ordem cronologica e natural dos factos, por Potyguassu deveria ter começado meu estudo sobre os indios do Rio Grande do Norte; determinante foi, porem, minha preferencia de ordem superior: selvagem, catechumeno ou guerreiro, chefe em Ygapó, ou heroi em Cunhaú, Poty elevou-se acima de todos.*¹¹

Em sua réplica ao historiador pernambucano, Fernandes luta apaixonadamente, movido por um “patriotismo estadualizado”, por uma “solidamente firmada verdade histórica”. Aquele por quem empenha-se

¹⁰ Ibid., p.141.

¹¹ Ibid., p.403-404

em rebater “pueris conjecturas” contudo, não era uma “nulidade”; se assim fosse, Fernandes não teria, provavelmente, despendido tanta energia tentando ratificar sua naturalidade. Isto é o que deixa entrever ao rebater a hipótese da existência de dois Camarão no passado:

[..] o historiador pernambucano pretende fazer da individualidade de Philippe Camarão duas entidades distintas, dando-nos um Camarão fraco, covarde, uma nulidade, e evocando para sua patria esse bravo e destemido, que foi a alma das luctas contra os Hollandezes e cujo valor eram estes os proprios a reconhecer e publicar.¹²

Apesar de estar concentrado essencialmente na figura de Felipe Camarão, “Índios célebres do Rio Grande do Norte” pode ser considerado, por outro lado, mesmo com suas limitações, o tema sobre o qual foram produzidos os estudos mais expressivos dessa primeira investida historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Enquanto os demais estudos correspondem mais especificamente a uma compilação de narrativas, essa temática desenvolvida por Luiz Fernandes contém certos avanços, considerando-se todo o conjunto historiográfico do Instituto no período. Incitado a contra-argumentar as posições do historiador pernambucano, Fernandes é levado a transpor os limites da mera narrativa, da ordenação dos fatos pura e simplesmente. À medida que precisa defender a “verdade histórica”, é conduzido, digamos assim, a dialogar um pouco mais com a matéria-prima através da qual constrói a sua “defesa”; não faz, portanto, uma compilação simplesmente, desenvolve uma narrativa que, além de descritiva, em certo sentido é também problematizada pela crítica que faz às crônicas e memórias que o subsidia.

“Índios célebres do Rio Grande do Norte” é, portanto, um trabalho ilustrativo à medida que materializa, historiograficamente, uma das

¹² Ibid., p.142.

características básicas do Instituto nos seus primeiros anos de atividade, ou seja, o “culto aos heróis da pátria norte-rio-grandense”.

Enquanto, através dos estudos de Luiz Fernandes, o Instituto registra e inaugura, em termos de estudos históricos concretos, a prioridade que dava ao enfoque e culto aos heróis, nos discursos proferidos em sessões solenes e eventos cívicos eram ratificados verbal e simbolicamente, por outro lado, esta sua atração pelos grandes personagens históricos.

Sobre este culto aos heróis promovido pelo Instituto, muito sugestivo foi seu empenho no sentido de promover e organizar o evento em homenagem a Frei Miguelinho, “o mártir norte-rio-grandense da revolução republicana de 1817”.

Discorrendo sobre o processo de organização e efetivação desse evento, assim se posicionava o Instituto, em sua Revista:

*Estava dado o primeiro passo para a consagração da memória do inovidável patriota norte-rio-grandense, cujo o vulto se destaca, em nossa história, como uma das figuras primaciaes do movimento revolucionario de 1817; e a comissão, associando a sua iniciativa os poderes publicos e o povo, transformou-a de simples homenagem civica na mais brilhante afirmação de solidariedade dos contemporaneos com a obra gloriosa do heroe. D'ahi o esplendor e magnificencia da festa, que foi, realmente, excepcional e deslumbrante [...]*¹³

Através deste evento, o Instituto celebrava a efetiva integração do então mais ilustre herói norte-rio-grandense à galeria de seus personagens históricos. Embora cronologicamente o culto historiográfico a Felipe Camarão anteceda aquele evento e às biografias de Frei Miguelinho, que posteriormente povoariam a Revista do Instituto, parece-nos muito claro que esta instituição proclama “o mártir de 1817” como seu mais ilustre herói. Enquanto o culto ao “indígena civilizado” é efetuado no Instituto de forma acidental, pela necessidade de ratificar a origem poti-

¹³ *Frei Miguelinho: Festa cívica*, RIHGRN, v. 4, n.2, p.309.

guar deste, Frei Miguelinho, por sua vez, é um herói diretamente eleito, e sua evocação tem, sem dúvida, um significado.

Ao proclamar esse personagem como “o herói dos heróis” o Instituto evoca também o movimento de 1817, que, em nível de campo simbólico, era o referencial do passado, da “tradição republicana do Rio Grande-do-Norte”.

Atuando num momento histórico em que muito recentemente a República tinha sido proclamada, o Instituto, através de seus integrantes, sobretudo os políticos, respirava um ar de extremo patriotismo, de crença no progresso que a democracia republicana tinha a proporcionar a sua pátria. Parafraseando Collingwood, para quem o historiador é aquele que visualiza o passado com os olhos do presente, poderíamos dizer que a exaltação à República, ou mais propriamente à democracia que esta inspira, foi a motivação do Instituto para cultuar Frei Miguelinho e os fatos ocorridos em torno do movimento de 1817; com estes o Instituto se identificava, e podia, por sua vez, “provar” a tradição democrático-republicana norte-rio-grandense.

Assim o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte integrou a sua produção historiográfica alguns preceitos sobre o pensar e o escrever história muito próprios do século XIX e início do século XX. Cultuavam-se excessivamente os fatos, os documentos e os heróis; priorizava-se a descrição e esquecia-se a problematização e interpretação propriamente ditas dos temas abordados. Circunscrito a um dado espaço e contexto histórico, o Instituto desenvolveria sua produção a partir de alguns clássicos da historiografia, e não exatamente a partir de uma discussão que poderia ter lhe proporcionado transpor, em algum sentido, os limites de seus modelos. Assim limitado em sua etapa inicial de trabalho, o Instituto manteria o conhecimento histórico sobre o estado praticamente no mesmo nível daquele produzido por cronistas que antecederam à instituição. Em seus primeiros cinco anos de atividades, o grande mérito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte foi ter construído as bases para o desenvolvimento da pesquisa histórica no estado, reunindo um acervo bibliográfico e documental a cerca do mesmo.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, S.F., BRIGNOLI, H.P. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: GRAAL, 1975. 530p.
- CARR, Edward H. **Que é história?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.11-29.
- COSTA, Fernando Hipólito da. A fundação do Instituto – 1902. **RIHGRN**, Natal, v. 79/80, p. 9-74, 1987/1988.
- DIAS, Margarida dos Santos. **Intrepida ab origine (o Instituto Histórico e Geográfico Paraibano e a historiografia local-1905-1930)**. João Pessoa, 1994. 96p.
- DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. Os intelectuais e o poder na construção da memória nacional. **Tempo Presente**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.43-57, 1986.
- FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. Balanço da nova historiografia paraibana. **Debates Regionais**. João Pessoa, n.2, p.112-118, 1995.
- FONSECA, G.A., CARVALHO, C.F. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano: projeto de organização e preservação. **Debates Regionais**, João Pessoa, n.2, p.242-247, 1995.
- GAMAZO, Adelaide Sagarra. Notas para uma nova historiografia. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.16, n.31-32, p.9-39, 1996.
- GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. 220p.
- GUIMARÃES, Manuel Luís Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, 5-27, 1988.
- JUSTINO, M.G., SILVA, M.S. O acervo do NDIHR: a produção historiográfica nordestina. **Debates Regionais**, João Pessoa, n.2, p.248-261, 1995.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. p.535-551.
- LAPA, José Roberto do Amaral. **A história em questão: historiografia brasileira contemporânea**. Petrópolis: Vozes, 1976. 204p.
- PETROVICH, Enélio Lima. **Os arquitetos da história do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1971. 89p.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RN, Natal, v. 1/7, 9 32/4, 41/44, 48/49, 51/52.

RODRIGUES, José Honório. **Teoria da história do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1969. 493p.

_____. **A pesquisa histórica no Brasil**. São Paulo, 1982. 643p.

SANTOS, Carlos Marques dos Santos. **Memória, história, nação: propondo questões**. **Tempo Presente**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.5-13, 1986.

SCHAPOCHINIK, Nelson. **Como se escreve a história?** **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.13, n.25/26, p.67-80, 1993.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. cap.4, p.99-140: Os institutos históricos e geográficos: "guardiões da história oficial".

A FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA DO RIO GRANDE DO NORTE¹

Gessiane Guedes Bandeira
Graduada em História-UFRN

As instituições em geral, e especialmente as Fundações, têm sido pouco estudadas no Rio Grande do Norte, principalmente no que se refere à sua contribuição no campo da produção intelectual, ou seja, no que diz respeito ao processo de produção do conhecimento histórico no e sobre o Estado. Levando em consideração essa escassez de estudos sobre as Fundações, bem como sobre sua produção historiográfica, a pesquisa por nós desenvolvida teve como objeto uma dessas instituições: a Fundação José Augusto.

Criada em 1963, no governo de Aluizio Alves, essa Instituição tinha, entre os demais objetivos que foram propostos no ato de sua fundação, a função de “manter o Instituto Juvenal Lamartine”, Centro de Pesquisas pré-existentes à Fundação. Este tinha como principal objetivo “exercer atividades de planejamento, elaboração, execução e avaliação de projeto de pesquisa, direcionados a realidade norte-rio-grandense”. Foi, portanto, neste Centro que tiveram origem as pesquisas e estudos relacionados a história do Rio Grande do Norte, no âmbito da Fundação.

O primeiro trabalho realizado pelo Centro, no campo da história, só foi publicado em 1981, através do projeto “História de seu Município”. A primeira cidade do Estado a ser pesquisada foi Cerro Corá. Até 1984, foram realizados mais sete estudos sobre os municípios de Caicó, Eduardo Gomes, Florânia, Macaíba, São Gonçalo do Amarante, Serrinha e Santo Antônio.

¹ Este texto constitui um resumo de um estudo feito, originalmente, como parte do projeto de pesquisa “Formação de Acervo Bibliográfico: História e Historiografia Regional/RN” - no qual atuamos como bolsita CNPq/Balcão - apresentado como monografia de graduação em História (UFRN).

A partir da constatação de que a produção histórica da Fundação, até o período de 1984, limitou-se à construção da história dos municípios acima citados, o interesse maior desta pesquisa foi analisar que tipo de história municipal foi produzida por ela, ou seja, que temas, problemas e abordagens foram privilegiados nessa produção. Em última instância, objetivamos avaliar a relevância dessas obras no conjunto da produção historiográfica do Estado e sua contribuição para a compreensão da realidade de cada município e do Estado como um todo.

O recorte temporal da pesquisa abrangeu o período que se estende da década de 1960 – período relacionado à criação da Instituição – a 1984, data que corresponde à publicação da "História de Santo Antônio", última da série do projeto "História do seu município".

Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados, sobretudo, os estudos que mais recentemente se têm produzido no Brasil sobre História local. Com relação às fontes primárias, utilizamos, principalmente, jornais e a legislação interna da instituição pesquisada. Fizemos uso, também, de informações prestadas, através de entrevistas, por pessoas ligadas à Fundação.

A FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO: origem e objetivos

A Fundação foi criada em 8 de abril de 1963, através do Decreto n. 4.068, pela iniciativa do então governador Aluísio Alves. O artigo primeiro do referido decreto dizia:

Nos termos da autorização contida na lei n. 2.885 de 8 de abril de 1963 fica instituída a Fundação José Augusto, sociedade civil com personalidade jurídica de direito privado e sede e fôro na cidade do Natal.

Sua criação se deu num contexto histórico de "modernização" do Estado promovida pelo governador Aluísio Alves, no qual foi trazida para o Estado energia elétrica de Paulo Afonso, foi construído o primeiro conjunto habitacional de Natal, o primeiro hotel de luxo – o hotel Reis

Magos –, a primeira estação rodoviária em Natal, entre outras iniciativas.

Paralelamente à administração do governador, a prefeitura de Natal, administrada na época por Djalma Maranhão, voltava suas atenções para as reivindicações populares, dando espaço ao mesmo tempo para as ações culturais na capital.²

O ano de 1958 foi marcado pela criação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, à qual foram incorporadas algumas faculdades mantidas, até então, pela iniciativa privada.

Foi nesse clima de "modernização" e ações culturais e educacionais que nasceu a Fundação José Augusto, cujos objetivos principais eram:

*Manter as faculdades de Filosofia e Jornalismo, o Instituto Juvenal Lamartine, o museu de Arte e História e a fundação de uma biblioteca no Estado.*³

Segundo Tarcísio Rosas, pesquisador da Instituição, dentre os objetivos definidos no ato de sua fundação, o mais relevante teria sido a questão das faculdades, ou seja, a Fundação teria sido criada com o objetivo principal de trazer para a gerência do Estado algumas faculdades até então mantidas pela iniciativa privada.⁴

Entre o período de 1963 a 1979, a Fundação alternou suas ações entre administrar as universidades e dedicar-se às iniciativas culturais, promovendo eventos e encontros, coordenando projetos de restauração de monumentos, bem como exercendo a tarefa de editoração de obras de autores locais.⁵

² Sobre administração, nesse período, veja-se: CRUZ, Vilma Vitor. *Pioneirismo educacional no Rio Grande do Norte: realidade ou mito?* (1960-1964) e PEREIRA, Henrique Alonso Albuquerque Rodrigues. *O homem da esperança: uma experiência populista no RN* (1960-1966).

³ DIÁRIO DE NATAL, 30 maio, 1963.

⁴ Informações prestadas pelo coordenador de pesquisas José Tarcísio Rosas, em 23 de agosto de 1996.

⁵ Nesse período, dentre outras iniciativas culturais, encontrava-se: a instalação do projeto Circo da Cultura, os encontros literários e folclóricos, os seminários de valorização do patrimônio histórico e artístico, encontro de mamulengos, prêmios de pintura, etc.

No campo da restauração temos: restauração do Casarão de Antunes, da Casa Grande do engenho Guaporé, do Solar do Ferreiro Torto, a reforma da Biblioteca Câmara Cascudo, entre outros.

HISTÓRIA REGIONAL, HISTÓRIA LOCAL, HISTÓRIA MUNICIPAL

O Instituto Juvenal Lamartine, transformado posteriormente em Centro de Pesquisa, é o órgão dentro da Fundação responsável pela realização de estudos sobre o Rio Grande do Norte. Apesar de fazer parte do quadro da Instituição desde o momento em que a mesma foi criada, somente na década de 1980 iniciou a tarefa de realizar pesquisas referente a realidade do Estado. Segundo Tarcísio Rosas, esse desenvolvimento tardio deveu-se ao fato de que "os recursos [financeiros] destinados a projetos de estudo foi o principal empecilho para o desenvolvimento de pesquisas no Centro."⁶ Apesar disso realizou um estudo sobre a seca e iniciou um outro projeto intitulado "História de seu município". Direcionamos nossa atenção a este último por dizer respeito ao campo da História, propriamente dito.

Segundo AMADO, "nos últimos anos, especialmente na década de 1970, cresceu o número de pesquisas e estudos que se interessavam pela historiografia regional".⁷ Para a autora essa tendência é explicada pelos seguintes fatos:

- a) *Pela(...)mudança no conceito de região (...)*
- b) *O esgotamento das macro-abordagens, das grandes sínteses (...)*
- c) *Pela instalação e desenvolvimento dos cursos de graduação em todo o país, permitindo (...) a formação de uma geração de pesquisadores dotada de embasamento científico e comprometida com temas locais*

No plano editorial foram publicados: "Os degredados filhos da seca", de Itamar de Souza; "Antologia de cordel", de João Batista Nunes; "Domínio Holandes no Rio Grande do Norte, de Paulo Herônimo, e outros.

⁶ Informações prestadas por José Tarcísio Rosas, em 23 de agosto de 1996.

⁷ AMADO, Janáina. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *História regional e local*. p.11.

d) *Pelas transformações recentes da historiografia brasileira(...)*⁸

A importância das pesquisas regionais está no fato de que oferecem "novas óticas de análises ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar as questões fundamentais da história(...) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular",⁹ ao contrário de muitas obras da historiografia nacional nas quais o país se configura como um todo homogêneo.

SILVA, escrevendo sobre o mesmo tema, comenta:

*A história regional, talvez, seja o único método capaz de testar o âmbito de validade das grandes teorias ou de generalizações teóricas...*¹⁰

É nesse contexto, no qual se observa o crescimento e difusão do interesse pela construção de história regional, que ganhou espaço na historiografia a produção de títulos referentes a espaços mais específicos dentro da região: os municípios. Como exemplo dessa influência, temos um projeto, realizado pela UFPB, intitulado: "História Local – nova metodologia de ensino de base". Em artigo publicado na revista Debates Regionais, CAVALCANTE comenta a propósito desse projeto:

*Verifica-se a necessidade da produção de um novo tipo de material (...) que aborde processo histórico local a um só tempo em sua singularidade e de forma articulada e totalizante, sem cair em uma visão localista, promovendo o resgate, não só da história dos municípios, como também a construção de sua identidade em termos do local, regional e nacional.*¹¹

⁸ *Ibid.* p.11

⁹ *Ibid.* p.12

¹⁰ SILVA, Vera Alice Cardoso. *Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica*. In SILVA, Marcos A. da (Org.), *op. cit.*, p.47.

¹¹ CAVALCANTE, Maria Helena Pereira. *História local e identidade municipal*. *Debates Regionais*, p.281

Assim, se a partir de 1970 os estudos de cunho regional ganharam relevância no conjunto da produção historiográfica nacional, num segundo momento os mesmos adquiriram um caráter mais específico, retratando a história de certas localidades, certos municípios e, embora possam não ter tido difusão em âmbito nacional, adquiriram-no ao menos ao nível interno dos Estados.¹²

LIMA afirma que "a história está sempre relacionada com o local. Entretanto, por muito tempo, os estudiosos preferiram estudar os grandes períodos de tempo (macro-história) que encobrem, ou anulam, as especificidades locais..."¹³

CALAÇA, discutindo a importância dos estudos municipais, considera que "é através da história local que se reconstrói a identidade dos municípios, buscando-se a articulação das histórias dos municípios com os demais níveis da história regional, nacional e mundial".¹⁴

No Rio Grande do Norte, assim como na Paraíba, percebemos também esse processo de construção das histórias municipais, fugindo da predominância de estudos especialmente sobre as capitais, produzindo títulos sobre a história de algumas localidades, até então inexistentes em nossa historiografia. Assim, a Fundação José Augusto, através do projeto "História de seu município", propôs a construção da história de alguns municípios do nosso Estado, através de um programa que

*visava a documentação histórica, artística e cultural dos municípios do Estado, através da coleta de dados históricos, da administração, vida cultural, artística, atividades econômicas e políticas, mostrando aspectos históricos dos municípios desde a fundação até os dias atuais.*¹⁵

¹² Registre-se que a bibliografia existente sobre história local é, ainda, bastante escassa no Brasil.

¹³ LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Os periódicos e a construção da identidade municipal. *Debates Regionais*, p.284.

¹⁴ CALAÇA, Suélida Maria. A pesquisa bibliográfica e a construção da identidade municipal. *Debates Regionais*, p.299.

¹⁵ TRIBUNA DO NORTE, 22 mar., 1991.

Assim, como mencionamos acima, foram realizados oito estudos referentes aos municípios de Cerro Corá, Caicó, Eduardo Gomes, Florânia, São Gonçalo do Amarante, Serrinha, Macaíba e, finalmente, Santo Antônio.

O PROJETO "HISTÓRIA DE SEU MUNICÍPIO"

A execução do projeto "História de seu Município" pelo Centro de Pesquisa Juvenal Lamartine, produzindo estudos referentes a alguns municípios do Rio Grande do Norte, inovou no conjunto de uma historiografia que, até então, privilegiava as duas cidades principais do nosso Estado: Natal e Mossoró. Embora o número de obras publicadas a partir desse projeto seja pequeno se comparado ao grande número de municípios que o Estado possui, essas pesquisas destacaram-se por abrir caminhos para os estudos em história local no Rio Grande do Norte.

Apesar da importância desse projeto, ele é passível de algumas considerações críticas, a partir de uma compreensão de que

*A história se apresenta hoje como uma ciência em plena evolução. As certezas ou verdades definitivas, da historiografia positivista, pertencem ao passado e o fato de tal concepção da história manter-se em certos países, em função do atraso, da inércia ou da falta de informação, não a torna menos superada.*¹⁶

Em primeiro lugar, observa-se que os estudos produzidos pelo projeto apresentam uma linguagem bastante acessível, o que é positivo, visto que na sua área de circulação predomina uma clientela, em grande parte do próprio município, sem formação superior. Mas ao querer englobar vários aspectos da história municipal, simultaneamente, como a sociedade, a política, a economia e a cultura, vários problemas se apresentaram.

¹⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Hécto Péres. *Os métodos da história*, p.39.

Aqui é preciso considerar, inicialmente, que a formação de historiador é fundamental para o exercício da pesquisa histórica. É essa formação que possibilita o contato com recentes discussões nesse campo do saber. Ora, a Fundação José Augusto possui oito pesquisadores com formação superior, sendo que apenas um é historiador por formação. Entre os demais, seis pertencem à área das ciências sociais e um à área de comunicação. Como esses pesquisadores se graduaram há algum tempo e não mantêm contato com a Universidade, não estão, portanto, familiarizados com as discussões historiográficas recentes que surgem nesse espaço.

É preciso destacar, também, que o desenvolvimento das pesquisas sobre os municípios foi realizado num período de tempo relativamente curto, se levarmos em consideração o próprio período abordado nessas obras. Todas elas possuem um recorte temporal bastante abrangente que, no geral, se estende da época da colonização das áreas em estudo ao ano de desenvolvimento da pesquisa, ou seja, basicamente a primeira metade da década de 1980. Segundo o próprio coordenador do projeto, Itamar de Souza, levava-se de quatro a cinco meses para se concluir um estudo. Depois disto “toda” a história do município estava escrita em, no máximo, 195 (cento e noventa e cinco) folhas.

Em todas as obras, exploram-se temas comuns como: povoamento, religião, lazer, intelectuais, poder local, agricultura e outros. Apenas alguns deles diferem, em vista da especificidade do local, por terem presenciado um fato singular como um crime, um ataque ou algum movimento popular.

Além dos temas semelhantes, há outro elemento em comum nesses estudos: a quase inexistência de menções às fontes primárias que foram utilizadas para compor o trabalho.

É bem verdade que essas obras apresentam ricas informações, principalmente com relação ao período colonial, no entanto não há identificação do material do qual foram retirados os dados e as informações para compor o trabalho. Em vista desse fato, fica-nos a sensação de que os autores usaram de grande subjetividade em seus trabalhos, e que a ausência de menção às fontes primárias é um indicativo mesmo da pouca

ou nenhuma utilização dessas fontes, indispensáveis a qualquer pesquisa. Existe, nessas obras, um predomínio de informações centradas na busca de estabelecer causas e conseqüências de fatos históricos sem oferecer uma análise mais completa sobre os mesmos. Diante disso, podemos dizer que esses estudos municipais se caracterizam pelo aspecto meramente descritivo e informativo.

Com relação à bibliografia, raros são os casos de menção a estudos e pesquisa de origem estadual, e mais ainda nacional. A história do município de Santo Antônio, por exemplo, não traz nenhuma referência bibliográfica. Isso nos deixa a impressão de que os municípios foram tratados, muitas vezes, como um espaço restrito, sem relação com o contexto estadual ou nacional.

As fontes orais poderiam ser um outro recurso utilizado pelos pesquisadores para conhecer a história de cada área, sobretudo aquelas produzidas a partir do depoimento das pessoas mais antigas da localidade. No entanto, em raros casos, encontramos informações que foram conseguidas através de entrevistas. Quando isso ocorre, geralmente, o entrevistado é um intelectual ou um político que, muitas vezes, descrevem a localidade a partir de um ângulo como sendo a visão de toda a sociedade, por conta da ausência de entrevistas com pessoas comuns do município.

Quando as obras abordam o aspecto econômico em muitos casos limitam-se a tratar apenas das culturas agrícolas mais praticadas localmente, apresentar números ou nomes de fazendas de gado, de agências bancárias, de estabelecimentos comerciais e industriais, e os principais comerciantes, estradas e meios de transportes utilizados, sem destacar a importância de cada um deles no conjunto. Inexistem análises sobre a importância da vida econômica de cada localidade para o Estado como um todo, em diferentes épocas.

No aspecto social inexistente, igualmente, uma análise sobre a sociedade, na qual se destaquem as condições de vida das camadas inferiores, desde a época colonial. Assim, alguns títulos apresentam uma espécie de hierarquização da sociedade, dividindo-a em camadas ou grupos de acordo com a sua ocupação sem qualquer interpretação mais apurada sobre

as camadas ou grupos inferiores. É o caso das histórias municipais de Santo Antônio, Cerro Corá e Caicó. Historicamente, nessas sociedades, portanto, merecem destaque apenas as figuras sociais de "relevância" dentro dela, como intelectuais, políticos e poetas que pertenceram ou pertencem a famílias tradicionais. Estão ausentes os escravos, os pobres, os sem-terras, os mendigos e outras classes ou categorias sociais, assim com não se abordam as regras de convívio social, a vida cotidiana, os modos de vida, as relações familiares etc. Os dados sobre cooperativismo, sindicalismo, associações e outras organizações, se referem apenas à criação, fundadores, números de associados, sem destacar a influência dessas organizações no contexto social.

Em relação ao aspecto político, os estudos destacam principalmente o poder executivo, especialmente o prefeito da época em que se estava desenvolvendo a pesquisa. Fato explicável, tendo em vista que os custos para sua realização eram financiados pelas prefeituras que, obviamente, queriam ocupar um lugar de destaque nas obras a serem publicadas. Assim, no geral, existe um item de capítulo que versa sobre os principais feitos da administração do prefeito, além de sua foto obrigatória em todas as publicações. Comum também é a biografia dos políticos tradicionais da área, logo após a relação de intendentess e prefeitos.

Quanto ao aspecto cultural, os temas "religião" e "igreja" restringem-se a uma mera descrição de igrejas e vigários, no decorrer dos séculos. Raras vezes são mencionados aspectos da religiosidade popular como promessas, devoções, costumes, associações religiosas e outros. Quando o tema é lazer, apenas destacam-se os estádios de futebol, agremiações, primeiros desportistas, clubes, teatros, cinemas, enfim, enumeram-se os principais locais de diversão para a população. Assim passam despercebidos nessas obras aspectos da participação social nas festas e nos vários tipos de lazer do minicípio.

Apesar dos problemas apresentados, as obras produzidas e publicadas pelo projeto em questão constituem um subsídio para um maior desenvolvimento da chamada "História local" em nosso Estado, campo ainda novo e com inúmeras possibilidades de pesquisa no Brasil.

A Fundação José Augusto foi criada, inicialmente, dentre outras coisas, para manter o Instituto Juvenal Lamartine, órgão responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, e para manter algumas faculdade do Estado, sendo que este último objetivo predominou sobre os demais e se constituiu em sua principal linha de atuação, até meados da década de 1970, quando perdeu a administração das faculdades para a Universidade. Daí em diante, sua atuação concentrou-se mais no que podemos chamar de iniciativas culturais, como a promoção de vários eventos populares, restauração de monumentos e editoração de obras.

Foi entre 1980 e 1984 que ocorreu uma maior expansão de suas atividades culturais por todo o Estado. Esse período caracterizou-se por um grande número de volumes editados e reeditados, maior número de restaurações e o início da pesquisa na Fundação.

No desenvolvimento dessa pesquisa, a área de história ganha espaço através do projeto "História de seu município", que, como o próprio nome sugere, visava a elaboração de histórias de cada município do Estado, tendo sido produzidos oito estudos. Contudo, as pesquisas desenvolvidas pela Intituição, apresentaram, na nossa análise, alguns problemas teórico-metodológicos como: bibliografia insuficiente, rara utilização de fontes primárias, apologia às figuras políticas locais.

BIBLIOGRAFIA

- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- CALAÇA, Suélida Maria. A pesquisa bibliográfica e a construção da identidade municipal. **Debates Regionais**. João Pessoa, n.2, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Hécto Péres. **Os métodos da história**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- CAVALCANTE, Maria Helena Pereira. História local e identidade municipal. **Debates Regionais**. João Pessoa, n.2, 1995.

CRUZ, Vilma Vitor. **Pioneirismo educacional no Rio Grande do Norte: realidade ou mito?** (1960-1964). Natal: UFRN, 1990.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa. Os periódicos e a construção da identidade municipal. **Debates Regionais**. João Pessoa, n.2, 1995.

PEREIRA, Henrique Alonso Albuquerque Rodrigues. **O homem da esperança: uma experiência populista no RN(1960-1966)**. Recife, 1996. Dissertação (Mestrado) UFPE.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Marco A. da (Org.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

O SINDICALISMO SALINEIRO NO RIO GRANDE DO NORTE (1964-1974)

Francisco Carlos Oliveira de Sousa
Graduado em História pela UFRN

1. INTRODUÇÃO

O grande contingente de trabalhadores braçais necessários para a exploração do sal, aliado a uma persistente divulgação entre os mesmos das incumbências do sindicato, em face do brutal sistema de trabalho empregado nas salinas, levou a uma importante concentração de trabalhadores sindicalizados na região polarizada por Macau.

Esses fatores, entre outros, possibilitaram ao sindicato dos salineiros do município ostentar a posição da mais expressiva entidade sindical já organizada no estado até então. A sua folha de arrecadação gerou considerável estrutura de assistência aos filiados, e as suas lideranças exerceram significativa influência no seio da massa trabalhadora da região.

A delimitação cronológica desse trabalho abrangeu o período compreendido entre 1964 e 1974, pela sua importância histórica para o sindicalismo salineiro, em virtude dos efeitos oriundos do contexto nacional.

O início da década de 60 marcou o auge do sindicalismo em Macau. O nosso primeiro corte temporal marca o início do seu declínio por dois fatores: a intervenção do movimento militar de 64 no sindicato, e o aceleração do processo de mecanização na produção e transporte do sal. O corte final, por sua vez, marcou o dismantelamento do sindicato através da implantação do denominado Porto-Ilha de Areia Branca, ápice da modernização na atividade salineira norte-rio-grandense.

Esse avanço tecnológico provocou profundas modificações nas relações de trabalho e, principalmente, um acentuado desemprego que

resultou em sensíveis dificuldades para as organizações dos trabalhadores. O corte final representou, portanto, o marco desse declínio.

Assim, dois fatores representaram ponderáveis justificativas: a importância política e social das organizações sindicais proletárias e a relevância econômica do sal para o estado.

2. O SINDICALISMO SALINEIRO EM MACAU

2.1. Sindicalismo no contexto nacional

O surgimento dos sindicatos na Europa ocorreu, basicamente, como reação organizada à exploração capitalista do operariado na Revolução Industrial.

No Brasil, sua ascendência se deu a partir da criação das sociedades de socorro e auxílio mútuo, cuja principal finalidade era amparar o proletariado em momentos de dificuldades. Suas sucedâneas foram as uniões operárias, "que por sua vez, com o advento da indústria, passaram a se organizar por ramos de atividades dando origem aos sindicatos".¹

Na concepção de Paul Singer, com a instalação no Brasil das primeiras grandes indústrias a partir dos anos 40, ocorreu uma dinamização no processo de industrialização nacional. As propícias condições daí oriundas geraram uma nova e fundamental fase na formação da classe operária brasileira.²

Após avanços e recuos, a conturbada história das organizações operárias brasileiras atingiu seu auge no princípio dos anos 60. Neste período, depois de importantes manifestações paredistas ocorreu a realização do III Congresso Sindical Nacional, onde os proletários criaram o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Esta entidade representou, durante o governo João Goulart, a mais expressiva organização do sindicalismo nacional.

Tido por alguns analistas como um político de características típicas do populismo, João Goulart foi visto por outros como um refor-

¹ ANTUNES, Ricardo L.C. *O que é sindicalismo*, p. 48.

² SINGER, Paul. *A formação da classe operária*, p. 59.

mista. Defendendo esta última tese, Moniz Bandeira afirmou: "Sua política se assentou fundamentalmente na massa organizada, nos sindicatos e num partido político, o PTB, bem ou mal um partido de composição operária".³

Segundo o citado autor, a atuação de Goulart não esteve atrelada à demagogia entorpecedora das massas, não trouxe desorganização às mesmas e nem proporcionou a hegemonia do capital internacional e de seus aliados internos, tal como fizeram Jânio Quadros e Ademar de Barros.

Goulart assumiu o controle do diretório nacional do PTB em 1952. No ano seguinte, ao ser nomeado por Getúlio para o cargo de Ministro do Trabalho, passou a ser abertamente hostilizado por setores conservadores no âmbito civil e militar. Entre os representantes destes setores destacou-se, entre outros, o jornalista Carlos Lacerda.

Esses ataques visavam minar a estrutura sindical, à época, principal canal de mobilização dos trabalhadores, e assim impedir a representatividade operária no cenário político nacional.⁴

No início da década de 60, João Goulart, sob o sistema parlamentarista, assumiu a presidência da República, após a renúncia de Jânio Quadros, em um contexto histórico no qual os sindicatos tinham um indubitável peso político.

Em 1962, a ampliação dos ataques reacionários aumentou o desgaste do governo Jango-Tancredo perante as massas. Ao compreender esse enfraquecimento, o presidente João Goulart procurou captar o irrestrito apoio ao governo dos movimentos operário, camponês, estudantil e nacionalista comprometidos com a democracia.⁵

No entanto, o governo João Goulart não conseguiu o apoio irrestrito do movimento proletário, especialmente na fase parlamentarista. O apoio maciço só ocorreu com as denúncias do presidente sobre as tentativas golpistas, a partir da eleição pela Câmara dos Deputados do virtual novo primeiro-ministro, senhor Auro de Moura Andrade, a 03 de julho de

³ BANDEIRA, Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. p. 28.

⁴ *Id. Ibid.*, p. 31.

⁵ TELES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*, p. 146-147.

1962. No dia seguinte, com a renúncia do eleito, as posições se modificaram quando Goulart tentou inutilmente evitar a greve nacional programada.

Segundo Marcelo Gato, "seria falso dizer que o sindicalismo brasileiro do período anterior a 64 era todo ele 'populista', 'reformista' ou 'baderneiro' como pensam alguns. Ao contrário, não se pode negar que ele tinha então uma força e uma organização muito grande. Havia um movimento sindical atuante, firme e vigoroso".⁶

O comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, a 13 de março de 1964, com amplo apoio dos sindicatos, representou a convergência dos ideais entre proletários e o presidente, abrindo o caminho há muito esperado pelos golpistas, resultando na deposição do presidente João Goulart das funções constitucionais.

Com a instauração do regime militar, as organizações sindicais tiveram suas atividades restringidas. Os sindicatos só eram tolerados caso fossem meros órgãos assistencialistas e burocráticos, evitassem greves e, em hipótese alguma, possuíssem lideranças combativas.⁷

A lenta retomada do movimento sindical só ocorreu a partir de 1967 através de cautelosas mobilizações contra o arrocho salarial. Encabeçaram esses movimentos os sindicatos dos metalúrgicos de São Paulo, Santo André, Guarulhos, Campinas e Osasco. O ponto culminante desse ressurgimento ocorreu em 1968, curiosamente ano da edição do Ato Institucional 5 - AI-5, que procurou incapacitar em definitivo, quaisquer resquícios de oposição em todos os segmentos sociais da nação. De acordo com Marcelo Gato:

*Quando a partir de 1974, esgotou-se o milagre econômico e a crise do regime (...) os sindicatos, que já vinham há anos atuando nesse sentido, puderam então dar um maior desenvolvimento às suas atividades (...). A propalada 'abertura', assim, também foi uma conquista da classe operária e não uma idílica concessão dos céus.*⁸

⁶ GATO, Marcelo. *Considerações sobre a questão sindical e a democracia*, p. 126.

⁷ REZENDE, Antônio Paulo. *História do movimento operário no Brasil*, p. 66.

⁸ GATO, M., *op. cit.*, p. 141.

De forma sucinta, esse foi o contexto histórico no qual esteve inserido o sindicalismo nacional até meados dos anos 70.

2.2. Origem dos Sindicatos no Rio Grande do Norte

Apesar de registros datados de 02 de fevereiro de 1873, atestando a existência da primeira associação de trabalhadores no estado, localizada na então Vila de Canguaretama, até fins de 1933 existiam somente três organizações sindicais legalmente reconhecidas: o Sindicato dos Auxiliares do Comércio de Natal, União Operária dos Estivadores de Natal e o Sindicato dos Estivadores de Areia Branca.⁹

Na avaliação de Geraldo Sabino, o real início da luta pela organização sindical no Rio Grande do Norte ocorreu a partir do ambiente político favorável proporcionado pela Revolução de 1930. A plataforma de governo da Aliança Liberal foi interpretada como sendo simpática ao direito de organização dos trabalhadores.¹⁰

Institucionalizado a partir de 1930, porém estritamente ligados ao governo, o sindicalismo no Rio Grande do Norte teve sua gradativa evolução.

Nos anos seguintes, surgiram diversos sindicatos e ocorreram numerosas greves. Eufóricos com o clima de aparente apoio às organizações operárias, em face do discurso preconizado pela Aliança Liberal alçada ao poder central, a mobilização dos trabalhadores alcançou altos níveis, principalmente na região salineira potiguar. Ali, o numeroso contingente de trabalhadores das salinas passou a questionar as duras condições de trabalho a que estavam expostos e entrou em choque com a dúbia posição do governo liberal.

Do antagonismo aí surgido, germinou a associação dos trabalhadores na extração do sal de Mossoró, fundada em 1931. Essa associação foi a semente para a criação do primeiro sindicato de toda a região. A repressão tornou-se uma constante, dando origem ao chamado Sindicato do Garrancho na zona Oeste. Tal denominação aludia ao fato de terem

⁹ FERREIRA, Brasília Carlos. *O sindicato do garrancho*, p. 22.

¹⁰ SABINO, Geraldo. *História do sindicalismo no Rio Grande do Norte*, p. 9.

que se reunir clandestinamente no meio das matas. Seu reconhecimento como entidade sindical só ocorreu efetivamente em 1946.¹¹

No tocante a Macau, a estrutura econômica e social da região por ela polarizada foi dinamizada com a chegada de grandes empresas das regiões Sul e Sudeste do Brasil. As imponentes salinas implantadas pelas empresas Conde Pereira Carneiro e Companhia Comércio e Navegação, provocaram um expressivo aumento na produção. Em consequência, todo o processo envolvido na extração e transporte do sal requisitou um considerável afluxo de trabalhadores para a cidade.

Sendo as aludidas companhias proprietárias de navios, passou a ser constante a presença de tais embarcações na costa macauense. O propósito de transportar o produto em direção ao sul do país, dinamizou de tal forma a sociedade local, que levou ao surgimento de novas categorias profissionais. Estavam criadas as condições para o advento dos barceiros, dos estivadores e dos conferentes. Os primeiros tripulavam as embarcações, denominadas de barcaças, em direção aos grandes navios ancorados em alto-mar. Os segundos eram os responsáveis pela movimentação da carga em direção aos porões do navio, e os últimos respondiam pelo controle desse processo. Além dessas categorias, existiam os práticos-de-barras. Suas tarefas consistiam na condução dos navios ao ancoradouro situado a aproximadamente 15 milhas da costa.

A convivência dessas novas categorias com os trabalhadores oriundos do sul, tripulantes dos navios, promoveu um natural intercâmbio de costumes e idéias, notadamente políticas, que favoreceram o despertar de uma consciência de seus direitos e, "com efeito, desse intercâmbio natural surgiram os sindicatos de classe".¹²

Ocorre que a categoria básica em todo o processo produtivo era a dos salineiros. Atraindo milhares de trabalhadores dos municípios circunvizinhos no período da colheita do sal, Macau foi palco de inevitáveis conflitos trabalhistas. As dificuldades inerentes ao brutal sistema de trabalho ao qual estavam atrelados os estivadores, barceiros e principal-

¹¹ FERREIRA, B.C., *op. cit.*, p. 126-127.

¹² MARIZ, Marlene da Silva. *Macau - História: origem e sociedade*, p. 17.

mente os salineiros, forjaram as necessidades de organização dessas categorias em entidades representativas.

Sob os efeitos das condições propícias à organização sindical, 703 trabalhadores das salinas, reunidos no rancho da Salina Julião, em 30 de agosto de 1938, criaram a Associação dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Sal de Macau e elegeram como seu primeiro presidente o senhor Venâncio Zacarias de Araújo. A referida Associação, porém, só alcançou o status de sindicato em 31 de agosto de 1948. Portanto, dez anos após a criação da associação dos salineiros. Na ocasião, os trabalhadores reconduziram o Sr. Venâncio Zacarias à presidência da entidade sindical. Estava organizado oficialmente aquele que seria o baluarte do sindicalismo salineiro potiguar.

2.3. A atuação do Sindicato Salineiro

O processo histórico do desenvolvimento macauense apresentou o período compreendido entre 1930 e 1963, como a fase marcante na introdução das inovações tecnológicas. Por outro prisma, as precárias condições de trabalho aliadas à crescente politização das lideranças dos trabalhadores marcaram o referido período com significativas "conquistas trabalhistas para a classe operária com a euforia dos sindicalistas".¹³

Inicialmente foram conquistas simples, de certa forma irrisórias. Contudo, tinham um elevado valor simbólico. Representavam um despertar na consciência dos trabalhadores, outrora desprovidos de uma entidade representativa de seus direitos, por mais simples que fossem. O conjunto dos trabalhadores das salinas tinha passado, há dezenas de anos, por situações de total abandono. As primeiras reivindicações atendidas foram, naturalmente, motivo de regozijo.

Organizado o sindicato, já na primeira convenção coletiva os trabalhadores das salinas obtiveram um piso salarial, antes inexistente, e a permuta do "balaio" pelo carrinho de mão, no serviço de transporte do sal. O transporte realizado através do balaio acarretava enormes calosi-

¹³ MARIZ, M. da S., *op. cit.*, p. 18-19.

dades nas costas dos operários. Posteriormente, conseguiram todo o equipamento de proteção previsto na legislação trabalhista. Algo impen-sável para as condições de trabalho sub-humanas de então.¹⁴

Sob o patrocínio da federação da categoria, o sindicato dos trabalhadores na indústria do sal em Macau, fundou em 1952 o SESTIS, Serviço Social dos Trabalhadores na Indústria do Sal. Responsável pela assistência médica, odontológica, hospitalar e farmacêutica para os associados e dependentes. O sindicato expandiu consideravelmente a sua estrutura e atuação no período. Sua imponente sede ocupou importante parcela de uma quarteirão da cidade e passou a figurar como o mais equipado sindicato já estruturado na história do sindicalismo norte-rio-grandense.

Nas suas então modernas instalações, o sindicato ofereceu aos associados os mais variados benefícios. Chegou a possuir equipamentos de raio X, uma relíquia na época, uma das duas maiores farmácias do estado, enfermaria, alojamento para trabalhadores sem residência fixa na cidade, gerador próprio de energia - numa época em que a própria cidade não possuía energia elétrica do sistema Paulo Afonso, telefones e inter-fones nas principais dependências, sistema de rádio comunicação à longa distância, transporte para eventuais deslocamentos de trabalhadores enfermos para a capital do estado, entre outros.¹⁵

Sua atuação exerceu também respeitável influência na cena política local. Elegeu vereadores e, em determinada disputa, o próprio prefeito da cidade de Macau, na ocasião, o senhor Venâncio Zacarias de Araújo, fundador e primeiro presidente da entidade. Posteriormente substituído na presidência do sindicato pelo seu filho, Floriano Bezerra, que, em função da liderança exercida no seio da categoria, chegou a ocupar o cargo de deputado estadual. Com um legítimo representante dos trabalhadores na indústria do sal na Assembléia Legislativa, o sindicalismo salineiro demonstrou sua pujança no cenário político estadual.

¹⁴ SABINO, G., *op. cit.*, p. 31.

¹⁵ Conforme depoimento do ex-funcionário José Gomes de Sousa, à época Enfermeiro-chefe do Sindicato.

Segundo depoimento do padre Penha, figura de destaque na sociedade macauense de então, das mobilizações dos sindicalistas surgiram os recursos necessários para diversos empreendimentos. Em determinada ocasião, salineiros, barcaceiros, estivadores e marítimos "se rivalizavam para saber quem contribuía mais em uma urna colocada na praça. Era tanto dinheiro que me inclinei por cima da urna e disse que bastava (...). Nesse tempo, o sindicato em Macau era realmente uma força".¹⁶

Em "Notas sobre a região de Macau", Marlúcia Paiva transcreve um depoimento de Chico Mariano, um dos protagonistas do cenário político-social de então. Na opinião da autora, o ano de 1959 marcou o avanço dos embates populares no país e seus reflexos foram imediatos em Macau. A cidade viveu um clima propício à ampliação das organizações dos trabalhadores.

No início dos anos 60, já durante o governo João Goulart, acirram-se os matizes ideológicos contidos na atuação dos sindicatos ligados à extração e transporte do sal. Nesse clima, ocorreram sucessivas greves, acarretando confrontos entre patrões e empregados.

Combativos, os líderes operários ligados aos sindicatos da área salineira chegaram no período a apelar para a intersecção do próprio Presidente da República na defesa dos seus direitos. Tinham, inclusive, grande acesso ao Palácio do Planalto. Tais fatos só eram possíveis graças à articulação e à força dos sindicatos, capitaneados pela organização dos trabalhadores nas salinas. Além, é óbvio, da liberdade concedida na esfera federal aos sindicatos. Ilustrativo deste período é o depoimento de Chico Mariano: "Imagine, pequenos sindicatos de uma pequena cidade com tal poder de reivindicação."¹⁷

Pela sua estrutura e reconhecida atuação, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Sal de Macau ocupou uma posição de inegável importância não só no município pólo, mas em toda região. Os trabalhadores eram em sua maioria – 92% segundo dados do sindicato – oriundos de Macau, Pendências, Afonso Bezerra, Açú e Alto do

¹⁶ PENHA, João. *25 anos depois*: Macau 1983, p. 32.

¹⁷ PAIVA, Marlúcia. *Chico Mariano*: calafate, alvaregueiro ... boêmio, p. 29.

Rodrigues. Todos esses municípios estavam, portanto, sob a sua área de influência.

Para Geraldo Sabino, a ameaça representada pelos sindicatos à hegemonia política local, foi decisiva para os industriais agilizarem a mecanização das salinas e a implantação do Porto-Ilha, desmobilizando os trabalhadores através do desemprego.

Quando o processo de mecanização provocou o desemprego em massa, a atuação do sindicato em prol da defesa dos seus associados se efetuou pelo pleito ao Ministério do Trabalho da extensão dos benefícios do FGTS à sua categoria. Era o início dos anos 70 e o sindicato já não tinha a força de pressão de meados da década de 60. Apesar de contar com o apoio de alguns parlamentares na Câmara Federal, a reivindicação não foi atendida pelo Ministério.¹⁸

Segundo Ademir Araújo da Costa:

*É bom lembrar que os sindicatos pouco puderam fazer para minimizar os efeitos da modernização tecnológica, uma vez que o golpe militar de 1964 e as disposições autoritárias empreendidas a partir de então contra os trabalhadores já haviam diminuído bastante o poder de pressão dos sindicatos.*¹⁹

Com a modernização da produção, grande parcela do operariado permaneceu no campo, estancando a migração sazonal em direção às salinas. O movimento dos trabalhadores se esfacelou e enfraqueceu ainda mais na região. O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Sal em Macau, que chegou a contar na época da intervenção militar com 3.513 associados, ficou sem condições de exercer pressão sobre as autoridades locais na busca de novas alternativas para a grave crise ali instalada.

¹⁸ SOUSA, Márcia Maria Lemos de. *A política econômica salineira e o Rio Grande do Norte*, p.141.

¹⁹ COSTA, Ademir Araújo da. *Parque salineiro de Macau-RN: modernização tecnológica x impactos sociais*, p. 37.

comunistas, foi a meta dessa facção que tinha em Pedro Aleixo uma das suas lideranças.²²

3.2. Intervenções do governo militar nos sindicatos

Deflagrado o movimento militar de 1964, um dos principais alvos imediatamente atacados foram os sindicatos. Na avaliação de Antônio Paulo Rezende, tal fato ocorreu devido ao elevado grau de organização e combatividade alcançado pelas entidades sindicais brasileiras no período.

Tido como território inimigo, os sindicatos foram as entidades mais duramente atingidas pelo movimento militar alçado ao poder em 1964. Em um claro indicativo das intenções em intervir e imobilizar os sindicatos, o governo sancionou em tempo recorde a Lei 4330, proibindo qualquer mobilização grevista em todo o território nacional.

Segundo Resende, "a preocupação dos golpistas com as possibilidades de avanço do movimento sindical era tão grande que logo nas primeiras horas do golpe prenderam mais de 2.000 dirigentes e interviram em 3.000 sindicatos"²³

Seus líderes foram expulsos das entidades sindicais, perderam seus direitos políticos, foram presos e até exilados. Como resultante, as bases do movimento renderam-se à repressão.

No Rio Grande do Norte não foi diferente. Ocupando uma posição de inegável destaque entre as organizações operárias no estado, o sindicato dos trabalhadores na indústria de extração do sal de Macau recebeu rápida intervenção. Entre as primeiras determinações do movimento militar no estado, estava a sua desarticulação.

Refletindo sobre esse intuito e cômicos da capacidade de mobilização da categoria na região de Macau, os condutores do recém instalado regime de exceção, aqui sediados, ordenaram as prisões de suas principais lideranças. Sete pessoas foram detidas, entre dirigentes e funcionários, independente de suas convicções político-ideológicas.

²² ANDRADE, Manuel Correia de. *1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra-revolução*, p. 13

²³ REZENDE, A. P., *op. cit.*, p. 70.

O então presidente do mais expressivo sindicato operário norte-rio-grandense, Floriano Bezerra, foi naturalmente o principal alvo. Detido em 15 de abril de 1964, posteriormente foi trasladado para Natal, onde ficou sob a custódia do major Ademar Cirilo, nas dependências da Sétima Divisão de Infantaria. Por força de ordens superiores, alguns meses após foi transferido para o presídio localizado no arquipélago de Fernando de Noronha, com mais três presos políticos.²⁴

É bastante sugestivo do peso político representado pelo sindicato dos trabalhadores na indústria de extração do sal de Macau que, entre os quatro presos políticos transferidos para Fernando de Noronha estivesse seu presidente, o ex-deputado Floriano Bezerra. Segundo reportagem divulgada pelo jornal *O Poti*, de 23 de agosto de 1964, citada por Mailde Pinto Galvão, os quatro presos políticos eram: o próprio prefeito da capital do estado, Djalma Maranhão, o suplente de deputado federal, Aldo Tinôco, o ex-deputado Luís Maranhão Filho e presidente do sindicato dos trabalhadores da indústria de extração do sal de Macau, Floriano Bezerra.²⁵

A inclusão do líder sindical em tal lista nos dá uma clara visão da posição ocupada por sua categoria no cenário político-social historicamente constituído nos idos de 1964. De certa forma, a transferência para Fernando de Noronha representou a confirmação do peso político dos ali detidos. Lá estiveram, entre outras lideranças, o ex-governador de Sergipe, Seixas Dória, e o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar, ambos depositos pelo arbítrio do novo regime.

A saída de Floriano Bezerra do presídio da ilha só ocorreu em 28 de outubro de 1964, sendo, porém, novamente detido, chegando inclusive a ficar vários dias em uma cela desprovida de qualquer iluminação. Floriano Bezerra simbolizava o maior sindicato do estado e, por conseguinte, não foi facilmente liberado. Novamente preso em 1968, passou nove meses detido no quartel da Polícia Militar de Macau, de onde só saiu em 16 de julho de 1969. Conforme seu depoimento, sua libertação ocorreu

²⁴ Conforme depoimento prestado pelo ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Sal de Macau, Floriano Bezerra.

²⁵ GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril, p. 161-162.

com a intervenção jurídica do doutor Roque de Brito Alves junto do Supremo Tribunal Militar.

Assim ao movimento sindical potiguar foi imposto, tal qual a nível nacional, a mais ferrenha intervenção. O exemplo mais expressivo foi a estabelecida sobre o mais vigoroso sindicato já constituído no estado.

3.3. A mecanização das salinas e a classe trabalhadora

A mecanização das salinas provocou, na prática, a exclusão do homem, pois o relegou a um papel secundário de mero acionador de máquinas. Por outro lado, a modernização do parque salineiro restringiu rigorosamente a mão-de-obra e disseminou o desemprego. A título de ilustração, uma colhedeira mecânica substituiu o trabalho de aproximadamente 500 homens, sendo sua operação e limpeza realizável por apenas um único funcionário. A importação pelas maiores empresas de esteira mecânica central, representou a eliminação de cerca de 1.000 salineiros.²⁶

Para os executivos, a mecanização trouxe vários dividendos. Era a solução na busca da redução dos custos e na elevação da produtividade. Resultou, ainda, na desmobilização dos movimentos trabalhistas, que havia, em um passado recente, sido tão comuns na região.

Paralelamente a essa mecanização, Macau entrou em franco declínio. Não obstante o aumento da sua produção e a visível elevação da qualidade do sal, o município definiu. Contando com uma população de 25000 habitantes em 1971, milhares foram eliminados dos seus postos de trabalho.

À diminuta parcela dos trabalhadores mantidos no emprego, a mecanização impôs novas formas de exploração. Ao reduzir sua participação no processo produtivo, os operários passaram a exercer uma única função, das várias anteriormente exercidas, sendo seu salário pré-fixado. Essa aparente vantagem ampliou suas dificuldades ao submetê-los a extenuantes horas-extras. Essa ineficaz tentativa de aumentar os rendi-

²⁶ SOUSA, M. M. L. de, *op. cit.*, p. 107-108.

mentos redundou num incremento da carga horária trabalhada, chegando, inclusive, a atingir doze horas diárias.

Dessa forma, a entrada das máquinas via monopolização da indústria salineira pelo capital internacional, exacerbou a exploração dos trabalhadores nas salinas potiguares. Na vã tentativa de se manterem no mercado, as pequenas e médias empresas do ramo incrementaram tal situação. Daí resultou um ritmo de exploração da mão-de-obra salinista que consistiu, ainda, na drástica redução de seus salários médios já tão aviltados. A mecanização das salinas trouxe para a classe trabalhadora um imensurável dilema: a institucionalização da exploração ou o desemprego.

Segundo Marlene da Silva Mariz, "merece ainda destaque o fato de que as empresas nacionais vendidas já haviam ingressado num processo de modernização, trazendo como consequência o desemprego de cerca de 30.000 pessoas, entre salineiros e operários de empresas subsidiárias."²⁷

Uma parcela desse contingente conseguiu guarida na Previdência Social, na condição de aposentado. No entanto, milhares ficaram entregues à própria sorte, sofrendo os flagelos do desemprego e da fome.

Com a implantação do projeto do Porto-Ilha em Areia Branca, essa situação agravou-se. Tendo como finalidade básica o escoamento da produção do sal, sua entrada em operação resultou na paralisação das atividades dos alvarengueiros, estivadores, conferentes e práticos de barra na cidade de Macau. Paralelo ao barateamento dos custos das grandes empresas, ocorreu uma séria crise na sociedade local, haja vista a não absorção dessa mão-de-obra excluída por ausência de alternativas econômicas.

Há quem afirme ter sido Paulo Ferraz, antigo proprietário da Companhia Comércio e Navegação, o idealizador do projeto. Para tanto, custeou a vinda de técnicos alemães e franceses para analisar sua viabilidade em Macau. O fato que motivou a transferência do projeto, teria sido a intervenção direta do então deputado federal Antônio Florêncio. Sua eleição ocorreu com base numa plataforma política, onde dentre os com-

²⁷ MARIZ, Marlene da Silva, *op. cit.*, p. 18.

promissos que firmara com o eleitorado estava o de relocar o Porto-Ilha para Areia Branca.²⁸

O acirramento dos contrastes sociais decorrentes desse quadro ficam evidentes ao se constatar que, dos 60% da população do município enquadrados na classe pobre, metade era composta dos ex-trabalhadores com pensões da Previdência Social, biscateiros e desempregados destituídos de suas funções pela mecanização.²⁹

Entre as inúmeras transformações sócio-econômicas na região de Macau provocadas pela mecanização das salinas e do transporte do sal, encontram-se o êxodo urbano. Reveladores dessa situação são os dados de 1980. Tais dados constataram que a região compreendida por Macau, Pendências, Alto do Rodrigues e Guamaré, tinham então um contingente populacional de 42.143 habitantes. Desse total, Macau participou com mais de 50%, isto é, 24.071 habitantes. Ocorre que o censo de 1970 apresentou Macau com uma população em torno de 26.000 habitantes.³⁰

Os denominados alvarengueiros, trabalhadores das embarcações utilizadas no transporte do sal, por exemplo, constituíram uma das várias categorias funcionais destituídas dos seus cargos e, assolados pela falta de recolocação no mercado de trabalho, emigraram em grande número para as grandes cidades, predominantemente portuárias, do sul e sudeste do Brasil.

Itamar de Souza, analisando o processo migratório em direção à capital potiguar, constatou um incremento em torno de 100% a partir das décadas de 1960/1970, em relação à anterior. No transcorrer desse período, chegaram a Natal cerca de 70.000 novos habitantes. A região salinera ocupou o quarto lugar entre onze pólos migratórios analisados. As cidades que mais contribuíram para esse percentual foram Mossoró, Macau e Pendências.³¹

Na avaliação de Ademir Araújo da Costa, "outra consequência que merece ser lembrada foi a extinção de quase todos os sindicatos em Macau (...) ligados às atividades produtivas do sal. Existiam em Macau

²⁸ PAIVA, M., *op. cit.*, p. 32.

²⁹ MARIZ, M. da S., *op. cit.*, p. 19.

³⁰ FELIPE, José Lacerda. *Aspectos Geo-econômicos da região de Macau*, p. 10.

³¹ SOUSA, Itamar de. *Migrações para Natal*, p. 9.

10 sindicatos dessas categorias. Atualmente esses sindicatos se resumem em dois: o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Extração do Sal de Macau e o Sindicato dos Arrumadores."³² Em decorrência do implacável desemprego oriundo da mecanização, categorias inteiras desapareceram e, com elas, seus sindicatos.

Em 1970 Macau apresentou a expressiva marca de 68% da sua população economicamente ativa na condição de desempregados. Essa situação tornou a cidade um verdadeiro reduto de aposentados e de trabalhadores cuja principal fonte de renda eram os benefícios concedidos pelo INPS.

No intuito de combater as graves consequências sociais decorrentes da mecanização das salinas, o governo estadual tentou implantar alguns projetos como as agro-vilas da Serra do Mel e o Projeto Camarão. Tais medidas não atingiram suas finalidades e, quando muito, serviram para amenizar os delicados conflitos sociais oriundos da mecanização das salinas potiguares.

Em relação a Macau, os efeitos devastadores da crise foram de tal magnitude que a outrora posição de liderança ocupada pelo município na região salineira e cidades circunvizinhas foi seriamente abalada. Apesar de ainda possuir relativa relevância regional, a posição de que hoje desfruta Macau não equivale, em absoluto, àquela dos áureos tempos idos.

CONCLUSÃO

A modernização tecnológica implantada em todas as fases do processo produtivo do sal, da extração ao transporte, foi fundamental para as grandes empresas salineiras instaladas em Macau.

Sob outro aspecto, contudo, representou um golpe fatal no movimento sindical ligado a essa atividade. Com a mecanização, além do inevitável desemprego, ocorreu o esfacelamento dos sindicatos e, em alguns casos, a própria extinção de algumas categorias.

³² COSTA, A. A. da, *op. cit.*, p.37.

Além desses fatos, a ascensão dos militares ao poder governamental no Brasil, marcou um sério revés às organizações operárias. Vistos como territórios potencialmente inimigos, os sindicatos sofreram violentas intervenções.

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Sal de Macau, foi emblemático para o período histórico aqui analisado. A convergência dos fatores já citados, a mecanização e a intervenção militar, tiveram nessa entidade efeitos devastadores.

Guardadas as devidas proporções históricas e as evidentes peculiaridades de cada caso e época, podemos encontrar algumas semelhanças entre a então nascente classe operária inglesa do século XVIII e o movimento operário salineiro de Macau, no atual século.

Ambos sofreram com a modernização instalada nas suas respectivas áreas. O desemprego e a exclusão os atingiram, e as máquinas foram eleitas como as vilãs. A enorme diferença surge quando constatamos que do primeiro exemplo histórico citado, brotaram os primeiros sindicatos proletários. No segundo exemplo ocorreu o oposto. As inovações tecnológicas destruíram as organizações sindicais operárias.

Decisivos nos embates contra os patrões, que garantiram condições decentes de vida no chamado primeiro mundo, as organizações sindicais enfrentam atualmente crise em todos os continentes e tentam se renovar para continuar operante neste final de milênio.

O avanço tecnológico aliado a novos problemas como a terceirização, o crescimento da economia informal, além da globalização, reduzem as possibilidades de coesão social e ameaçam de forma crescente os sindicatos. O maior adversário dos sindicatos, contudo, é o desemprego em massa, aliado ao medo da perda do cargo em função de greves ou outro tipo de mobilização. Muitos dirigentes sindicais tentam adaptar-se aos novos rumos da economia mundial e buscam inovadoras formas de fortalecer suas organizações.

Esse é um quadro de dificuldades, hoje, presentes no cotidiano do sindicalismo a nível mundial. No Brasil, seja em São Paulo ou no Rio Grande do Norte, a situação não é diferente. As preocupações são as

mesmas. Os desafios idênticos. É óbvio que, para sobreviver, o sindicalismo em Macau precisará vencer semelhantes obstáculos.

Vivemos na era da globalização da economia e de uma alucinante modernização de cunho tecnológico. Esses fatos irrefutáveis não representam necessariamente a derrocada total dos sindicatos, como pensam alguns céticos. Coloca-os, todavia, em delicada situação histórica.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. **1964 e o Nordeste: golpe, revolução ou contra revolução?** São Paulo: Contexto. 1989. 84p. (Coleção Repensando a História).
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Que é sindicalismo.** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985. 95p. (Coleção Primeiros Passos).
- BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983. 187p. (Coleção Retratos do Brasil, v. 110).
- COSTA, Ademir Araújo da. Parque salineiro de Macau-RN: modernização tecnológica x impactos sociais. **Caderno Norte-rio-grandense de Temas Geográficos**, Natal, v. 7, n. 1, p. 22-30, jan/10. 1992/1993.
- FELIPE, José Lacerda. Aspectos geo-econômicos da região de Macau: o espaço regional. In: MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz (Org.). **Notas sobre a região de Macau.** Natal, UFRN/PRAEU/CRESM, 1985, p.9-14. (Coleção Textos Acadêmicos).
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar. 1981. 157p. (Biblioteca de Ciências Sociais).
- FERREIRA, Brasília Carlos. **O Sindicato do Garrancho.** Natal: [s. n.], 1986. 239p (Coleção Mossoroense - série "C", v. 482).
- GALVÃO, Mailde Pinto. **1964: aconteceu em abril.** Natal: Clima, 1994. 204p.

- GATO, Marcelo. Considerações sobre a questão sindical e a democracia. In: **TEMAS de Ciências Humanas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p. 125-148.
- MARIZ, Marlene da Silva. Macau - História: origem e sociedade. In: MONTEIRO, Anita Maria de Queiroz (Org.). **Notas sobre a região de Macau**. Natal: UFRN/PRAEU/CRESM. 1985. p.15-20 (Coleção Textos Acadêmicos).
- PAIVA, Marlúcia. Chico Mariano: calafate, alvarengueiro ... boêmio. In: MONTEIRO, Anita Maraid de Queiroz (Org.). **Notas sobre a região de Macau**. Natal: UFRN/PRAEU/CRESM. 1985. p.26-33 (Coleção Textos Acadêmicos).
- PENHA, João. **25 anos depois: Macau 1983**. Natal: Nordeste, 1983. 109p.
- REZENDE, Antônio Paulo. **História do movimento operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986. 88p. (Série Princípios).
- SABINO, Geraldo. **História do sindicalismo no Rio Grande do Norte**. Natal: Clima, 1985. 84p.
- SINGER, Paul. **A formação da classe operário**. São Paulo: Atual, Campinas-SP: Ed. da UNICAMP, 1988. 80p (Coleção Discutindo a História).
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608p.
- SOUSA, Márcia Maria Lemos de. **A política econômica salineira e o Rio Grande do Norte (1965-1974)**. São Paulo: PUC, 1988. 161p.
- SOUZA, Itamar de. **Migrações para Natal**. Natal: Ed. Universitária, 1976. 104p.
- TELES, Jover. **O movimento sindical no Brasil**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981. 288p. (Coleção a Questão Social no Brasil).

IMPrensa E PROPAGANDA POLÍtica NO RIO GRANDE DO NORTE (1934 - 1945)

Jailma Maria de Lima
Graduada em história pela UFRN

INTRODUÇÃO

Tomando como limites cronológicos a promulgação da Constituição de 1934 e o fim do Estado Novo em 1945, este artigo se propõe a analisar a imprensa e a propaganda política no Rio Grande do Norte. Para tanto fez-se necessário contextualizar o período politicamente e subdividir o trabalho em duas partes: “À luz da ‘liberdade’: a imprensa no período constitucional” e “Propaganda e censura: função da imprensa no Estado Novo” - já que abrangia dois momentos políticos distintos na era Vargas, um democrático e um ditatorial.

A insurreição comunista de 1935 foi a grande arma do governo Vargas para neutralizar a oposição. O “perigo” comunista, amplamente divulgado pela imprensa, precisava ser combatido para preservação da sociedade e em nome disto o Congresso Nacional aprovou as medidas extremas solicitadas pelo governo, como o estado de sítio e o estado de guerra. Com o projeto totalitário esboçado e com o apoio das Forças Armadas, Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo, através de um golpe. A partir daí o caráter totalitário presente na sociedade emergiu com toda intensidade.

À LUZ DA “LIBERDADE”: a imprensa no período constitucional

Conjuntura Política (1934 - 1937)

A Constituição de 1934 preservou o federalismo, o presidencialismo e a independência dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judi-

ciário. A Assembléia Nacional Constituinte decidiu que, em caráter excepcional, o novo presidente seria eleito por voto indireto e o próprio Vargas foi o escolhido. Determinou também que as eleições para deputados federais e estaduais seriam diretas e estes escolheriam indiretamente os governadores e senadores.

Entre 1934 e 1937, o chamado período constitucional da era Vargas, surgiram no Brasil inúmeros pequenos partidos políticos.

A profunda crise de hegemonia aberta com a Revolução de 30, desagregando os velhos poderes estaduais, permitiu que a partir de 1934 cada pequeno grupo de poder organizasse agremiações partidárias.¹

No entanto, com exceção da Ação Integralista Brasileira (AIB) e da Aliança Nacional Libertadora (ANL), estes partidos não ultrapassavam o âmbito estadual.

O integralismo foi um movimento político liderado, em nível nacional, por Plínio Salgado, que empolgou boa parte da população, principalmente as camadas médias, os oficiais do Exército e Marinha, e a Igreja Católica. Os partidos nazi-fascistas brasileiros fundiram-se na AIB, já que apoiavam internamente o movimento integralista.

No Rio Grande do Norte, o movimento integralista conseguiu a adesão de mais de três mil pessoas, entre 1933 e 1937 – anos que marcam a fundação e o fechamento do partido no Estado. A direção foi exercida inicialmente por Luís da Câmara Cascudo, Francisco Veras Bezerra e Miguel Seabra Fagundes. Fundada em julho de 1933, a AIB-RN, apesar de não ter ligações oficiais com a Igreja Católica, recebeu o apoio de bispos e padres temerosos do avanço do comunismo. Em meados de 1934, a chefia do integralismo local foi assumida exclusivamente por Câmara Cascudo.

Apesar dos comícios nos bairros operários (Rocas e Alecrim), dos desfiles em datas históricas, da construção de ambulatórios médicos e odontológicos e das sessões de divulgação dos ideais do movimento, o

¹ MENDES JR, A., MARANHÃO, R. *Brasil História - texto e consulta: era de Vargas*, p. 152.

povo não aderiu em massa ao integralismo, em parte por causa dos políticos burgueses e de esquerda do Estado, que combatiam o movimento.²

A AIB contribuiu decisivamente para as mudanças na ação dos militantes do PCB. Fundado em 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil (PC do B), o PCB teve num primeiro momento seus militantes provenientes, em sua maioria, do anarco-sindicalismo e portanto ligados às lutas do movimento operário. Manteve-se, durante algum tempo, apenas obedecendo às ordens da Internacional Comunista. Tal situação foi modificada a partir do momento em que as forças democráticas do país tiveram de unir-se na luta anti-fascista.

Assim, lutando contra o integralismo, em nível nacional, e, contra os regimes totalitários de direita no âmbito internacional, elaboraram um plano de luta que levou à organização da ANL. Este

*passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 30 - lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional.*³

De fato, a ANL congregava diferentes tendências de esquerda - partidos, estudantes, operários, tenentes - descontentes com a Constituição, com Vargas, e temerosos da ampliação do fascismo integralista. O programa era constituído de cinco pontos fundamentais: governo popular que garantisse liberdades política e civil; proteção aos pequenos e médios proprietários; nacionalização das empresas estrangeiras e cancelamento da dívida externa. Fundada oficialmente no Rio Grande do Norte em abril de 1935, reuniu poucas pessoas e tinha uma pequena sede no Centro da Cidade.⁴

² Sobre o integralismo no RN ver: CORTEZ, Luiz Gonzaga. *Pequena história do integralismo no Rio Grande do Norte*, p. 15-17.

³ VIANNA, Marly de A. Gomes. *Os revolucionários de 35: sonho e realidade*, p. 108-109.

⁴ COSTA, Homero. *A Insurreição Comunista de 35: Natal - o primeiro ato da tragédia*, p.65-66.

Formada no Rio Grande do Norte, em plena campanha eleitoral, a ANL criticava os dois grupos em luta: a Aliança Social e o Partido Popular (PP). Este foi fundado no Rio Grande do Norte em fevereiro de 1933. Estruturalmente, era o antigo Partido Republicano Federal, detentor do poder político no Estado durante a Primeira República. Representante da elite sócio-econômica, ligada principalmente aos setores da agro-exportação do sal e do algodão, passou a incomodar o governo federal na primeira eleição que disputou, quando elegeu três dos quatro candidatos à Assembléia Constituinte em 1933. Vargas nomeou, então, Mário Câmara como interventor do Rio Grande do Norte, numa tentativa de aliança política com a oligarquia Augusto de Medeiros, líder do PP. Mário Câmara e José Augusto de Medeiros tentaram uma aproximação e a criação de um partido único. Acordos foram estudados e inviabilizados.

No mês de abril de 1933, Café Filho fundou o Partido Social Nacionalista (PSN), que contava com algumas lideranças do movimento sindical, adquirindo, assim, um caráter mais popular. Diante dos insucessos das tentativas de aproximação política entre Mário Câmara e o PP, aquele resolve aliar-se a Café Filho, tentando evitar uma derrota tida quase como certa.

O partido do interventor era o Partido Social Democrático (PSD), presidido por Francisco Martins Veras ex-integrante do PP. Da união deste com o Partido Social Nacionalista de Café Filho resultou a Aliança Social. Era uma tentativa de manter a oligarquia Augusto de Medeiros fora do poder.

A AIB e o Partido da União Operária e Camponesa do Brasil - saída legal que os comunistas encontraram para participar das eleições - também concorreram ao pleito, mas tiveram inexpressiva votação.

O resultado das eleições de 1934 para deputados federais e estaduais no Rio Grande do Norte, depois de acirrada e violenta disputa e da realização de eleições suplementares em diversos municípios, foi divulgado pelo Tribunal Regional Eleitoral em abril de 1935, dando vitória à Aliança Social que elegeu 15 deputados contra 10 do Partido Popular. No entanto, estes resultados foram contestados em virtude da anulação de centenas de votos. O resultado final dependia da deliberação do Su-

premo Tribunal Eleitoral, que em outubro de 1935 reverteu o resultado das eleições e proclamou a vitória do Partido Popular, que elegeu 14 deputados contra 11 da Aliança Social. Em 29 de outubro de 1935 estes escolheram indiretamente o governador. Elegeram, como era previsto, Rafael Fernandes.

Este resultado significou a volta ao poder das oligarquias que dominaram o Rio Grande do Norte durante a República Velha e tinham sido derrotadas em 1930 e reagido às interventorias tenentistas.

Ao assumir o governo do Estado, Rafael Fernandes buscou o fortalecimento do Partido Popular no Rio Grande do Norte. Iniciaram-se as perseguições políticas, com demissão de dezenas de funcionários ligados à oposição e suspensão de obras iniciadas por Mário Câmara. Nesse contexto, a Guarda Civil também foi dissolvida, demitindo-se cerca de 300 homens.

Ocorreram diversos conflitos entre partidários de Mário Câmara e de Rafael Fernandes, tendo considerável participação popular. Alguns prefeitos, que tinham sido nomeados pelo governador, foram destituídos, acusados de simpatias pelos camaristas, acirrando ainda mais os ânimos.

No final do mês de novembro de 1935, como resultado da instável situação local, eclodiu em Natal, precipitadamente, um levante armado que o Partido Comunista articulava em nível nacional, o que levou ao desencadeamento de movimentos semelhantes em Recife e no Rio de Janeiro.⁵

O movimento iniciado no 21º Batalhão de Caçadores constituiu uma junta governativa autodenominada Comitê Popular Revolucionário. Instalou-se na Vila Cincinato, residência do governador situada na praça Pedro Velho. A rebelião expandiu-se por algumas cidades do interior. No entanto, o levante foi derrotado, poucos dias depois, pelas tropas legalistas.

A Intentona Comunista, nome dado à insurreição, foi o fato concreto de que necessitava o governo para desencadear violenta repres-

⁵ A Internacional Comunista tinha enviado para o Brasil seus principais líderes. Entre eles Luís Carlos Prestes e sua companheira Olga Benário, que haviam entrado no Brasil clandestinamente

são sobre os opositores do regime. Assim, as perseguições postas em prática pelo governo de Rafael Fernandes foram inúmeras e arbitrárias, inclusive sobre pessoas que não participaram do movimento, mas representavam “perigo” para o novo governo. Criou-se, então, toda uma mitologia sobre o movimento e, especialmente, sobre o *comunismo*, termo que adquire vários significados ligados à simbologia do mal.

Antes do desencadeamento da insurreição comunista de 1935 em Natal, na região Várzea do Açu, interior do Estado, ocorreram conflitos armados entre guerrilheiros e a polícia local. Estes conflitos juntamente com as greves que estavam acontecendo em Mossoró provocaram repercussões alarmistas na imprensa local e do sul do país, chamando a atenção do governo federal.

A guerrilha era parte do levante que o PC organizava em nível nacional.

*Embora o objetivo não fosse a formação de guerrilhas e sim insurreições nos quartéis, o caso de Mossoró tinha sua especificidade: como a repressão policial passa a ser mais intensa, levando alguns militantes à clandestinidade, a guerrilha tinha por objetivo organizá-los, preparando-os para um levante que o partido, com Prestes à frente, articulava no âmbito nacional.*⁶

Os guerrilheiros passaram a invadir as fazendas, enfrentando jagunços e a polícia, conclamando os trabalhadores a aderir ao movimento. A intensa repressão posta em prática pelo governo de Rafael Fernandes desarticulou os guerrilheiros que, mesmo tendo conseguido vitórias significativas frente às forças policiais e aos jagunços, fugiram em direção ao Ceará.

A polícia política, comandada por Filinto Müller, no início de 1936, prendeu as lideranças do PC. As torturas foram cruéis. Em março prenderam Prestes e Olga. Esta, grávida, foi entregue a Gestapo e enviada à Alemanha, onde morreria num campo de concentração nazista. Além

⁶ Costa, *op. cit.*, p. 71.

da prisão de Prestes, a polícia apreendeu também uma grande quantidade de documentos. O episódio de novembro de 1935 foi amplamente explorado por Vargas, principalmente, para manter o país em estado de sítio. O 27 de novembro de 1935 passou a ser comemorado oficialmente. Monumentos foram erguidos em homenagem aos legalistas. Quanto aos “comunistas” mortos,

*não tiveram enterro oficial e é impossível contar seu número — cerca de uma centena, fuzilados ao se renderem, assassinados na polícia e enterrados sem nome.*⁷

IMPrensa E PROPAGANDA

Nas décadas de 20 a 40 alguns representantes da imprensa, com posição política destacada, assumiram o papel de pensadores que tinham como meta principal formular idéias a serem assimiladas pelo público leitor. O ideal das Luzes os guiava e estes apontavam ao público a direção a ser seguida para se atingir harmonia e felicidade.⁸ À imprensa que passava, na década de 30, por uma estruturação, com a aquisição de máquinas, aperfeiçoamento do processo de produção e se consolidava como empresa, cabia criticar, formular e orientar as idéias, e em última instância formar a opinião pública. No entanto,

*propunham-se a exercer um papel libertador, mas o propósito fica comprometido pelo domínio das consciências resultante dessa conduta, típica dos setores sociais que representavam.*⁹

A sobrevivência dos jornais depende da liberdade de imprensa. Nos períodos de censura /alguns periódicos resistem a ela, enquanto outros se sujeitam às exigências do poder político. Durante a Era Vargas

⁷ VIANNA, *op. cit.*, p. 300.

⁸ CAPELATTO, M. Helena. O controle de opinião e os limites da liberdade de imprensa. *Revista Brasileira de História*. v. 12. p. 55

⁹ *Id. Ibid.*, p. 64.

foi decretada, por diversas vezes, censura à imprensa: em 1932, após a Revolução Constitucionalista, para evitar notícias e comentários não condizentes com o momento; um decreto de 14 de julho de 1934 regulava a liberdade de imprensa, afirmando a liberdade de manifestação de pensamento, sem dependência de censura. Mas, o mesmo artigo do decreto prevê a censura durante a vigência do estado de sítio, nos limites e formas determinadas pelo governo.¹⁰ Deste modo, a liberdade, restituída através deste decreto, era extremamente limitada e abria espaço para nova censura.

De fato, o Brasil, entre novembro de 1935, após a insurreição comunista, e novembro de 1937, instauração da ditadura, esteve quase ininterruptamente em estado de sítio. Isto significava que os jornalistas não podiam divulgar notícias contrárias às práticas governamentais, sob o risco de serem acusados de adeptos ou simpáticos ao comunismo e sofrerem com isso os efeitos da intensa repressão desencadeada pelo governo. Esta restrição havia sido incentivada por alguns representantes da imprensa, que contribuíram, assim, para o fortalecimento do poder de Vargas e para a instauração do regime ditatorial.

Ao mesmo tempo que o governo restringia a liberdade de expressão, ampliava as funções dos órgãos de propaganda.

A preocupação de Getúlio Vargas com a propaganda política data do governo provisório, com a criação do Departamento Oficial de Propaganda em 1931. Tal órgão, reorganizado em 1934, passou a ser Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural. Era de sua competência:

*estudar a utilização do cinema, da radiotelegrafia e outros processos técnicos, no sentido de empregá-los como instrumento de difusão, estimular a produção de filmes educativos e orientar a cultura física.*¹¹

¹⁰ DECRETO n. 24.776 de 14 jul. 1934. *Revista dos Tribunais*. v. 91. p. 485-501.

¹¹ GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda – a legitimação do estado autoritário perante às classes subalternas*, p.99.

Posteriormente, passou a ser Departamento Nacional de Propaganda e suas funções foram ampliadas, prenunciando o que seria o Departamento de Imprensa e Propaganda. Era de sua competência elaborar e distribuir folhetos e publicações; organizar comemorações de datas festivas nacionais; produzir filmes educativos e documentários e organizar emissões radiofônicas oficiais. Juntamente com este órgão foi criada a Agência Nacional para distribuir notícias e artigos à imprensa.¹²

No Rio Grande do Norte, os jornais existentes pertenciam aos grupos políticos e, naturalmente, defendiam seus proprietários e correligionários. Durante a campanha política de 1934 os jornais encarregaram-se de fazer acusações aos seus opositores. As violências ocorridas eram sempre atribuídas ao grupo adversário.

Após a vitória de Rafael Fernandes, o jornal **A Razão**, ligado ao Partido Popular, passou a acusar o governo Mário Câmara pelas desordens que estavam ocorrendo no estado, como a guerrilha comunista no Vale do Açu, e informava a força que o governo possuía para acabar com qualquer tentativa de subversão da ordem.

A República, jornal fundado em 1889, era, em 1935, o periódico oficial do governo do Estado, e **A Ordem**, um diário matutino pertencente à Igreja Católica.

Com o levante de 1935, estes jornais deixaram de circular durante o período em que a cidade esteve sob o domínio dos comunistas. Estes editaram nas oficinas da Imprensa Oficial o jornal **A Liberdade**, o qual teve apenas um número, datado de 27 de novembro de 1935, que não chegou a ser distribuído, em virtude do fracasso do movimento.

*No que se refere a forma, A Liberdade não difere muito dos jornais da época. A sua diagramação segue os mesmos padrões usados então.*¹³

¹² *Loc. cit.*

¹³ LIMA, Mônica Adriana C. *A Liberdade: a imprensa revolucionária de 35*, p. 45.

Os jornais locais empreenderam, após a insurreição, intensa campanha contra o comunismo e a favor do endurecimento do regime. **A Ordem**, jornal ligado à Igreja Católica,

*atacou o que chamava de 'semicomunismo' no seio da classe média e da elite do Estado e o 'comunismo total' no resto da sociedade. Seus editores, investigando as causas do descontentamento popular, responsabilizavam as tendências modernas infiltradas na comunidade nordestina: o ensino livre, o livre-pensamento, a maçonaria, a imoralidade sem Deus, a co-educação, a educação sexual, a dança, o atletismo feminino.*¹⁴

A República divulgava o apoio irrestrito do governo do estado ao presidente da República, criticava “o regime destruidor”, anunciando as medidas governamentais para o combate ao comunismo. Um editorial de 05 de outubro de 1937, quando era noticiado a decretação do estado de guerra em “defesa do regime e das instituições”, é ilustrativo.

*Ao Rio Grande do Norte, que experimentou mais do que nenhum outro Estado o choque da explosão comunista, que teve os seus lares, as suas cidades, o seu trabalho e a sua vida sobressaltados pela fúria do martelo e da foice, somente cumpre nesta hora decisiva do Brasil, acatar o Estado de Guerra pelo qual a nação novamente se mobiliza contra os inimigos, pondo-se em legítima defesa.*¹⁵

Os integralistas eram os mais influentes dos grupos oposicionistas. No entanto a AIB não chegou a possuir, no estado, uma imprensa própria e nem mesmo a editar revista literária. Isto em virtude da origem social da maioria dos seus filiados, oriundos da classe média, alguns operários e pequenos agricultores. A divulgação do ideário integralista era feita através de uma coluna diária que escreviam no jornal **A Repú-**

¹⁴ LEVINE, Robert. *O regime de Vargas, 1934-1938: os anos críticos*, p. 170.

¹⁵ O PAIZ em estado de guerra. *A República*. 5.10.37, p.1.

blica. Câmara Cascudo, um dos mais influentes integralistas do Estado, colaborava para o jornal **A Ofensiva**, porta-voz da AIB no Rio de Janeiro. Em Mossoró, o único jornal integralista que circulou foi **A Voz Integral**.¹⁶

PROPAGANDA E CENSURA: função da imprensa no estado novo

O Golpe e o Estado Novo

O governo empreendeu intensa repressão aos envolvidos e aos suspeitos de envolvimento na insurreição comunista de 1935. A ameaça comunista, ganhando, assim, contornos reais, foi amplamente divulgada pelos jornais, permitindo ao governo tomar medidas de força como, decretação do estado de sítio, imediatamente aprovado pelo Congresso, suspendendo-se as garantias constitucionais dos cidadãos; institucionalização da repressão com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Nos meses seguintes, milhares de prisões foram efetivadas, inclusive de membros do Congresso. A oposição ao governo foi sendo neutralizada na mesma proporção em que ampliava-se o poder pessoal de Vargas. Criavam-se, assim, as condições para a instauração do regime ditatorial.

Com o pretexto do Plano Cohen, o governo solicitou ao Congresso em 01 de outubro de 1937 a aprovação do estado de guerra por noventa dias. Os debates foram intensos. Todavia, mesmo sem conhecer os supostos documentos comunistas que, segundo afirmavam os militares, haviam sido apreendidos pelo Estado Maior do Exército, o Congresso aprovou a medida.

As Forças Armadas, especialmente o Exército, constituiu o núcleo organizado e ativo responsável pela articulação do golpe e sustentação do Estado Novo. Vargas, habilmente, já conseguira o apoio da maioria dos governadores para os seus planos golpistas. No Estado do Rio Grande do Norte, as forças políticas que faziam oposição ao governo, responsáveis pela vitória de Rafael Fernandes em 1935, passaram, em 1937, a apoiar Vargas, consolidando o apoio irrestrito do governo

¹⁶ CORTEZ, *op. cit.*, p. 18 e 42.

estadual ao Estado Novo. Rafael Fernandes foi, então, nomeado Interventor Federal no Estado.

O governo, para legitimar o Estado Novo, utilizou um conjunto de mensagens que mostravam a compatibilidade da estrutura e funcionamento do regime aos objetivos propostos. Desse modo, o regime teve como uma das mais importantes tarefas construir uma estratégia político-ideológica que o legitimasse perante a população. Getúlio Vargas era apresentado como a pessoa ideal para ser a autoridade suprema do país, o Chefe, um ser dotado de qualidade, mas ao mesmo tempo humano, simples e acessível.

*A construção de uma imagem carismática de Getúlio, uma das mais significativas atividades da propaganda do Estado Novo, acabou por produzir um verdadeiro culto à sua personalidade.*¹⁷

A década de 40 iniciou-se com as atenções voltadas para o conflito bélico que se desencadeava na Europa e envolvia diversos países do mundo. O Brasil manteve inicialmente uma posição de neutralidade, negociando empréstimos com a Alemanha e com os Estados Unidos. Quando viabilizou acordos para financiamentos da construção da Companhia Siderúrgica Nacional em troca da instalação de bases militares americanas no Nordeste brasileiro, rompeu com os países do eixo. E em agosto de 1942 entrou definitivamente na Segunda Guerra Mundial, quando a imprensa noticiou os afundamentos de navios brasileiros pelos alemães.

Um dos locais escolhidos para a instalação de bases norte-americanas na América do Sul foi Natal, porque a posição geográfica estratégica do Rio Grande do Norte estava em evidência perante o mundo, em decorrência do desenvolvimento da aviação após a Primeira Guerra.

A presença americana em Natal e a mobilização da população para a guerra provocaram diversas transformações sócio-econômicas na

¹⁷ GARCIA, *op. cit.*, p. 88.

cidade: duplicação da população fixa e em trânsito; construção da Base Naval do Alecrim, de quartéis e instalações militares, da Base Americana de Parnamirim, de estaleiros, cais, armazéns, cassinos, hotel; ampliação da circulação de dinheiro; aumento das casas de diversão e dos cabarés; shows com estrelas e astros americanos de cinema e rádio; tabelamento de preços de gêneros de primeira necessidade; e ampliação e adaptação das vias de comunicação.

A primeira mudança na cena política do Estado, depois da chegada dos americanos, ocorreu com a saída de Rafael Fernandes da interventoria em 29 de abril de 1943. Para substituí-lo foi escolhido o Gal. Antônio Fernandes Dantas.¹⁸

Com o término da guerra e vitória dos aliados as contradições entre a política interna e a externa ficaram mais evidentes. E em 29 de outubro de 1945, as forças armadas desencadearam um golpe de estado e obrigaram Getúlio Vargas a abandonar o poder.

DIP: APERFEIÇOAMENTO DA MÁQUINA DE PROPAGANDA

A Constituição de 1937 trata, no artigo 122, dos direitos e garantias individuais. Afirma, no item 15 deste artigo, a liberdade de manifestação de pensamento, oralmente ou por escrito, impresso ou por imagem, de acordo com os limites prescritos em lei. No entanto, as medidas restritivas são amplas o bastante para impedir qualquer liberdade de expressão. A censura poderia ser aplicada com o fim de garantir a paz, a ordem, a segurança pública, os bons costumes, proteger a infância e a juventude, o bem estar do povo e a segurança do Estado. Assim, a imprensa, o teatro, o cinematógrafo, a radiodifusão poderiam ser censurados previamente, facultando a autoridade competente proibir a circulação, difusão ou representação.¹⁹

A organização da imprensa por lei especial é prevista no mesmo item, que afirma alguns princípios que devem ser levados em consideração: a imprensa exerce uma função de caráter público; nenhum jornal

¹⁸ SMITH Jr., Clyde. *Trampolim para a vitória*, p. 108.

¹⁹ BRASIL. Constituição 1937. *Constituições do Brasil*, p. 461-463.

pode recusar a inserção de comunicados do governo nas dimensões taxadas em lei.²⁰

Não era esta a primeira vez que se decretava censura à imprensa na Era Vargas. Esse direito passara por diversas oscilações. A implantação do regime ditatorial foi seguido de novas restrições às liberdades de pensamento.

*Censura e propaganda estavam intimamente ligadas, no período, já que as atividades de controle, ao mesmo tempo que impediam a divulgação de certos assuntos impunham a difusão de outros, na forma adequada aos interesses defendidos pelo Estado*²¹.

É após 1937 que a máquina de propaganda se expande e se aperfeiçoa e é direcionada para atuar como uma máquina de dominação. O Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 27 de dezembro de 1939, foi o mais importante dos órgãos de controle e repressão dos atos e idéias, pois tinha poderes absolutos sobre os periódicos; fornecia ou não os registros para as empresas jornalísticas; controlava os profissionais. A imprensa, considerada pelo governo como atividade política, deveria ser exercida pelo Estado. Em nome das realizações práticas excluiu-se a liberdade, a crítica, as discussões, os debates, a participação política.²²

Assim, o DIP tinha como finalidade, dentre outras, centralizar, coordenar e superintender a propaganda nacional interna ou externa; fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radiodifusão, da literatura social e política e da imprensa; promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festa populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística. O DIP contava com cinco divisões para o exercício de suas funções: Divulgação, Rádio-Difusão, Cinema e Teatro, Turismo e Imprensa e mais um Setor de Serviços Auxiliares.²³

²⁰ *Loc. cit.*

²¹ GARCIA, *op. cit.*, p. 110.

²² CAPELATTO, *op. cit.*, p. 68-69.

²³ DECRETO n. 1915 - 27 dez. 1939. *Revista dos Tribunais*. v. 124, p. 316-319.

Responsável pela produção e divulgação do projeto político do Estado Novo, supervisionando os variados instrumentos de comunicação de massa, o DIP

*materializou o grande esforço empreendido durante o Estado Novo para controlar os instrumentos necessários à construção e implementação de um projeto político destinado a se afirmar como socialmente dominante.*²⁴

Para um maior controle de imprensa e da propaganda o governo determinou que fossem criados os Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda, subordinadas ao DIP, do ponto de vista da orientação técnica e doutrinária.²⁵

Em cumprimento a tal determinação, em 27 de junho de 1941, a Imprensa Oficial do Rio Grande do Norte passou a ser Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda, subordinado à Secretaria Geral do Estado.²⁶ O jornal **A República** passou a ser editado pelo DEIP como órgão oficial do Estado. Para direção deste órgão foi nomeado o Bel. Edilson Varela.

A regulamentação do DEIP-RN somente foi aprovada em dezembro de 1942. Constava de Divisão de Imprensa; Secção de Propaganda, Radiodifusão, Diversões Públicas e Turismo; e Serviços Comerciais. Suas funções eram basicamente as mesmas do DIP.²⁷

IMPrensa

Com funções bastante amplas, tinha a Divisão de Imprensa do DIP, sob sua responsabilidade, a vigilância de toda publicação impressa no país durante o Estado Novo. Assim, a esta Divisão competia: exercer

²⁴ GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*, p. 206.

²⁵ DECRETO n. 2557 - 4 set. 1940. *Revista dos Tribunais*. v. 128, p. 695-696.

²⁶ DECRETO-LEI n. 98 - 27 jun. 1941. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte*, 28 jun. 1941.

²⁷ DECRETO n. 1133 - 22 dez. 1942. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte*, 23 dez. 1942.

censura à imprensa; organizar um serviço de controle da imprensa nacional e estrangeira, a fim de fornecer informações aos vários órgãos públicos interessados; publicar um periódico, em diferentes idiomas e difundir valores gerais do Brasil em todos os setores artístico, científico, literário ou filosófico, político, econômico, social, turístico, etc.; organizar um arquivo de jornais, revistas, folhetos de propaganda, nacionais e estrangeiros; manter um completo serviço de “clichês” e de fotografias, para fins de distribuição à imprensa brasileira e estrangeira e de permuta com entidades estrangeiras de turismo e de propaganda.²⁸

A censura era aplicada para restringir quaisquer manifestações ou notícias contrárias a imagem que se queria manter do regime. Assim, à imprensa cabia divulgar as inaugurações e os atos do governo; publicar fotos de Vargas; divulgar as qualidades do “chefe” e seus auxiliares. Os discursos de Vargas e seus auxiliares, em comemorações, visitas e inaugurações forneciam o conteúdo básico explorado pela propaganda.²⁹

Responsável pelas notícias oficiais, locais e nacionais, o jornal **A República**, editado pelo DEIP, juntamente com **A Ordem** e **O Diário** foram os porta-vozes das realizações do Estado Novo no Rio Grande do Norte. O jornal **O Diário** foi fundado em setembro de 1939. Seus proprietários – Aderbal França, Waldemar Araújo, Djalma Maranhão e Rivaldo Pinheiro – não possuíam prelo nem tipografia, por isso fizeram um contrato com **A República** para utilização de suas instalações. Dois anos depois, venderam-no para o sr. Rui Moreira Paiva, na época diretor de **A República**, que manteve sociedade com Djalma Maranhão, único dos antigos proprietários que possuía uma impressora e material de tipografia.³⁰

Cumprindo a função determinada pelo DIP, os jornais norterio-grandenses fizeram apologia do regime e divulgaram intensamente as comemorações. Um artigo para mostrar algumas obras do prefeito Gentil Ferreira, como construção de mercados, de um matadouro e calçamentos

²⁸ DECRETO n. 5077 - 29 dez. 1939 - *Revista dos Tribunais*, p. 346-354.

²⁹ GARCIA, *op. cit.*, p. 102

³⁰ MELO, Manoel Rodrigues. *Dicionário da imprensa do Rio Grande do Norte: 1909-1987*, p.119.

de ruas, publicado em **A República**, em 09 de janeiro de 1941, assim se refere à conjuntura política do momento:

*Ao contemplarmos neste momento o retrato político do Brasil vemos (...) qual profunda e salutar foi a obra da revolução sem fogo e sem sangue de 10 de novembro de 1937, levada a efeito pelo presidente Getúlio Vargas com o apoio das classes armadas e consenso geral do povo brasileiro, instituindo os postulados de uma política de paz e trabalho (...) o milagre realizou-se. E sob o regime de moralidade e de reconstrução instituído pelo Estado Novo, o Brasil vem atravessando uma situação de absoluta tranqüilidade.*³¹

Dentre as comemorações, destacou-se, a partir de 1940, o 19 de abril, data do aniversário de Getúlio Vargas. Nos jornais, dias antes, páginas inteiras tratavam do assunto com discursos, fotografias e notícias de como seriam as comemorações. Em 15 de abril de 1941, **O Diário** informava que o interventor em exercício, Aldo Fernandes, decretou feriado estadual o dia 19 de abril para que as comemorações tivessem “*extraordinário brilhantismo*”. O interventor decretou também que neste dia seria comemorado o dia da Juventude Potiguar. Da programação para as homenagens constavam: missa na praça Pedro Velho, com concentração escolar, desportiva, operária e popular; inauguração da praça D. Pedro II no Alecrim; sessões gratuitas em todos os cinemas da capital; programação especial em diversas cidades do interior.³²

Os jornais que não cumprissem as determinações impostas pelo DIP sofriam as sanções previstas, que eram várias:

simples advertência, multas e suspensão para artistas e empresários, suspensão de funcionamento de empresas teatrais e de diversões públicas, apreensão de filmes, cassação de licenças para funcionamento, censura prévia durante tempo

³¹ BARROS, José de Sampaio. A política do Estado Novo. *A República*, 09 jan. 1941, p. 3.

³² AS HOMENAGENS do Estado ao presidente Getúlio Vargas no dia 19. *O Diário*, 5 de abr. 1941, p. 1.

*determinado, apreensão, suspensão do exercício profissional, suspensão de favores e isenções, prisão.*³³

O **Diário** em 13 de dezembro de 1942 levou uma suspensão pelo prazo de dez dias, segundo Clyde Smith Jr., por causa de um editorial criticando a política do governo quanto ao preço da carne³⁴. A única referência que o jornal **A República** faz a essa suspensão é uma nota oficial do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda à imprensa afirmando a infração, pelo jornal **O Diário**, do artigo 131 do decreto-lei 1949 de 30.12.1939.

A cidade passava, neste momento, por um desabastecimento de carne verde. **A República** justificativa, diariamente, o problema como resultado de fatores externos e divulgava entrevistas com representantes dos criadores e dos marchantes da cidade que “explicavam” o problema.

RÁDIO-DIFUSÃO

O rádio já existia antes de 1931, quando iniciou, no Brasil, a era das Comunicações de Massa. A primeira transmissão ocorreu em 1922 e a instalação de emissoras regulares, a partir de 1923, ainda de forma amadora. No início da década de 30, apenas 21 emissoras tinham sido instaladas no Brasil e sua programação era basicamente música clássica e ópera.³⁵ Contudo, é nas décadas de 1930 e 1940 que o rádio, se consolidando como meio de comunicação foi percebido pelo governo como de grande utilidade para a propaganda e, portanto, como um serviço de interesse nacional e de finalidade educativa. Assim, o governo estabeleceu que sua utilização dependeria da concessão do estado e regulamentou o seu funcionamento, autorizando a veiculação da propaganda.

³³ GARCIA, *op. cit.*, p. 116 e DECRETO-LEI n. 1949 - 30 dez. de 1939. *Revista dos Tribunais*. v. 124, p.323-341.

³⁴ SMITH Jr., *op. cit.*, p. 100. No Arquivo do jornal Diário de Natal, a coleção do ano de 1942 não está completa, por isso, não me foi possível encontrar o referido artigo. O autor analisa a volta da circulação do jornal no final do mês como obra do “espírito natalino” (!) O jornal foi enquadrado no artigo 131 do decreto 1.949 de 30 de dez. de 1939 que trata da punição às empresas jornalísticas que descumprissem as normas do DIP.

³⁵ NOSSO SÉCULO, p. 61.

Segundo o Anuário Estatístico do Brasil (IBGE)³⁶ em 1937 havia um total de 63 estações de rádio, número ampliado para 106, em 1944, e para 111, em 1945.

Com a criação do DIP, a radiodifusão ganhou divisão específica, a qual estabelecia como função, dentre outras: levar aos ouvintes radiofônicos nacionais e estrangeiros, por intermédio da radiodifusão oficial, tudo o que possa fixar-lhes a atenção sobre as atividades brasileiras em todos os domínios do conhecimento humano; promover a cooperação da União dos Estados, dos Municípios e dos particulares, de modo a generalizar e difundir o uso do rádio nas escolas e estabelecimentos industriais e agrícolas; fazer censura prévia de programas radiofônicos e de letras para serem musicadas; levar, através do rádio, à população rural, conhecimentos práticos necessários a uma evolução social rápida; organizar programa radiofônico com o fim de divulgar os principais fatos da História do Brasil, assim como os feitos de nossos grandes homens.³⁷

Cumprindo tais determinações, o rádio foi utilizado principalmente para a divulgação de discursos, mensagens e notícias oficiais.

*Pelo rádio, o poder se faz presente em todo o país e personaliza a relação política com cada cidadão, a quem é imposta a restrição de sua participação política, através de 'palestras afetuosas com os trabalhadores'.*³⁸

A “Hora do Brasil”, programa oficial do governo, reorganizado pelo DIP, tinha sua transmissão diária obrigatória. Como parte integrante da Hora do Brasil, foi criado em 1942, o programa “Falando aos Trabalhadores Brasileiros”, apresentado pelo Ministro Alexandre Marcondes Filho e irradiado pela Rádio Nacional, semanalmente. Este programa guarda especificidades por ser a primeira vez que um ministro utilizava-se da rádio difusão para levar mensagem a um grande público com o objetivo específico de divulgar a legislação social trabalhista do Estado

³⁶ GARCIA, *op. cit.*, p. 106.

³⁷ DECRETO n. 5077 - 29 dez. 1939. *Revista dos Tribunais*, p. 346-354.

³⁸ LENHARO, *op. cit.*, p. 42.

Novo.³⁹ O trabalhador, maior beneficiário da legislação, desconhecia seus direitos e, segundo o ministério, tal programa divulgaria de forma mais rápida o novo direito social. Segundo o balanço feito pelo próprio ministro, o programa obteve grande sucesso, contribuindo “*para tornar a legislação social um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional.*”⁴⁰

A Rádio Educadora de Natal foi a primeira emissora natalense a obter a permissão de funcionamento pelo Ministério de Obras e Viação. Teve como primeiro diretor artístico Genar Wanderley e foi inaugurada em 30 de novembro de 1941.⁴¹

Para custear as despesas com a construção do prédio e mobiliários, foram realizadas diversas campanhas a fim de angariar recursos. Muitas promoções foram feitas: Festa do Cimento, Festa do Microfone, Festa Radiofônica, Campanha do Disco, que contavam com a colaboração dos cantores da Agência Pernambucana e de serviços de alto-falantes.

Dentro do processo de expansão do rádio como meio de comunicação de massa, a REN foi mais uma emissora a cumprir as funções da radiodifusão impostas pelo DIP, no projeto doutrinário do Estado Novo. De sua programação constavam além dos programas e propagandas oficiais do governo, palestras, não-oficiais proferidas por intelectuais que falavam sobre a “*grandiosidade*” do Brasil e do governo e comentavam as declarações do presidente Getúlio Vargas.

³⁹ GOMES, *op. cit.*, p. 195-198.

⁴⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 197.

⁴¹ Segundo o escritor Gumercindo Saraiva Rádio Educadora de Natal (REN) não foi a primeira emissora natalense como afirmam, jornalistas e radialistas. Um grupo de mecânicos do “Melhoramento do Porto de Natal” pôs em funcionamento, três anos antes da inauguração da REN uma emissora cobrindo toda Natal, localizada na residência do seresteiro Porfirio Ferreira. Iniciaram as transmissões modestamente e aos poucos foram aumentando a potência dos aparelhos, custeados pelos próprios idealizadores. Contudo, o diretor do Departamento dos Correios e Telégrafos do Rio Grande do Norte ordenou a suspensão das irradiações, quando já se falava pela cidade que Carlos Lamas, Carlos Farache, Sílvio Pedrosa e Gentil Ferreira estavam se reunindo, sob a orientação do dr. Paulo de Viveiros, para a fundação da REN. In: SARAIVA, Gumercindo. História da radiofonia no Rio Grande do Norte e Revista da Academia Nortteriograndense de Letras, v. 30, n. 18. p. 135-140

O jornal O Diário em 22 de janeiro de 1942, quando completou três anos do início das instalações da REN informava que a mesma

*têm correspondido à expectativa do povo do Rio Grande do Norte, prestando-lhe um grande serviço de informações úteis, e no governo, facilitando uma ligação constante e imediata com as administrações do interior e com todos quantos se interessam pelas coisas do Estado.*⁴²

Em 15 de fevereiro de 1944, a rede das Emissoras Associadas, presididas por Assis Chateaubriand, comprou a maior parte das ações da REN, que passou por uma transformação completa nos equipamentos e instalações.⁴³

CONCLUSÃO

O cerceamento da liberdade de imprensa e a utilização dos meios de comunicação, para a propaganda política não foi exclusividade, durante a Era Vargas, do período ditatorial. O Departamento de Imprensa e Propaganda, criado em 1939, foi o mais importante dos órgãos de controle e repressão porque centralizou as funções de propaganda e censura que já vinham sendo postas em prática pelo governo.

Por outro lado, enquanto a censura impedia a divulgação de determinados assuntos pela imprensa, era desencadeada uma violenta repressão sobre os “comunistas” (adeptos do partido, simpáticos aos ideais comunistas ou qualquer inimigo político), especialmente após a insurreição comunista. A oposição política foi, assim, neutralizada. A propaganda anti-comunista nos meios de comunicação foi intensa, criando uma mitologia, associando à simbologia do mal ao movimento comunista. O lado autoritário e arbitrário do governo Vargas era, deste modo, desconhecido pela população.

⁴² O DIÁRIO, 22.01.42.

⁴³ LIMA, José Ayrtton. *A história do rádio no Rio Grande do Norte*, p. 26.

No Rio Grande do Norte, as perseguições políticas foram inúmeras e os jornais locais, como já foi mostrado no decorrer do artigo, empreenderam intensa propaganda anti-comunista. O DEIP, cumprindo suas funções no estado, designou em 1943 um setor de censura para a Base Aérea de Parnamirim, com o objetivo de analisar as comunicações telegráficas; instalou um auto-falante da REN em frente ao Grande Hotel; afixou cartazes exibindo Vargas ou o Brasil na guerra em locais públicos.

BIBLIOGRAFIA

- AS HOMENAGENS do Estado ao Presidente Getúlio Vargas no dia 19. **O Diário**. Natal, n. 448. p. 1. 15 mar. 1941.
- BARROS, José de Sampaio. A Política do Estado Novo. **A República**, Natal, n. 2219, p.3. 09 jan. 1941.
- BRASIL. Decreto n. 2557 - 4 set. 1940. Dispõe sobre o exercício das funções do Departamento de Imprensa e Propaganda nos Estados. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 1940. p. 695-696.
- _____. Decreto n. 24.776 - 14 jul. 1934. Regula a liberdade de imprensa e dá outras providências. **Revista dos Tribunais**, São Paulo. v. 91. p. 485-501, 1939.
- _____. Constituição, 1937. **Constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1985. p. 461-463. Art. 122: dos direitos e garantias individuais.
- _____. Decreto n. 1915, 27 dez. 1939. Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 124. p. 317-318, 1939.
- _____. Decreto n. 5.077, 27 dez. 1939. Aprova o regimento do Departamento de Imprensa e Propaganda. **Revista dos Tribunais**. São Paulo, v. 124. p. 346-354, 1939.
- _____. Decreto-Lei n. 1949, 30 dez. 1939. Dispões sobre o exercício de atividades de imprensa e propaganda no território nacional e dá outras providências. **Revista dos Tribunais**, v. 124. p. 323-341, 1939.

- CAPELATO, M^a Helena Rolim. O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 12, n. 23-24, p. 125-141, set. 1991/ago. 1992.
- COSTA, Homero. **A insurreição comunista de 1935: Natal - o primeiro ato da tragédia**. São Paulo: Ensaio, Natal: Cooperativa Cultural Universitária do RN, 1995. 190p.
- CORTEZ, Luiz Gonzaga. **Pequena história do integralismo no Rio Grande do Norte**. Natal: Clima: Fundação José Augusto, 1986. 60 p.
- GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo: ideologia e propaganda - a legitimação do estado autoritário perante às classes subalternas**. São Paulo: Ed. Loyola, 1982. 163 p.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. cap. 6, p. 195-219: A invenção do trabalhismo.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas: Papyrus: Unicamp, 1986. cap. 1, p. 19-51: Pátria como família.
- LEVINE, Robert M. **O regime de Vargas, 1934 - 1938: os anos críticos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. 317 p.
- LIMA, José Ayrtton. **A história do rádio no RN**. Natal: Ed. Coojornat, 1984. 106 p.
- LIMA, Mônica Adriana Cândido. **A Liberdade: a imprensa revolucionária de 35**. Natal: UFRN, 1990. 58 p. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social) - CCHLA, UFRN, 1990.
- MELO, Manoel Rodrigues. **Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte: 1909 - 1987**. Natal: Fundação José Augusto, São Paulo: Cortez. 1987. 270 p.
- MENDES Jr, A ., MARANHÃO, R. **Brasil História - texto e consulta**. São Paulo: Hucitec, 1989. cap. 93, p. 151 - 163: O golpe do Estado Novo.
- NO AR: "Rádio Poti" de Natal. **Diário de Natal**, Natal, 10 nov. 1974.
- NOSSO SÉCULO: 1930/1945: a era de Vargas. São Paulo: Abril Cultural, 1980. 230 p.
- O PAIZ em estado de guerra. **A República**, Natal, n. 1901. p. 1. 5 out. 1937.

- O TERCEIRO aniversário da Rádio Educadora de Natal. **O Diário**, Natal, 22 jan. 1942.
- RIO GRANDE DO NORTE. Decreto-lei n. 98 - 27 jun. 41. Cria o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. **Diário oficial do Rio Grande do Norte**, Natal, 28 jun. 1941.
- _____. Decreto n. 1.133, 22 dez. 1942. Aprova o regulamento do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (D.E.I.P.) **Diário Oficial do Rio Grande do Norte**, Natal, 23 dez. 1942.
- SARAIVA, Gumercindo. História da radiofonia no Rio Grande do Norte. **Revista da Academia Norte-riograndense de Letras**. Natal, v. 30, n. 18, p. 135 - 140, jan/dez. 1983.
- SMITH Jr, Clyde. **Trampolim para a vitória: os americanos em Natal-RN/Brasil durante a Segunda Guerra Mundial**. Natal: UFRN/Ed. Universitária, 1992. 226p.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 413p.

A POLÍTICA PERSONALISTA NO RN NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX

Sérgio Luiz Bezerra Trindade
Graduado em História pela UFRN

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda sucintamente a trajetória política das duas maiores lideranças políticas do Rio Grande do Norte na segunda metade do século XX – Aluizio Alves e Dinarte Mariz –, de acordo com o referencial teórico desenvolvido pelo economista americano John Kenneth Galbraith que analisa os mecanismos através dos quais é exercido o poder.¹

Segundo o sociólogo e cientista político Max Weber, citado por Galbraith, o poder “é a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas”. A definição de Max Weber é a que mais se aproxima do senso comum e, por isso, a palavra é frequentemente empregada sem uma conceituação mais elaborada.

Então, por que não tratar de tão importante tema com uma maior atenção? Por que não utilizar uma definição mais elaborada, que nos afaste um pouco dessa visão superficial do poder?

Nas referências que são feitas ao poder é raro se mencionar a questão de como a vontade é imposta, de como vem a ser alcançada a aquiescência de uma platéia, do público, do povo. O uso do poder pode ser público e notório por quem o exerce e por quem a ele se submete; porém, algumas utilizações do poder dependem de estar ele oculto, de não ter sido percebido pelos que a ele se submetem. “Será a ameaça de castigo físico, a promessa de recompensa pecuniária, o exercício da persuasão, ou alguma outra força mais profunda que leva a pessoa ou as

¹ Sobre o conceito de poder, suas fontes e mecanismos ver: GALBRAITH, John Kenneth. *Anatomia do poder*.

“pessoas sujeitas ao exercício do poder a abandonarem suas próprias preferências e aceitarem as de outros? Em qualquer alusão significativa ao poder, isso precisa ser esclarecido.”²

Galbraith estabelece uma tríade do poder ao apontar os três recursos necessários para manejá-lo, bem como as três qualidades que outorgam o direito de usá-lo. O poder pode ser exercido pela punição, pela compensação e pela persuasão; as fontes nas quais bebe o poder são a personalidade, a propriedade e a organização.³

O poder condigno e o poder compensatório são exercidos de forma objetiva e visível. A diferença entre ambos repousa na maneira “positiva e negativa” da recompensa alcançada. O poder condigno oprime o indivíduo com algo doloroso, física ou emocionalmente, levando-o a renunciar à sua própria vontade ou escolha a fim de impedir o sofrimento. “O poder condigno obtém submissão pela capacidade de impor às preferências do indivíduo ou do grupo uma alternativa suficientemente desagradável ou dolorosa para levá-lo a abandonar suas preferências.”⁴ Em suma: o poder condigno é o poder exercido por qualquer forma ou ameaça de ação adversa, seja física ou não.

O poder compensatório, ao contrário, conquista submissão oferecendo uma recompensa positiva, ou seja oferecendo algo de valor ao indivíduo que assim se submete. A coerção compensatória é percebida como muito mais civilizada e compatível com a liberdade e a dignidade do indivíduo do que a coerção condigna.⁵ O poder condicionado é o mais subjetivo de todos. Os que o exercem e os que a ele se subordinam nem sempre estão cientes de que ele está sendo exercido. A sujeição ao poder condicionado é cultivada deliberadamente - pelo convencimento ou pela educação.⁶

Três são as fontes que proporcionam o acesso ao poder: a personalidade, a propriedade e a organização. A personalidade é complementada pela propriedade e, ainda, recebe um reforço extra da organização.

² *Ibid.*

³ *Ibid.*

⁴ *Ibid.*

⁵ *Ibid.*

⁶ *Ibid.*

No entanto, existe uma forte tendência de superestimar o papel da personalidade no exercício do poder, devido à importância histórica de um grande líder. Tal fenômeno ocorre em todo o mundo. Grandes líderes são admirados pelos dotes de oratória, de poder de persuasão, quando na realidade a origem dessas suas qualidades não repousa somente na força de sua personalidade, mas na da propriedade e na da organização a que têm acesso. Ademais, a personalidade pode ser criada através do marketing.⁷

A propriedade é a fonte mais direta do poder, sendo profundamente associada ao poder compensatório. No Brasil, e particularmente nas regiões menos desenvolvidas, era (e ainda é) tão grande a superioridade da propriedade que esta transferia poder ao seu detentor, muitas vezes sem necessidade de uma compensação mais efetiva. A propriedade passa um aspecto de autoridade que pode conduzir à submissão. Entretanto, na vida política a compra direta da submissão está em decadência.⁸

As duas primeiras fontes de poder só são realmente inquestionáveis quando contam com o respaldo da organização. Um partido político tem um grau de organização apreciável, pois do contrário não conseguirá alcançar a submissão externa. Ou seja, um partido político que não esteja unido nos seus propósitos, dificilmente conseguirá conquistar votos. É necessário obter primeiro a submissão interna, para almejar força e confiabilidade no plano externo. A discordância interna de propósitos de uma instituição enfraquece o seu poder.⁹

Da combinação das três fontes (propriedade, personalidade e organização) é que advém a submissão condicionada.¹⁰ Para se alcançar a submissão condicionada, isto é, para conquistar a crença dos outros, é necessário uma certeza suprema nas próprias convicções. Muitas vezes um orador fala às platéias já inteiramente condicionadas à crença delas próprias, o que configura a submissão do orador à platéia, e não o contrário.

⁷ *Ibid.*

⁸ *Ibid.*

⁹ *Ibid.*

¹⁰ *Ibid.*

Aluízio Alves e Dinarte Mariz são sem dúvida líderes políticos que podem ser inseridos nas formas de manifestações de poder acima mencionadas. Ambos começaram na vida política partidária quase ao mesmo tempo: na década de 30.

Dinarte foi revolucionário de 1930 a 1932, quando abandonou a trilha revolucionária e, dois anos depois, chefiou a campanha do Partido Popular ao lado de José Augusto; Aluízio Alves debutou na política partidária, aos treze anos, no mesmo Partido Popular, no qual exerceu o cargo de Secretário.¹¹

Durante a República Velha, as máquinas políticas nos estados estavam assentadas nas relações de dependência radicadas no latifúndio e no clientelismo estatal. Esse quadro era mais acentuado nos estados menos desenvolvidos.¹²

Um dos objetivos do governo Vargas era dismantelar a estrutura coronelista. Entretanto, na primeira eleição após 1930, a máquina coronelista demonstrou que sua força persistia. No Rio Grande do Norte, o Partido Popular foi o grande vencedor nas eleições legislativas, elegendo ainda os senadores e o governador do estado em eleição indireta. Do Partido Popular é que surgiram dois dos principais partidos políticos após o fim do Estado Novo: o PSD e a UDN.¹³

Os partidos políticos criados após o fim do Estado Novo nasceram com a marca da personalidade de Getúlio Vargas. As lideranças políticas surgidas com o beneplácito e Vargas formaram o Partido Social Democrático (PSD); a União Democrática Nacional (UDN) agrupou os descontentes com Vargas, desde seus antigos aliados até os seus mais ferrenhos adversários.¹⁴

¹¹ MEDEIROS FILHO, João. *82 horas de subversão: a intentona comunista de 1935 no Rio Grande do Norte*.

COSTA, Homero de Oliveira. *A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*.

¹² Sobre o coronelismo ver: CARONE, Edgard. *Primeira República*. FACÓ, Rui. *Cangaceiros e fanáticos*.

¹³ Maiores detalhes sobre as eleições realizadas na década de 30 ver: SPINELLI, José Antônio. *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35*. PEREIRA, Nilo. *José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata*.

¹⁴ SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*.

Os novos partidos criados após o fim da era Vargas persistiram com os vícios dos partidos políticos da República Velha. Continuaram sendo dominados por líderes políticos que tinham como finalidade precípua esgotar a sua cota de poder. Carismáticos líderes políticos passaram a exercer um grau de liderança extrema dentro dos partidos, chegando os seus destinos a confundirem-se com os do partido aos quais pertenciam.

Nos estados mais pobres da federação, a força das lideranças políticas em detrimento dos partidos é mais acentuada. Além disso, a dependência financeira dos estados menos desenvolvidos em relação ao poder central tornam os seus líderes mais subservientes ao governo federal, tendo em vista que este é quem os alimenta e os favorece fornecendo-lhes crédito para poderem desempenhar a contento a política clientelista e fisiológica que os fortalecem.

O acesso ao poder inerente do Estado é que transforma uma liderança política muitas vezes incontestável, inquestionável. O personalismo político destrói as estruturas nas quais estão assentados os partidos políticos. Muitos líderes políticos, no Brasil, levaram os seus partidos a dissensões em virtude de projetos pessoais que conflitavam com os de outras liderança, ou com os do próprio partido. A solução seria a adequação aos desígnios do partido ou a filiação em outra legenda. Historicamente a segunda opção é sempre a mais seguida.

A RADICALIZAÇÃO POLÍTICA

A ascensão de Aluízio Alves no seio da UDN representava uma ameaça para Dinarte Mariz, tendo em vista que se tratava de um líder político que não aceitava o papel de coadjuvante. A recusa de Dinarte em aceitar Aluízio Alves como candidato a sua sucessão em 1960, precipitou o rompimento que se vinha delineando. Para Dinarte afigurava-se melhor a candidatura de Djalma Marinho, político experiente e com brilho próprio, mas que aceitava a sua liderança.

O rompimento entre Aluízio Alves e Dinarte Mariz fixou definitivamente a divisão do estado entre essas duas lideranças políticas, iniciando-se uma nova fase de radicalização política no Rio Grande do Norte.

Ademais, representava também uma disputa por acesso às fontes de poder. Num estado pobre como o Rio Grande do Norte, nas décadas de 60 e 70, o acesso a essas fontes possibilitariam a distribuição de cargos e verbas públicas aos correligionários.

A proeminência política de Aluizio Alves e Dinarte Mariz inibiu e, por vezes, castrou a possibilidade de surgimento de novas lideranças políticas. Geraldo Melo (que veio a ser governador do estado de 1986 a 1990, tendo como aliado a família Alves) foi exonerado do Conselho Estadual de Desenvolvimento, porque tentou formar uma terceira força política junto a outros Secretários. Djalma Maranhão, eleito prefeito de Natal na campanha da “Cruzada da Esperança”, quando Aluizio Alves se elegeu governador, teve sua carreira política interrompida em 1964 pelos militares.¹⁵ O Rio Grande do Norte, apesar de ser um estado pequeno e dependente dos recursos oriundos do governo federal, salientara-se durante o início do governo dos militares, por uma contínua turbulência política, ao feitiço da instabilidade política pós-Revolução de 30, em virtude da disputa entre as duas principais correntes políticas no estado – aluizistas e dinartistas – pela hegemonia do poder local.

O clientelismo político acumula ressentimentos, devido aos favorecimentos a correligionários e apadrinhados políticos, quando a questão não se limita ao adesismo puro e simples a uma nova ordem para desfrutar das graças do governo. Os excluídos desses favores, principalmente os adversários, aguardam a oportunidade de se estabelecerem no poder, para poderem receber o seu quinhão dos órgãos estatais. Em função da alternância no poder das duas lideranças políticas – se não diretamente, através de aliados –, até meados da década de 60, sempre havia um grupo político excluído.

Toda a ação política de Aluizio Alves e Dinarte Mariz no plano estadual estava subordinada aos seus envolvimento com a política nacional. O apoio ao movimento militar de 1964 representava para ambos a única maneira de sobreviver politicamente, tendo em vista que

¹⁵ MACHADO, João Batista. *De 35 ao AI-5*. GALVÃO, Mailde Pinto. 1964 - aconteceu em abril.

desde os primeiros momentos a ala militar vencedora não se mostrava disposta a entregar o poder aos civis de imediato.¹⁶

Vinculados ao movimento militar, Aluizio Alves e Dinarte Mariz, em 1964,¹⁷ ingressaram no partido governista após a reforma partidária em 1965. Neste ano, os partidos foram extintos através do AI-2, e, em novembro, através do Ato Suplementar 4, foram criados dois partidos políticos: o MDB e a ARENA. O ingresso de ambos na ARENA trouxe a cizânia ao partido governista. Entretanto tornou o partido imbatível, o que veio a ser confirmado em 1966, quando a ARENA arrasou eleitoralmente o MDB.

Apesar da vitória, o ambiente político na ARENA era bastante conturbado, tendo em vista que o partido fora formado por políticos que pertenciam, em sua maioria, à UDN e PSD, tradicionais adversários na política nacional. Ademais, a ARENA contava em seus quadros com lideranças que, embora aliadas na política nacional, porquanto pertenciam ao mesmo partido, nos seus estados eram ferrenhos adversários, como era o caso de Aluizio Alves e Dinarte Mariz, no Rio Grande do Norte.

Para solucionar os conflitos decorrentes desse bi-partidarismo, pois a divisão interna da ARENA enfraquecia o governo, foi adotada a sublegenda. O ambiente de conflito no seio da ARENA levou algumas lideranças daquele partido a deflagrarem uma rebelião, que contava com 60 parlamentares, pleiteando a adoção da sublegenda para selecionar as lideranças partidárias.¹⁸ Foram encaminhadas duas propostas: a concessão automática mediante requerimento à Justiça Eleitoral e a concessão pela direção nacional partidária.¹⁹ Foram debatidos ainda os mecanismos de seu funcionamento, surgindo a idéia do mutirão ou soma horizontal de votos e da soma vertical de votos. Na primeira, o partido que somasse mais votos elegeria os dois senadores; na vertical, cada uma

¹⁶ GUEIROS, José Alberto. *O último tenente*. GALVÃO, M. P., *op. cit.*

¹⁷ Utilizo o termo movimento militar para designar a derrubada do presidente Goulart, porque fato histórico teve características de golpe e de revolução. Maiores detalhes sobre golpe e revolução, ver: BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*.

¹⁸ CASTELLO BRANCO, Carlos. *Os militares no poder*: o ato 5.

¹⁹ *Ibid.*

concorreria para o Senado em separado.²⁰ A disputa pela obtenção da sublegenda era fundamental para Dinarte Mariz, tendo em vista que o mesmo almejava candidatar-se a senador, e como não dispunha de maioria no diretório regional da ARENA, que era controlado por Aluizio Alves, o seu objetivo seria obstaculizado.

No entanto a luta pela adoção da sublegenda terminou sendo desnecessária para as duas facções políticas da ARENA potiguar, tendo em vista que em 1969 toda a vanguarda aluizista foi cassada, pelo AI-5, o que abrandou a divisão interna na ARENA potiguar.

Com a cassação dos direitos políticos de Aluizio Alves e de alguns correligionários locais, as divergências na ARENA abrandaram, mas não cessaram por completo, tendo em vista a rivalidade entre a facção pró-Jessé Freire e pró-Dinarte Mariz, o que prejudicou a campanha da ARENA para o Senado em 1974, em vista do crescimento do MDB.

Em 1974, o cenário político local refletia o nacional: a ARENA como a grande favorita e o MDB como mero coadjuvante. Nenhum analista político apostava na vitória do MDB. O Palácio do Planalto - e os militares, principalmente a linha dura - acreditava no apoio do povo, e, em hipótese alguma, imaginava uma derrota da ARENA.

A disputa eleitoral foi centrada na eleição senatorial. O partido de sustentação do governo pôs os seus melhores quadros para concorrerem à eleição senatorial, buscando com isso inviabilizar qualquer candidatura emedebista. A ARENA local não fez diferente. Os arenistas potiguares pretendiam premiar o deputado federal Djalma Marinho com um mandato de senador, enquanto o MDB, seguindo uma tendência do partido em todo o país, lançou a candidatura de um político inexpressivo, o ex-deputado estadual, Agenor Maria.

Nem os mais otimistas acreditavam numa vitória de Agenor Maria sobre o experiente e conceituado candidato arenista. A ARENA controlava o eleitorado nos "grotões". Além disso, a trajetória política de Djalma Marinho era exemplar em todos os aspectos. No entanto, Agenor Maria contava com a revigorada máquina emedebista, reforçada com a

²⁰ *Ibid.*

presença da família Alves, de indiscutível prestígio político no estado, principalmente na capital.

A vitória de Agenor Maria sobre Djalma Marinho foi surpreendente e demonstrou a força política do **aluizismo**, que massacrou a máquina dos governos federal e estadual, consolidando (e reafirmando) a capital do estado como o seu principal reduto eleitoral. A maioria de votos que a ARENA trouxe do interior não foi suficiente para suplantar a votação conseguida pelo MDB em Natal. A vitória do MDB em 1974 não se restringiu ao Rio Grande do Norte. O desgaste pelo qual o regime militar passava foi o motor que impulsionou a vitória emedebista em todo o país.²¹ O resultado do pleito legislativo não teve efeito direto sobre o projeto de distensão, mas aumentou a sua velocidade, tendo em vista a impossibilidade do governo controlar o processo liberalizador sem a maioria de 2/3 no Congresso.

A crescente oposição da linha-dura ao projeto distensionista incentivou o governo a experimentar alternativas discricionárias para salvaguardar os interesses eleitorais da ARENA. Em abril de 1977, por decreto o governo fechou o Congresso e promoveu uma série de mudanças, com o fito de garantir maioria no Congresso e ter o controle do processo de liberalização.

À alternativa autoritária, o governador do Rio Grande do Norte, Tarcísio Maia, buscou uma saída conciliatória. Promovendo um governo que preconizava a eficiência administrativa e a pacificação política do estado, Tarcísio Maia procurou criar um ambiente político no qual a paz, a harmonia e a cooperação eficientes fossem essenciais ao desenvolvimento do estado. Sendo vitorioso nesse projeto, Tarcísio Maia aproximou-se de Aluísio Alves planejando obter o seu apoio ao candidato arenista ao Senado em 1978, evitando assim o malogro pelo qual passou a ARENA em 1974.

²¹ Sobre a vitória do MDB em 1974, ver: SKIDMORE, Thomas E. *De Castelo a Tancredo, 1964-1985*; SUZELEY KALIL, Mathias. *Distensão no Brasil: o projeto militar, 1974-1979*.

A CRISE DO SISTEMA PARTIDÁRIO

As derrotas eleitorais de 1974 e 1976, nos pleitos estaduais e municipais, trouxeram dois problemas que o Palácio do Planalto precisava resolver com urgência até 1978: impedir que o MDB se fortalecesse pelo voto e descobrir um meio legal para impedir essa ameaça na eleição de 1978, pois seriam renovados 2/3 do Senado, toda a Câmara de Deputados e as Assembléias Legislativas, além da eleição direta para governador de estado.

Sem dispor de votos suficientes para aprovar uma emenda constitucional, o governo utilizou-se do AI-5 para modificar a Constituição: fechou o Congresso em 01 de abril de 1977 e lançou o “Pacote de Abril”, que estabeleceu eleições indiretas para governadores de estado, maioria simples para aprovação de emendas constitucionais, 1/3 dos senadores seriam eleitos indiretamente em 1978 por colégios eleitorais estaduais, os deputados teriam seu número fixado à base da população e não do eleitorado.²²

Entretanto, apesar da “vitória” do governo, que conseguiu implantar as reformas de abril, as Forças Armadas permaneciam divididas. Surgiram as primeiras possíveis candidaturas presidenciais, entre elas a do ministro do exército, Sylvio Frota, principal porta-voz da linha-dura, e um dos mais contumazes críticos da abertura.²³

O lançamento da candidatura de Frota representava um desafio à autoridade presidencial, tendo em vista que o próprio Geisel já escolhera o seu sucessor. A escolha de Geisel (o general Figueiredo) desagradou o general Hugo Abreu, chefe do Gabinete Militar.²⁴

A escolha do sucessor de Geisel demonstrou a desarmonia (para variar) no seio do governo federal, o que iria se refletir nas eleições legislativas de 1978, com formação de alianças ou a busca de apoios de cunho eleitoreiro.

²² SKIDMORE, T. E., *op. cit.* SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Ernesto Geisel: a abertura política, 1974-1979.*

²³ SKIDMORE, T. E., *op. cit.*

²⁴ SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R., *op. cit.* SKIDMORE, T. E., *op. cit.*

As Forças Armadas encontravam-se em conflito interno em virtude do inevitável processo de abertura política. Esse conflito resultou na frustrada candidatura Frota e, posteriormente, na demissão de Hugo Abreu do Gabinete Militar. Por fim, veio a candidatura do general Euler Bentes, pelo MDB, à sucessão de Geisel.

O senador Magalhães Pinto, virtual candidato a presidente pela ARENA, buscou o apoio dos militares através de Euler Bentes. Fracassando esse intento, o senador mineiro procurou obter o apoio do MDB para se contrapor ao candidato do Palácio do Planalto. Não conseguindo o apoio coeso do MDB, e vendo que a ARENA se bandeava para a candidatura de Figueiredo, Magalhães Pinto desistiu de sua candidatura.

A desistência de Magalhães Pinto, porém, fez surgir o "germe" divisionista nas hostes emedebistas. Procurando dividir os militares, o MDB lançou como candidato a presidência da república o general Euler Bentes Monteiro, que teve como companheiro de chapa Paulo Brossard.

A eleição presidencial transcorreu sem maiores surpresas, com a vitória do general Figueiredo, candidato da ARENA, mas demonstrou dissidências nos seios da ARENA e do MDB, representando assim um preâmbulo para o que se sucedeu nas eleições legislativas de 1978, e abrindo caminho para a reforma partidária²⁵

A PAZ PÚBLICA E A DISSIDÊNCIA ARENISTA

A aproximação política entre as famílias Alves e Maia começou em 1974, quando Aluísio Alves, consultado pelo ex-ministro João Agripino, irmão de Tarcísio Maia, não se contrapôs a indicação deste ao governo do estado e se comprometeu em não dificultar a sua administração.²⁶ O estreitamento das relações políticas entre as duas famílias, porém, só veio a acontecer com a aproximação das eleições de 1978, tendo em vista que os dois grupos políticos (Alves e Maia) necessitavam um do outro para poder sobreviver politicamente. A família Alves necessitava

²⁵ Sobre a sucessão de Geisel, ver: SILVA, H.; CARNEIRO, M. C. R., *op. cit.*; SKIDMORE, T. E., *op. cit.*; NUNES, Augusto. *Tancredo*.

²⁶ Entrevista concedida ao autor pelo Sr. Agnelo Alves.

do apoio da família Maia para neutralizar a influência de Dinarte Mariz, seu mais ferrenho adversário; a família Maia precisava dos Alves para consolidar sua liderança no estado, tendo em vista que nunca passara pelo crivo das urnas (o que só veio a acontecer em 1982).

A exemplo do que ocorrera em 1974, a eleição de 1978 foi centrada na corrida para o senado direto, porquanto a senatoria indireta já fora entregue de antemão a Dinarte Mariz. Os principais candidatos foram o arenista Jessé Pinto Freire e o emedebista Radir Pereira.

Aluizio Alves não aceitou a chapa senatorial escolhida na convenção do MDB e optou por apoiar o candidato da ARENA, Jessé Freire, porque, segundo o ex-governador, Radir estava sendo apoiado por setores da ARENA - Dinarte Mariz e a família Rosado, adversários fiéis de Aluizio - descontentes com a não indicação de Dix-huit Rosado para o governo do estado. Esses setores queriam o confronto político, indo de encontro à proposta do governador Tarcísio Maia, ancorada na pacificação e nos entendimentos.²⁷

A eleição de 1978 foi marcada pelo retorno da radicalização política no estado. O apoio de Aluizio Alves ao candidato da ARENA, Jessé Freire, em 1978, representava a neutralização da força eleitoral do MDB na capital do estado. Porém, a aproximação entre Aluizio Alves e Tarcísio Maia desagradou o senador Dinarte Mariz, acirrando a rivalidade entre as facções arenistas pró-Jessé Freire e pró-Dinarte Mariz, e reavivando a já antiga refrega entre Aluizio Alves e Dinarte Mariz.

O rompimento de Dinarte Mariz e Vingt Rosado com Tarcísio Maia havia se delineado quando este trabalhou contra a indicação de Dix-huit Rosado para o governo do estado. Em Mossoró e Caicó, redutos eleitorais da família Rosado e de Dinarte Mariz, respectivamente, o apoio à candidatura de Radir Pereira era aberto. Entretanto, Dinarte Mariz não efetivou o rompimento com Tarcísio Maia e Jessé Freire enquanto não assegurou a eleição de senador biônico, com o apoio de ambos.²⁸

²⁷ *A República*, 15 set., 1978.

²⁸ *A República*, 05 dez., 1978.

A vitória de Jessé Freire para o Senado, com uma diferença de quase 76000 votos,²⁹ confirmou a visão política de Tarcísio Maia, demonstrando a força política da aliança entre Aluízio Alves e Tarcísio Maia, e sugerindo que este seria o sucessor de Dinarte Mariz como líder incontestado da ARENA ou de seu sucedâneo.

Dinarte Mariz teve uma atuação inglória na campanha de 1978. Não percebeu as transformações por que passava a política nacional e os reflexos desta na política estadual. A sua vinculação à linha-dura prejudicou o seu futuro político. Perdeu em quinze dos dezesseis municípios que liderava. Só venceu em Caicó, o que limitou a sua liderança àquele município. A oposição à aliança entre Tarcísio Maia e Aluízio Alves perdeu em alguns de seus principais redutos eleitorais. Dinarte foi derrotado em Serra Negra; Agenor Maria, em São Vicente; Cortez Pereira, em Campo Redondo; e Vingt Rosado, dos 46 municípios que liderava, só venceu com Radir em Mossoró.³⁰

Não houve alteração nas bancadas estadual e federal dos dois partidos. A ARENA elegeu cinco deputados federais e quinze deputados estaduais; enquanto o MDB, três deputados federais e nove deputados estaduais.

Sob os auspícios da pacificação política implementada por Tarcísio Maia, a campanha de 1978 reviveu o radicalismo político dos anos 60, com o confronto entre Aluízio Alves e Dinarte Mariz em praça pública, mas preparou o terreno para as conciliações visando à reforma partidária que se avizinhava.

A instituição do bipartidarismo no Brasil foi realizada de forma equivocada. Num sistema bipartidário, é essencial que ambos os partidos se coloquem de acordo em relação aos fundamentos de organização e direção do Estado. À oposição caberia um lugar especial no sistema, tendo em vista que poderá assumir o governo a qualquer instante.³¹ No Brasil, a ARENA foi concebida para não deixar o MDB chegar ao poder. O governo tomava qualquer medida para manter a oposição manie-

²⁹ *A República*, 25 nov., 1978.

³⁰ *A República*, 05 dez., 1978.

³¹ BONAVIDES, P., *op. cit.*

tada. Tudo era válido para garantir o sucesso do partido governista. Como o governo não pretendia entregar o poder à oposição facilmente, e como não mais havia a âncora econômica,³² que garantia o apoio da população ao regime militar, o Palácio do Planalto resolveu implementar a reforma partidária, visando fragmentar a frente única de oposição ao governo.³³

A reforma partidária no estado encontrava resistência, principalmente dos políticos que perderam a eleição de 1978. Nos grupos que venceram a eleição em 1978 havia a perspectiva da não manutenção da aliança entre tarcisistas e aluizistas, tendo em vista que, apesar de aliados locais, os seus caminhos seriam diferentes na política nacional: Aluizio Alves ingressou num partido de oposição ao governo, enquanto Tarcísio Maia ingressou num partido de sustentação do governo.

Terminada a eleição de 1978, as principais lideranças políticas do estado – Aluizio Alves, Tarcísio Maia e Dinarte Mariz – começaram a reagrupar as forças que haviam perdido na campanha eleitoral. A família Alves buscava uma maneira de atenuar a oposição que sofria dentro do MDB daqueles que se tinham colocados contra a aliança com os Maia. A eleição de Antônio Câmara para líder do MDB na Assembleia Legislativa, apoiado pelos Alves, devolveu o comando do partido oposicionista àquela família.

A oficialização do nome de José Agripino Maia, em janeiro de 1979, para ser prefeito de Natal, representou a primeira fissura na vitoriosa aliança de 1978. A indicação de Agripino visava fortalecer a ARENA no maior colégio eleitoral do estado, onde o partido governista era mais fraco.

Dinarte Mariz, após a eleição de 1978, perdeu o comando da ARENA no estado. Foi derrotado quando apoiou a indicação de Dix-huit Rosado para governador e, rompendo com Tarcísio Maia e Jessé Freire, subiu no palanque do candidato emedebista para o Senado, Ra-

³² Maiores detalhes sobre a situação econômica do Brasil entre 1973-1979, ver: BRUN, Argemiro. *O desenvolvimento econômico brasileiro*.

³³ SILVA, Hélio; CARNEIRO, M.C.R. *João Figueiredo, 1979-1982*.

dir Pereira, contra o candidato do seu partido. Essa posição de Dinarte sepultou sua pretensão de liderar a ARENA potiguar.

Com a entrada de Aluizio Alves no Partido Popular (PP), que fazia oposição ao governo federal, e a formação do Partido Democrático Social (PDS), que apoiava o governo federal, comandado no estado pelos Maia, Dinarte pressentiu as dificuldades da manutenção da “paz pública”. Começou a se aproximar do governador Lavoisier Maia, elogiando-o na condução do processo de formação do novo partido governista.

Buscando não ficar isolado na política estadual, depois da reaproximação entre Dinarte e a família Maia, Aluizio Alves começou a sondar a possibilidade de uma aliança com o grupo Rosado.

A rearrumação das forças políticas do estado visavam o embate eleitoral de 1982, no qual se defrontram Aluizio Alves e José Agripino Maia

CONCLUSÕES

Os grupos políticos dominantes no estado (Alves e Maia) se aliaram, em 1978, tendo em vista preparar-se para a reforma partidária que seria implementada pelo militares no ano seguinte. Os Alves, que dominavam o MDB, tinham receio de uma derrota eleitoral em 1978, que poderia abalar o prestígio deles nos cenários políticos nacional e estadual, que poderia levar a perda do comando da oposição no Rio Grande do Norte. Os Maia, sequiosos de açambarcar a liderança política da ARENA de Dinarte Mariz, pressentiram que a única forma de se manter no topo da política seria uma vitória eleitoral, em 1978, que sepultasse de vez a derrota da ARENA em 1974. Ambos – Alves e Maia – tiveram o futuro político atrelado àquele pleito eleitoral (o de 1978).

Para a família Maia a única possibilidade de substituir a liderança política de Dinarte Mariz seria sepultar o prestígio do velho líder seridoense. O pleito eleitoral de 1978 foi de primordial importância, tendo em vista que Dinarte perdeu com seu candidato a senador, Radir Pereira,

em vários municípios, inclusive em Serra Negra, sua terra natal. Sua liderança política no estado ficou limitada a alguns poucos municípios.

Na maioria dos casos, as alianças firmadas entre grupos políticos dominantes no estado advêm da necessidade de ter acesso aos mecanismos de financiamento do governo federal, bem como de garantir o ingresso em postos-chaves no aparelho de Estado, tendo em vista que ambas as situações possibilitam a sua sobrevivência como forças políticas, pois lhes garantem o acesso a verbas e empregos públicos, fontes de poder.

Após 1978, a política norte-rio-grandense passou a gravitar em torno das famílias Alves e Maia. Esta substituiu a liderança política de Dinarte Mariz. O projeto de Tarcísio Maia para alçar a família Maia à liderança que têm no estado, foi centrado num grande empreendimento nepotista, pois sendo apoiado para governador, em 1974, indicou Lavoisier Maia para ser Secretário de Saúde. Em 1978 o mesmo Lavoisier, indicado por Tarcísio, assumiu o cargo de governador, indicando José Agripino Maia, filho de Tarcísio, para prefeito de Natal, de onde pavimentou o caminho rumo ao Palácio Potengi.

BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, Aluizio. **Cronologia do RN: cinco séculos de história**. Natal: CERN, 1996.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1995.
- BRUN, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CARONE, Edgar. **A primeira República (1889-1930)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. **Os militares no poder: o ato 5**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- COSTA, Homero de Oliveira. **A insurreição comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia**. São Paulo: Ensaio, Natal: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

- FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.
- GALBRAITH, John Kenneth. **Anatomia do poder**. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1989.
- GALVÃO, Mailde Pinto. **1964 - aconteceu em abril**. Natal: Clima, 1994.
- GUEIROS, José Alberto. **O último tenente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.
- MACHADO, João Batista. **De 35 ao AI-5**. Natal: Fundação Nísia Floresta.
- _____. **Como se fazia governador durante o regime militar**. Natal: RN Econômico, 1995.
- _____. **Política no atacado e a varejo: a memória da República no RN**. Natal: CERN, 1993.
- MEDEIROS FILHO, João. **82 horas de subversão: intentona comunista de 1935 no Rio Grande do Norte**. Natal: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- NUNES, Augusto. **Tancredo**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Série *Os grandes líderes*).
- PEREIRA, Nilo. **José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata**. Natal: Fundação José Augusto, 1982.
- SILVA, Hélio, CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **Ernesto Geisel - a abertura política (1974-1979)**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Série *Os presidentes*).
- SILVA, Hélio, CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. **João Figueiredo: 1979-1982**. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. (Série *Os presidentes*).
- SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castelo: 1930 a 1964**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Brasil: de Castelo a Tancredo: 1964 a 1985**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35**. Natal: EDUFRN, 1996.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estados e partidos políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SUZELEY KALIL, Mathias. **Distensão no Brasil: o projeto militar - 1973 a 1979**. Campinas: Papirus, 1995.

JORNAIS:

A República (1978 e 1979).

Diário de Natal (1978) - números esparsos.

Tribuna do Norte (1978) - números esparsos.

O PENSAMENTO E A AÇÃO POLÍTICA DE BENJAMIN CONSTANT E A REPÚBLICA NO BRASIL

Almir de Carvalho Bueno
Prof. Depto. História – UFRN

*"O governo representativo (para Constant)
é o ceticismo transformado em instituição".*

(Pierre MANET, *História Intelectual do Liberalismo*:
dez lições, 1990, p.138).

Segundo CARVALHO¹, o liberalismo do político e escritor francês Benjamin Constant de Rebeque não era bem visto como fonte de inspiração pelos republicanos brasileiros por estar demasiadamente ligado à tradição imperial, cuja Constituição outorgada em 1824 adotara dispositivo baseado em sua proposta de um quarto poder, que ele chamava de "neutre" ou "royal" e que, no Brasil, como "**poder moderador**", era justamente um dos alvos prediletos da crítica anti-monárquica. Por aqui o conheciam mais de romances como Adolphe ou como presidente do Conselho de Estado nomeado por Luís Felipe – no qual desempenhou breve mas destacado papel – e, especialmente, como defensor de idéias políticas como o "pouvoir neutre", que, quase ninguém percebeu, era válido tanto para monarquias quanto para repúblicas².

Nos limites deste pequeno texto, ao lado das principais questões levantadas por Constant, particularmente nos poucos conhecidos opúscu-

¹ CARVALHO, J.M. de. *A formação das almas*; para as finalidades deste trabalho foi utilizado o 1º cap.: Utopias republicanas, p.17-33.

² *Ibid.*, p.20.

los de circunstância escritos ainda no período "épico" da Revolução³, em que defendia apaixonadamente a República Termidoriana dos girondinos, procuraremos sugerir também que, cem anos depois, os republicanos brasileiros quiseram fazer da época que vai da proclamação até o final do governo Prudente de Moraes (1889-1898), o momento da nossa "revolução francesa" e, de certa forma, a aparência dos acontecimentos pareceu lhes dar razão. Episódios que podemos classificar, com alguma generosidade, como "épicos" desenvolveram o imaginário dos republicanos e nos proporcionam a possibilidade de traçar algumas analogias entre a situação política da França dos anos 1789-99 e a do Brasil um século mais tarde – sem esquecermos jamais as enormes diferenças que separavam o processo histórico dos dois países. Começemos por situar brevemente Benjamin Constant na política francesa⁴. Nascido em Lausanne, de família calvinista francesa emigrada na Suíça, chegou a Paris em 1795, no calor mesmo dos desdobramentos da tentativa de golpe dos "sans-culottes" contra o frágil governo termidoriano, a posição de Constant, ao defender uma política de equilíbrio equidistante dos extremos à direita e à esquerda – o "**juste milieu**" – foi imediatamente criticada pelos adversários como "inconstante", "oportunista", demasiadamente centrista e vacilante. E, de fato, ele apoiará, doravante, em meio a freqüentes vaivéns críticos, todos os governos liberais constitucionais que se seguirão, do Diretório a Luís Filipe, fossem repúblicas ou monarquias (com a exceção importante de Napoleão, a quem sempre moveu tenaz oposição).

Na verdade, tendemos a concordar com Philippe Raynaud⁵ ao afirmar que, mais do que oportunismo (no sentido pejorativo desse termo), ele acredita em "fidelidade a princípios", diríamos nós até um certo "pragmatismo". Benjamin Constant preocupava-se, acima de tudo, com a governabilidade da França pós-revolucionária, em conciliar liberdade

³ Trata-se dos três textos de Constant escritos entre 1796-97 e publicados pela Flammarion de Paris em 1988: "De la force du gouvernement actuel de la France et de la nécessité de s'y rallier (1796)"; "Des reactions politiques" e "Des effets de la Terreur (1797)".

⁴ Uma excelente introdução crítica às idéias de Benjamin Constant é a de Philippe RAYNAUD em seu "Préface" aos textos publicados pela Flammarion, conf. nota anterior, no qual muito nos baseamos e que será citado doravante como "Préface".

⁵ "Préface", p.9-10.

com exercício do poder⁶. Ora, uma vez que considerasse a Restauração absolutista ou a volta do Terror jacobino como o problema principal a impedir a "consolidação" da República, qualquer atitude em defesa desses dois objetivos fundamentais estaria justificada pelo simples fato de contribuir para a sobrevivência das conquistas do regime revolucionário como a garantia da propriedade e do sistema representativo, mesmo se, em alguns momentos críticos, houvesse a necessidade de se lançar mão, temporária e excepcionalmente, de meios ilegítimos⁷. Nesse sentido, sua máxima política de então bem poderia ser a mesma dos positivistas da Terceira República em 1871: "La République doit être un gouvernement"⁸. Para nós, portanto, sua atitude, muitas vezes ambígua, era mais uma demonstração de fidelidade para com metas a atingir do que mero oportunismo.

Um exemplo ilustrativo dessa postura aparece nas acirradas polémicas que travou com o moderado publicista de direita Lezay-Marnesia sobre a natureza do Diretório⁹. Para defender esse governo que considerava forte e a necessidade de todas as forças políticas anti-realistas o apoiarem (chega a apelar em tom dramático aos jacobinos), Benjamin Constant não hesita em abrir mão de seus princípios liberais mais caros, argumentando que, em épocas de perigo, para defender a Revolução e seus "novos interesses", o regime deveria ter uma certa autonomia em relação à sociedade (carta branca?), exigindo mesmo da classe política uma "*partialité... en faveur de la République*"¹⁰, o que equivale, parecidos, a apoiar um governo julgado justo ainda que minoritário. Daí a justificar golpes de estado é apenas um passo.

⁶ CARVALHO, J.M., *op. cit.*, p.20.

⁷ "Préface", p.8-10; Raynaud mostra bem a posição de Constant na crítica e depois no apoio deste aos discricionários decretos dos "Dois Terços", que determinavam a manutenção da maioria dos membros da Convenção nas futuras assembléias, sem passar pela sanção das urnas; igualmente, seu apoio ao golpe do 18 do Frutidor (final de agosto de 1797) para impedir a direita, vitoriosa nas eleições, de assumir o poder.

⁸ Frase atribuída ao político positivista francês Jules Ferry, citada por CARVALHO, *op. cit.*, p.20, que por sua vez a recolheu em Claude NICOLET, *L'idée républicaine en France (1789-1924)*, excelente livro de 1982 e recentemente reeditado pela Gallimard (1994); seu cap. IV discute as relações entre positivismo e Terceira República.

⁹ Para se situar nessa polémica, ver o "Préface" de Ph. Raynaud p.15-18.

¹⁰ *Ibid.*, p.15.

Lezay-Marnesia, ao contrário¹¹, afirmava que o Diretório era um governo fraco porque incapaz de apoiar-se sobre as forças sociais que poderiam salvá-lo, especialmente, é claro, a direita moderada, com o argumento de que um governo legítimo o seria apenas se exprimisse a maioria nacional, fundada no sempre vago sentimento geral e expressa na opinião pública e no revezamento dos partidos. Reproduzia aí, segundo Ph. Raynaud¹², uma certa interpretação do modelo constitucional inglês – a representação ao pé da letra – vinda de Hume e Montesquieu.

Numa outra questão importante, a do Terror do período jacobino, novamente retoma a polêmica com Lezay. Para este, que nesse ponto antecipava Tocqueville e Michelet, o Terror não fora simplesmente um acidente de percurso, havia uma certa necessidade dele demonstrada pela experiência da Revolução e atribuída ao declínio da mobilização popular e a substituição da "paixão igualitária pelo amor à liberdade"; a partir dessa constatação, Lezay-Marnesia generalizava, caracterizando o Terror como "o reforço das revoluções quando o povo cansa", o que indignava Constant¹³.

No entanto, embora não fosse totalmente estranho a essa lógica, pois, como vimos, seu fim é consolidar um regime ao mesmo tempo liberal e revolucionário, Benjamin Constant acreditava que uma fase de Terror não é inseparável de revoluções populares nem indispensável para o seu sucesso, pelo contrário, ela é sempre perigosa e funesta para o prosseguimento das conquistas revolucionárias. Distingue, a seguir, o que era, em 1793, propriamente terrorista ("parte atroz e criminosa") da parte que pertence legitimamente ao "direito dos governos" (parte legal, repressiva e coercitiva)¹⁴. Em suma, contrariamente a Lezay, o Terror mais atrapalha do que ajuda uma revolução.

Em nossa percepção, no caso coincidente com a de Lezay-Marnesia, Constant separa o que parece estar mesmo intrinsecamente

¹¹ Lezay-Marnesia explicita sua posição na brochura de título provocativo – "De la faiblesse d'un gouvernement qui comence, et de la nécessité où il est de se rallier à la majorité nationale"; citado por Raynaud no "Préface", p.15-17.

¹² "Préface", p.17.

¹³ Sobre esta outra polêmica entre Benjamin Constant e Lezay-Marnesia, que renderá réplicas e tréplias, ver ainda o "Préface" de Ph. Raynaud, p.18-20.

¹⁴ CONSTANT, Benjamin. *Des effets de la terreur*, p.166-170.

ligado. Embora logicamente se possa fazer essa distinção, pensamos que são a mesma coisa. Evidentemente, medidas repressivas e coercitivas podem constar de constituições outorgadas ou mesmo promulgadas e nem por isso garantir-se-á que não possam conter dispositivos terroristas ou ilegítimos, ainda mais em se tratando de regimes revolucionários carecendo sobreviver aos derrotados mas ainda atuantes da véspera como várias cartas de governos ditatoriais e discricionários demonstraram. De todo o modo, nesse ponto, e não por sua culpa, pois são raros os que conseguem antecipar o futuro como um Tocqueville, parece-nos que a experiência histórica não deu razão a Benjamin Constant, preocupado como estava também em "vender" a Revolução para o público externo, para o qual era premente mostrar que um período de Terror não é necessidade inelutável de qualquer revolução. Todas elas desde então e, especialmente as do século XX, demonstraram sobejamente o contrário.

Na realidade, diante do imperativo primordial de defender as conquistas liberais da Revolução, Constant não hesitou em "non d'être fidèle à telle ou telle combinaison politique particulière", como afirma Raynaud, mas a seus objetivos maiores¹⁵. Como vimos, para melhor defendê-los não vacilou em apoiar golpes de Estado ou o cerceamento provisório da liberdade de imprensa; para mostrar a justeza de seus pontos de vista, "viu" força onde existia apenas fragilidade. Afinal, não é o que faz em seu texto de 1796 sobre a "força" do governo termidoriano porque ele representava já uma ordem social estável e, por isso mesmo digna de ser defendida, escrito em um momento em que todos os indicadores o mostravam extremamente fraco, ainda exposto às tentativas de golpe que acabariam por destruí-lo definitivamente no 18 do Brumário de Napoleão Bonaparte¹⁶.

Da mesma forma, sua insistência em tomar a lei como parâmetro da legitimidade de uma ação, um dos princípios mais caros ao liberalismo, não resistiu a posições de força em crises circunstanciais – como o apoio ao golpe de 18 do Frutidor em 1797 para impedir a direita, vitoriosa nas eleições, de assumir o poder. Fica muito clara sua posição por

¹⁵ "Préface", p.9.

¹⁶ CONSTANT, B. *De la force...*, p.88.

ocasião da célebre polêmica com Kant, ao criticar o caráter incondicional da lei moral, utiliza, ao reverso, o exemplo kantiano da **mentira**:¹⁷ não podemos "entregar" um amigo que se refugia em nossa casa perseguido por seus captores, mesmo se culpado; devemos, sim, **mentir** afirmando que ele ali não se encontra, o que poderia escandalizar Kant mas mostra bem a máxima maquiavélica de Constant "dos fins justificarem os meios".

Esses posicionamentos em questões fundamentais nos fizeram lembrar dos anos iniciais da República no Brasil e sugeriram uma primeira analogia com a França revolucionária a que aludíamos no começo deste trabalho: os primeiros governantes republicanos foram chamados, muitas vezes, de "traidores" dos princípios da propaganda pelos próprios companheiros de véspera, como os franceses tinham chamado Constant de "oportunista". É essa postura dos republicanos que estavam às voltas com o exercício do poder que gostaríamos de analisar brevemente a seguir, abrindo um parêntesis que julgamos pertinente para compará-la com a do francês e sustentar que, do ponto de vista deles, ambos estariam procurando ser fiéis a seus fins últimos, não importando os meios para atingi-los.

Quase todos os nossos "pais fundadores" e, especialmente, aqueles próximos ao jacobinismo e ao positivismo¹⁸, acreditavam que o país vivia, às vésperas da proclamação da República, uma situação bastante semelhante à da França um século antes e, na propaganda, fizeram tudo o que puderam para que nossa restrita "opinião pública" da época também acreditasse. Os propagandistas batiam incessantemente na tecla de que a monarquia bragantina era tão absolutista quanto a do Antigo Regime, de que a constituição imperial era um sofisma e de que o Terceiro Reinado não poderia encarnar-se nas figuras de uma rainha beata e um príncipe estrangeiro (poupando, desta forma, a pessoa "venerada" de D. Pedro II, da mesma maneira que alguns revolucionários franceses tinham tentado salvar a cabeça de Luís XVI). Os mais radicais, no entan-

¹⁷ CONSTANT, B. *Des reactions politiques*, p.136.

¹⁸ Sobre os modelos de República à disposição dos republicanos brasileiros no final do século XIX, ver CARVALHO, J.M. de, *op. cit.*, p.24-28.

to, como o positivista Silva Jardim, desejavam mesmo que a República fosse proclamada no ano do centenário da "Grande Revolução" e deixavam ao Conde d'Eu, sobrinho de Luís Filipe, a simples escolha entre "o exílio ou a morte", no melhor estilo do Terror francês¹⁹.

Contudo, os republicanos mais próximos do modelo federalista dos Estados Unidos já reproduziam as críticas liberais à Revolução Francesa, mais por conta, cremos, de Tocqueville do que de Benjamin Constant. Fortemente influenciados pelo darwinismo social de Spencer e pela fórmula presidencialista norte-americana, saudavam a 1ª fase da Revolução – basicamente a da Assembléia Nacional até 1792 condenando, como Constant na França, os excessos dos jacobinos e o Terror exaltado dos radicais.

Quando a monarquia ruiu pelo golpe de 15 de novembro, os governos republicanos que lhe sucederam no primeiro decênio, militares ou civis, imbuíram-se da "missão sagrada" de impedir a restauração monárquica que ocorrera por diversas vezes na França mas que no Brasil, hoje podemos afirmar, era uma ameaça mais suposta do que real. De qualquer modo, colocaram-se como uma de suas tarefas mais prementes a sobrevivência do regime ou, em outras palavras, "substituir um governo e construir uma nação"²⁰.

Para isso, nossos republicanos no poder utilizaram-se sempre do "fantasma da monarquia" para desqualificar qualquer oposição ao governo, tivesse ela simpatias restauradoras ou não: revoluções caudalhistas como a Federalista no Rio Grande do Sul, rebeliões militares como a da Armada no Rio de Janeiro ou movimentos camponeses messiânicos como Canudos eram imediatamente rotulados, com maior ou menor razão, de "sebastianistas", para usar um termo da época, e bastavam para justificar a violenta repressão por parte das autoridades em nome da luta pela "sobrevivência da República".

Nesse sentido, o governo Floriano Peixoto (1891-1894) foi um paradigma irônico desse exercício analógico que vimos empreendido pela Revolução Francesa: governando justamente no chamado "período jaco-

¹⁹ CARVALHO, J.M. de, *op. cit.*, p.26.

²⁰ *Ibid.*, p.23-24.

bino" da República²¹, o marechal Floriano era tido como uma espécie de Robespierre tupiniquim, impiedosamente acusado pela oposição de instalar o Terror da Convenção, no Brasil. Com efeito, ele decretou o estado de sítio nos momentos mais graves, prendeu ou desterrou dezenas de adversários, entre deputados, senadores, jornalistas, escritores e militares e, principalmente, omitiu-se diante das execuções sumárias de oficiais federalistas no Paraná, no episódio mais sangrento da Revolução Federalista. No entanto, era um presidente popular, famoso por medidas como o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade e, realmente, enfrentou situações dramáticas como o cerco do Rio de Janeiro pela esquadra revoltada, saindo-se vitorioso, a duras penas, acabando por ser reconhecido mesmo como o "**salvador da República**".

Dessa maneira, o "Marechal de Ferro" do imaginário popular, ídolo dos congressistas jacobinos, que respaldarão todos os seus atos como se fossem os únicos que manteriam o regime republicano, era também, ao mesmo tempo, o feroz ditador dos adversários, responsável por todos os males da nação, igualada por ele a qualquer "republicueta caudilhista da América do Sul". Esse personagem enigmático, capaz de provocar ódios e paixões, passará à História precisamente como o defensor intransigente do país, como o "consolidador da República". Fina ironia que o liberal Constant, talvez um pouco constrangido, seguramente saberia justificar.

Fechando o parêntesis e retornando ao pensamento de Benjamin Constant, acreditamos que o seu "pragmatismo" pode ser explicado filosoficamente a partir da polêmica sobre a natureza dos princípios, agora com Edmund Burke.²² Embora concordasse com Newton a respeito da validade universal dos princípios, sua prática política, seu convívio diário com problemas imediatos o levou a elaborar o conceito de **princípio intermediário**, ao constatar que a abstração dos absolutos era inaplicável a muitas circunstâncias da vida política concreta e seriam os intermediários que criariam os laços novos entre princípios universais e a vida

²¹ A respeito do pensamento e ação dos jacobinos brasileiros ver o livro de QUEIROZ, Suely Robles R. de, *Os radicais da República*, São Paulo: Brasiliense, 1986.

²² CONSTANT, B., *Des reactions politiques*, esp. cap.8: Des principes, p.132-139.

social através do seu prudente uso.²³ E, dentre esses princípios intermediários, um dos mais importantes na teoria de Constant era o da **representação** política, o vínculo entre a liberdade e a sociedade modernas, o traço distintivo em relação à democracia antiga²⁴. Em Benjamin Constant, como vimos, tudo devia subordinar-se ao fim último das conquistas liberais da Revolução. As eleições, fossem numa monarquia ou numa república (e foi isso que passou despercebido pelos republicanos brasileiros ao identificá-lo apenas com a primeira!), garantiriam a prevalência do **princípio abstrato da vontade geral** – a **soberania popular** em direção à **Igualdade**, teleologia da história humana – através do **princípio intermediário da representação**, deixando em seus limites políticos, pois as esferas econômicas e sociais seriam abandonadas, seguindo aqui a ortodoxia liberal, à "mão invisível" do mercado²⁵.

Nesse ponto a analogia entre a França revolucionária e o Brasil republicano vai se tornando mais perversa. Uma questão que era crucial para Constant, sua "questão do século", como afirma Manent²⁶, essa essência do regime democrático republicano é a representação, no Brasil será entendida, com raríssimas exceções, como um problema, quando muito, que só poderia ser resolvido num futuro mais ou menos distante, quando o povo tivesse educação política para tornar-se "dono de seu próprio nariz". Em que pese apelos em favor da chamada "verdade eleitoral", que já vinham desde o Império, eleição na República brasileira até, e novamente sendo generosos, 1930, tanto quanto na Monarquia, era organizada, vencida e reconhecida pelo grupo que estivesse no poder. Nada se modificou com a República, pelo contrário, os eleitores até diminuíram comparados com antes de 1881, ano da Lei Saraiva, que instituiu o voto direto e alfabetizado (os eleitores só voltarão a se equivaler ao número de 1881 em 1946!)²⁷.

²³ "Préface", p.25-26.

²⁴ Ver o texto da famosa conferência de Benjamin Constant em 1819, "Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos", p.9-25, tradução da edição francesa organizada por Marcel Gauchet em 1980 intitulada *De la Liberté chez les Modernes*.

²⁵ MANENT, P., *História intelectual do liberalismo*, p.134; para a redação deste texto foi utilizado o cap.8: Benjamin Constant e o liberalismo de oposição, p.129-140.

²⁶ MANENT, P., *op. cit.*, p.129.

²⁷ CARVALHO, J.M. de, *op. cit.*, p.24.

Nada que se pudesse comparar, portanto, com o que se vinha construindo na França desde a Revolução, com marchas e retrocessos ou aos Estados Unidos desde o início (aliás, modelo até mais forte simbolicamente pelo "pertencimento" ao mesmo continente) e que poderíamos chamar de progressivo respeito à livre manifestação da opinião pública. Esta, no Brasil, era variável irrisória e desprezível, fora da retórica ocasional, incógnita da equação republicana e o será ainda por muito tempo. Se virtude republicana é, por excelência, a justa administração e fiscalização do **bem comum**, então podemos concordar com José Murilo de Carvalho²⁸ que a "República brasileira nos seus inícios era incompatível com esta virtude". Nossa elite tinha grandes dificuldades em aplicar qualquer um dos dois modelos de liberdade descritos por Benjamin Constant, fosse o da democracia direta da antigüidade adotado anacronicamente pelos jacobinos, fosse o da democracia representativa moderna levada às últimas conseqüências pelos norte-americanos. Aqui, a "coisa pública" confundia-se com "negócio privado".

Dessa forma, apesar de Constant ser mais conhecido no Brasil como inspirador do poder moderador exercido pelo imperador, sua análise sobre os desdobramentos da Revolução Francesa nos ajuda a entender o enredo desse simulacro de República que se implantou entre nós, caricatura de si mesmo, como afirma José Murilo de Carvalho²⁹. Caricatura que rompera, por sua vez, com um outro simulacro, a monarquia constitucional de inspiração inglesa, chamada já por alguém de "parlamentarismo às avessas". Querendo ser imagem e semelhança do que havia de melhor na Terceira República da França e no federalismo presidencialista dos Estados Unidos, vivemos então, entre 1889 e 1898, nossa epopéia tropical, reproduzindo, uns, os belos debates sobre a natureza do federalismo já travados pelos Hamiltons, Madisons e Jeffersons do "grande irmão" americano do Norte, em nosso congresso constituinte de 1890-1891; outros, a bem-amada França revolucionária dividida entre jacobinos e girondinos como que ressurreta nos atribulados anos do governo Floriano Peixoto e Prudente de Moraes.

²⁸ *Ibid.*, p.30.

²⁹ CARVALHO, J.M. de, *op. cit.*, p.33.

Afinal, tínhamos derrubado mesmo uma monarquia, para todos os efeitos, absolutista, embora, para desapontamento de alguns, o Conde d'Eu não tivesse tido o mesmo fim trágico de Luís XVI; tínhamos também substituído essa monarquia pelo sacrossanto **"governo do povo, para o povo, pelo povo"**, apesar do personagem-título ausentar-se desde o dia da estréia; tal qual a "mãe-pátria" francesa, tínhamos esconjurado perigos à direita (os espectros de restauração monárquica presentes na Revolução Federalista e na Revolução da Armada) e à esquerda (com o afastamento progressivo dos jacobinos da cena política, tornado definitivo após seu envolvimento na tentativa de assassinato do presidente da República, Prudente de Moraes, única em nossa história).

Tudo encaixado, não fosse, como assinalamos acima, pela falta do personagem principal, por definição, da trama republicana, nem ao menos considerado coadjuvante, mas simplesmente platéia bestializada dos atos da peça. Entretanto, como bons iluministas que eram, nossos liberais à americana vitoriosos na disputa pelo poder desde a eleição de Campos Sales em 1898, concluíram que, visto o protagonista ter faltado à encenação, nada mais racional, nada mais científico do que guiá-lo, em ordem, no caminho em direção ao progresso, tutelando-o e preparando-o para que, um dia talvez, a lenta e gradual conscientização política que lhe seria dada o conduzisse à emancipação, tornando-o senhor de seu próprio destino. Aí sim, a verdadeira República dos sonhos de um Lopes Trovão se tornaria realidade; até lá, o povo, desorientado e ignorante, receberia dos "iluminados" e dedicados preceptores as luzes libertadoras. Hoje, um século depois, percebemos que o épico tornou-se tragicômico e apropriamo-nos do ceticismo de Benjamin Constant em seus últimos dias, ao angustiar-se no eterno dilema entre a reflexão e a ação, a teoria e a prática, como dele escreveu Pierre Manent³⁰: **"guiado pela ironia entre a vida pública, onde eram pronunciados discursos retumbantes em favor da liberdade, e a vida privada, onde eram redigidos romances autobiográficos saturados de amargura"**.

³⁰ MANENT, P., *op. cit.*, p.139.

BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CONSTANT, Benjamin. **De la force du gouvernement actuel de la France et de la nécessité de s'y rallier (1796); "Des reactions politiques; Des effets de la Terreur (1797)**. Préface et notes de Philippe Raynaud. Paris: Flammarion, 1988.
- _____. Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos. In: GAUCHET, Marcel (Org.). **De la liberté chez les modernes**. Paris: Le Livre de Poche, 1980. p.9-25.
- MANET, P. **História intelectual do liberalismo: dez lições**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1990.

ALEXIS DE TOCQUEVILLE: os limites da democracia e do igualitarismo

Helder Bezerra Teixeira
Graduando de História da UFRN

*Uma nação que nada pede de seu governo além da preservação da ordem já está escravizada em sua co-
ração.*

Alexis de Tocqueville

A obra e o pensamento de Alexis Charles Henri Maurice Clérel de Tocqueville (1805-1859), ou simplesmente **Alexis de Tocqueville**, ainda permanecem quase alijados nas temáticas relacionadas à Teoria e História das Idéias Políticas geralmente predominantes nos meios acadêmicos brasileiros.

Se, na “fixação brasileira por Paris”¹, utilizando uma expressão mais que conveniente do Professor Vamireh Chacon, percebêssemos que existe vida inteligente fora das esferas e linhas de pensamento tradicionalmente dominantes na História, Sociologia, Antropologia e outras disciplinas das Ciências Sociais em nosso país, compreenderíamos a complexidade, a grandeza e a perspicácia de um pensamento tradicionalmente, e irresponsavelmente, taxado de conservador e elitista: o pensamento tocquevilliano.² Neste artigo, pretende-se desmitificar tais equívocos frutos, em sua grande maioria, de precipitações assentadas em supostos critérios de cientificidade. A insistência em dissociar teoria

¹ CHACON, Vamireh. Diálogo com Popper. In: POPPER, Karl. *Lógica das Ciências Sociais*, p. 10.

² Para um maior aprofundamento quanto à teoria política e ao pensamento de Alexis de Tocqueville, recomenda-se, ao lado de “*A Democracia na América*”, o estudo de outras duas obras fundamentais do pensador francês: “*O Antigo Regime e a Revolução*” e “*Lembranças de 1848*”.

política do processo histórico em que se insere tanto o pensador quanto seu próprio objeto de estudo, contribuíram em demasia para percepção tardia de Alexis de Tocqueville e sua obra como sólidos referenciais para se pensar e analisar processos de ordem política, econômica e social contemporâneos que alguns "otimistas" insistem em dar por "finalizados" ou "superados". Para tal desmitificação nos concentraremos basicamente na obra de maior destaque e projeção do pensador francês: **A Democracia na América**.³

Publicada originalmente na França em quatro volumes, os dois primeiros em 1835 e os outros dois em 1840, "A Democracia na América" se constitui leitura obrigatória para aqueles que desejam se aprofundar na análise dos modernos fenômenos políticos ocidentais. Todavia para compreender em toda a sua complexidade as principais idéias desenvolvidas por Tocqueville em "A Democracia na América", três palavras-chaves, ou conceitos-chaves, são fundamentais: **liberdade, igualdade e democracia**.⁴

Sem estas, analisar a obra de Tocqueville é o mesmo que tentar compreender a obra de Karl Marx (1818-1883) sem conceitos como burguesia, capitalismo e proletariado, ou a obra de Max Weber (1864-1920) sem burocracia, poder e dominação. Em relação a este último pensador, Tocqueville é considerado por muitos teóricos e estudiosos do pensamento político do ocidente⁵ como o precursor da "tipologia ideal", ou dos "tipos ideais", fruto de observações durante sua estadia nos Estados Unidos, adiantando-se assim, em relação à metodologia weberiana nas Ciências Sociais, mas com diferenças significativas. "*Tocqueville's ideal types can be described in social terms, but it is striking how much*

³ Todas as citações de "*A Democracia na América*" contidas neste artigo foram retiradas da tradução brasileira editada conjuntamente pelas Editoras Itatiaia e EDUSP. Apesar de bastante razoável, a tradução brasileira contém, por vezes, erros de concordância verbal e nominal aqui corrigidos. Contudo, utilizou-se também a versão original em francês para maior segurança quanto ao conteúdo da obra.

⁴ A menção destes conceitos neste artigo refere-se à necessidade de se alertar para suas respectivas importâncias quando se trata de analisar a obra tocquevilliana não apenas em relação à "*Democracia na América*", mas a todo o conjunto dos escritos de Alexis de Tocqueville.

⁵ Destaca-se Raymond Aron principalmente em sua obra "*Les étapes de la pensée sociologique*". Aron foi um dos pioneiros a destacar a importância do pensamento de Alexis de Tocqueville considerando-o um dos fundadores da moderna sociologia ao lado de Montesquieu, Comte e Marx.

he is concerned with collective psychology rather than with quantifiable social fact in his construction of ideal types" (O tipo ideal de Tocqueville pode ser descrito em termos sociais, mas é impressionante o quanto se preocupa com a psicologia coletiva mais que com os fatos sociais quantificados na construção dos tipos ideais).⁶

TOCQUEVILLE E "A DEMOCRACIA NA AMÉRICA"

Ao contrário de muitos de seus contemporâneos, como por exemplo Benjamin Constant de Rebecque (1767-1830), Tocqueville percebe que o desenvolvimento dos ideais democráticos não podem ser freados nem muito menos adiados. Deste modo, a democracia e o igualitarismo passam a constituir o centro de toda a sua reflexão política. Contudo, um problema se apresenta capital para Tocqueville: **Como proceder para que o igualitarismo democrático não se transforme em uma ditadura da maioria?**

Tal preocupação não é efetivada a partir de uma ótica meramente pragmática e temerosa de um homem de origem social nobre como o foi Tocqueville, mas é, sobretudo, a reflexão da política em seus fenômenos concretos, cotidianos e histórico-estruturais. Ao formular este questionamento, Tocqueville se preocupa com a individualidade do homem em seu exercício da liberdade, com as diferenças em meio a uma suposta igualdade e não, como deturpadamente se costuma frisar nas análises superficiais em relação a sua obra, com o individualismo atrelado ao egoísmo, estes veementemente condenados por Tocqueville como fundamento dos governos despóticos.

Tocqueville estabeleceu uma distinção entre egoísmo e individualismo. Egoísmo, disse ele, é uma categoria moral, é um vício. Individualismo é um conceito sociológico, que denota uma falta, não de virtude per se, mas de virtude pública ou cívica. É uma disposição pacífica que separa uma pessoa de seus concidadãos, trocando a sociedade pelo pe-

⁶ BENDER, Thomas. Introduction. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. *Democracy in America*, p. 19.

pequeno grupo da família e de amigos. Enquanto o egoísmo aflige todos os tempos, o individualismo é uma característica da sociedade democrática".⁷

Ou seja, o igualitarismo nas sociedades democráticas é um veículo de omissão participativa do cidadão em relação aos interesses coletivos do Estado, já que a esfera privada se sobressai em relação à esfera pública devido ao alto grau de individualismo e particularismo nas relações sociais, sendo esta uma característica da liberdade dos modernos em relação à Antiguidade.⁸ Ademais, "*Tocqueville était, en son coeur, un aristocrate qui ne détestait pas l'égalité des conditions, mais qui avait horreur de l'esprit servile qui fait obéir*" (Tocqueville era, em seu coração, um aristocrata que não odiava a igualdade de condições, mas que possuía pavor do espírito servil de obediência).⁹

A servidão nos regimes democráticos estaria relacionada à passividade dos cidadãos face às decisões políticas que, paulatinamente, estariam monopolizadas em grupos minoritários investidos dos poderes decisórios. Afinal, sustentava Tocqueville, os homens estariam mais preocupados com seus afazeres imediatos, seus interesses pessoais e egoístas. As decisões políticas estariam assim concentradas nas mãos de uns poucos pela alienação e omissão da maioria.¹⁰

A partir dessas observações, não devemos confundir Tocqueville e sua tradição liberal política com os modernos "liberais" ou "liberalistas" contemporâneos, costumeiramente denominados "neoliberais" relacionados, por exemplo, às perspectivas individualizantes das teorias econômicas de Milton Friedman ou Friedrich Hayek, estes sim, bem como seus respectivos discípulos, apologistas do individualismo vulgarmente assentado em matrizes teóricas ideologicamente comprometidas com pressupostos tecno-burocráticos e economicistas. Para Ralf Dahrendorf:

⁷ MERQUIOR, José Guilherme. *O liberalismo: antigo e moderno*, p. 89.

⁸ Ver CERRONI, Umberto. *La libertad de los modernos*.

⁹ ARON, Raymond. *Les étapes de la pensée sociologique*, p. 632.

¹⁰ Ver GOLDMANN, Lucien. *Epistemologia e filosofia política*.

"... o liberalismo possui dois elementos fundamentais (...). O primeiro destes elementos refere-se à proteção do indivíduo e de suas oportunidades contra toda limitação arbitrária (...). O segundo elemento, tão importante quanto o primeiro, consiste no esforço incessante de expandir as oportunidades de vida dos indivíduos: isto é, o esforço para mudar as condições da sociedade em que vive o indivíduo, de maneira a que um número sempre maior de pessoas desfrute das chances de vida sempre melhores. Este é o elemento ativo do liberalismo e gostaria de acrescentar que é indispensável. Na verdade, o liberalismo não é a teoria política do status quo". (O grifo é nosso)¹¹

Para Tocqueville o liberalismo é acima de tudo a busca e a manutenção da liberdade individual que o igualitarismo tende a suprimir.¹² A liberdade do indivíduo:

"... é o grande mérito histórico do liberalismo. Disse-se com frequência que o seu limite, por outro lado, está na pura formalidade de tal liberdade. No entanto, a bem da verdade, deve-se precisar que é essencial para a moderna liberdade exatamente a sua proclamação e garantia formal, independentemente, portanto, de qualquer circunstância particular e de qualquer condição singular".¹³

Tocqueville sempre expôs claramente sobre quais fundamentos compreendia as transformações políticas de seu tempo. Acima de tudo odiava a demagogia, a hipocrisia e a teatralidade política que tanto cercavam seu cotidiano. A igualdade não significa, para Tocqueville, nivelamento social forçado, mas a equidade de condições e oportunidades para todos os indivíduos. Como então garantir critérios que operacionali-

¹¹ DAHRENDORF, Ralf. *O liberalismo e a Europa*, p. 13.

¹² Ver KÜHNEL, Reinhard. O modelo liberal de exercício de poder. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Orgs.). *Política e Sociedade*, p. 242-256.

¹³ CERRONI, Umberto. *Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias*, p. 62.

zassem tais oportunidades e condições? Ele mesmo nos dá uma demonstração de suas posições:

*“Tenho por ímpia e detestável a máxima de que, em matéria de governo, a maioria de um povo tem o direito de tudo fazer, e no entanto situo nas vontades da maioria a origem de todos os poderes. Estarei em contradição comigo mesmo? Existe uma lei geral, que foi feita ou pelo menos adotada, não apenas pela maioria de tal ou qual povo, mas pela maioria de todos os homens. É a lei da justiça. A justiça constitui, pois, o limite do direito de cada povo. Uma nação é como um júri encarregado de representar a sociedade universal e aplicar a justiça que é a sua lei. O júri, que representa a sociedade, deve ter mais poder que a própria sociedade cujas leis aplica? Por isso, quando recuso obedecer a uma lei injusta, de modo nenhum estou negando que a maioria tem o direito de comandar; apenas faço apelar da soberania do povo para a soberania do gênero humano”.*¹⁴

Percebe-se a preocupação de Tocqueville com a igualdade perante a lei, figurando como a única ferramenta de exercício igualitário apesar de um certo aristocratismo em suas colocações, fruto de um temor que o perseguiu durante toda a sua vida: a violência revolucionária. Quanto a esta:

*“... Tocqueville descobriu algo na sociedade americana que ele conhecia da Revolução Francesa, onde Robespierre já havia substituído as ações humanas livres e deliberadas por uma irresistível e anônima corrente de violência, embora ele [Tocqueville] ainda acreditasse - em oposição à interpretação hegeliana da Revolução Francesa - que o livre curso dessa corrente podia ser domado pela força da virtude humana”.*¹⁵

¹⁴ TOCQUEVILLE, Alexis de. *A Democracia na América*, p. 193.

¹⁵ ARENDT, Hannah. *Da revolução*, p. 90.

Retomando a tradição maquiavelista da política como prática essencialmente humana, fruto do desenvolvimento do homem em sociedade, Tocqueville recusa qualquer idealismo teórico na busca de referenciais e respostas ao fenômeno da democracia que, cada vez mais, se firmava no contexto europeu de sua época, mais especificamente na França. Esta, objeto de veneração, paixão e preocupação durante toda a sua vida. É em relação à França que Tocqueville inicia suas reflexões que futuramente o transformarão em um dos pilares do pensamento liberal de sua época, situando-o no "hall" dos grandes teóricos políticos da modernidade.

Em pleno século XIX a sociedade francesa da qual foi contemporâneo ainda se encontrava em constante ebulição. O Bonapartismo, a Restauração dos Bourbon, a Revolução de 1830 e a Monarquia de Julho, todos esses acontecimentos ocorridos em um intervalo de pouco mais de trinta anos, assolaram a sociedade francesa e colocaram em xeque os ideais da Revolução de 1789.¹⁶ Desesperadamente a França buscava um modelo norteador para a construção de uma nova sociedade. Contudo, sendo a França um país de tradição fortemente aristocrática, sabiam os franceses que qualquer mudança estrutural ocorreria num clima de extrema tensão e violência. A Inglaterra surgia então como exemplo de edificação de uma sociedade que havia conseguido superar estas diferenças. Para as classes dominantes francesas, e européias de maneira geral, o modelo inglês era o referencial a ser buscado. Tocqueville, ao contrário, discordava de tais pontos de vista quanto ao sistema de governo inglês, sua exequibilidade e viabilidade na França.

Um outro referencial estava situado bem mais longinquamente, do outro lado do Atlântico: os Estados Unidos da América. Para muitos, a sociedade norte-americana conseguira se edificar nos modernos parâmetros de igualdade e justiça ainda inexistentes, à época, na Europa. "*A democracia na Europa seria comparável a uma criança cuja natureza seria em vão contrariar, sendo mais importante discipliná-la graças a uma boa pedagogia*".¹⁷ Tocqueville então percebera que estaria nos

¹⁶ Ver HOBBSBAWN, Eric. *A era das revoluções e A era do capital*.

¹⁷ LEFORT, Claude. *Pensando o político*, p. 226

Estados Unidos, e não na Inglaterra, a chave para a compreensão dos fenômenos da democracia e do igualitarismo, bem como acreditava existir no primeiro um modelo mais substancial de organização político-administrativa que poderia ser estudado e comparado com as estruturas do aparato burocrático francês. É para lá que Tocqueville parte em busca de novos elementos que subsidiem seus pontos de vista até então nebulosos em relação às potencialidades e problemas da democracia.

Entre 11 de maio de 1831 e 20 de fevereiro de 1832, Tocqueville viajará pelos Estados Unidos, numa época ímpar da história dessa Nação que foi a da presidência de Andrew Jackson. Neste período foram moldados quase todos os aspectos que fundamentaram a moderna sociedade norte-americana.¹⁸

Foi então sob a influência desses acontecimentos que Tocqueville estrutura sua aparelhagem teórica ao perceber e descrever os aspectos vantajosos e perigosos da democracia observados por ele nos Estados Unidos. Afinal:

*“a única forma de igualdade que não só é compatível com a liberdade tal como entendida pela doutrina liberal, mas que é inclusive por essa solicitada, é a igualdade na liberdade: o que significa que cada um deve gozar de tanta liberdade quanto compatível com a liberdade dos outros, podendo fazer tudo o que não ofenda a igual liberdade dos outros”.*¹⁹

Igualdade de condições e participação política, esta última em uma esfera bastante limitada e imediata de atuação, foram os elementos

¹⁸ Durante sua permanência nos Estados Unidos, Tocqueville tomará nota de suas observações em diversos cadernos. Serão estas notas que subsidiarão futuramente todo o conteúdo de *“A Democracia na América”*. Não há, infelizmente, tradução brasileira destas notas, sendo estas parte integrante da edição francesa das obras completas de Alexis de Tocqueville, compiladas por J. P. Mayer. Contudo, pode-se encontrar a versão em inglês intitulada *“Journey to America”* onde se consegue visualizar como Tocqueville sistematiza suas idéias, a partir de anotações ao mesmo tempo objetivas e dispersas sobre os mais diversos temas relacionados aos Estados Unidos (política, economia, cultura, sociedade, etc). Recomenda-se a leitura desta obra na medida em que a mesma é um excelente referencial para o estudo do aparelhamento teórico-metodológico tocquevilliano. Utilizou-se para este artigo a versão em inglês supracitada.

¹⁹ BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*, p. 39

que mais impressionaram Tocqueville em sua permanência na América. Contudo, que tipo de igualdade seria aquela? Afinal, como superar, por exemplo, o problema da escravidão e a conseqüente integração dos negros na sociedade americana? Como integrar em um regime democrático uma população cada vez maior no espaço físico de uma nação que cada vez mais se expandia territorialmente? Como então os americanos superariam tais adversidades?

A partir dessas colocações efetuadas por Tocqueville, pode-se agora reunir os elementos para um delineamento mais claro de seu pensamento. Faz-se necessário então rememorar o cerne da preocupação de Tocqueville face à democracia, ou seja: como evitar a tirania da maioria nos regimes democráticos e como salvaguardar o homem em sua individualidade?

Para tanto devemos nos remeter à formação histórico-social norte-americana a partir de uma colonização branca e protestante atrelada à valores eminentemente calvinistas e anglo-saxões tais como liberdade de imprensa, expressão, reunião, associação, livre economia, iniciativa, etc. Estes valores perduraram até a Independência em 1776, e sobre os mesmos se edificou a sociedade norte-americana pós-independência.²⁰ Reside neste ponto a resposta para a solução do questionamento proposto inicialmente por Tocqueville.

Justamente a partir de sua colonização e, principalmente, após o advento da Independência, a democracia nos Estados Unidos da América foi edificada sobre os valores acima descritos e a sociedade derivada desta composição só poderia formar indivíduos iguais oriundos desta mesma origem, ou seja, a igualdade foi construída pelos brancos, protestantes e anglo-saxões, para estes e por estes. Conseqüentemente, a igualdade está relacionada aos valores desta maioria. Daí a preocupação de Tocqueville com as minorias. Estas não devem ser confundidas com grupos ou facções privilegiadas, mas relacionadas à diversidade das manifestações políticas, religiosas, culturais, etc. A preocupação de

²⁰ Ver SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN, Neil R. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Para um maior aprofundamento sobre determinadas concepções de mundo calvinistas que moldaram a formação inicial da mentalidade norte-americana pré-independência, ver SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*.

Tocqueville é o respeito ao outro, o que modernamente denominamos de exercício da alteridade.

Observando que a igualdade apenas era exercida entre os semelhantes, Tocqueville, em "A Democracia na América", já previa, por exemplo, a difícil integração dos negros na sociedade branca norte-americana "*... nos Estados Unidos, o preconceito, que repele os negros parece crescer à proporção que os negros deixam de ser escravos, e a desigualdade grava-se nos costumes à medida que se apagam as leis*".²¹

Se entre negros e brancos a convivência mútua encontra empecilhos, entre os próprios elementos brancos da sociedade também existem conflitos. Neste aspecto, através das observações argutas de Tocqueville, podemos vislumbrar os mecanismos utilizados pelos poderes públicos norte-americanos que desde então prevalecem e ainda hoje são extremamente perceptíveis. Dentre estes mecanismos o mais evidente é a guerra, constantemente utilizada como veículo de apaziguamento interno. Através dela todas as classes sociais se diluem num corpo compacto e unívoco onde todos os homens se tornam apenas um e a individualidade se transforma em individualismo gerando assim valores que, ao invés de democráticos, são coercitivos. Note-se que, neste século, a cultura norte-americana é eminentemente intervencionista e belicosa.

Nada é mais óbvio nesta percepção de Tocqueville quando nos deparamos com as estruturas básicas do patriotismo norte-americano no corrente século a partir da construção dos ideais das elites e das classes-médias nos Estados Unidos que, quando em períodos de paz, se digladiam em busca de interesses peculiares a suas respectivas visões de mundo. Ao menor sinal de "perigo" externo, ou mesmo interno, todos os conflitos se "dissolvem" em nome da salvação do "igualitarismo democrático" e do "american way of life" (modo de vida americano).

"A unidade da nação é unidade de contradições. A razão formal disso é que todo ser vivo, todo ser em devir, é diferente de si mesmo no tempo. Concretamente, toda nação

²¹ TOCQUEVILLE, Op. cit, p. 263.

*moderna é ao mesmo tempo sociedade e comunidade, portanto, racional (buscando a eficácia técnica) e histórica (fiel ao que considera seus fins e seus valores, sua razão concreta e particular). Portanto, a cada momento ela terá de decidir em que medida é preciso subordinar o racional ao que para ela é razoável, ou o razoável particular ao racional. Além disso ela é dilacerada pelas oposições sociais: os grupos e os estratos lutam, uns para chegar ao poder e ter prestígio, outros para conservar a sua posição”.*²²

Para Tocqueville, toda essa edificação de ideais imediatistas na mentalidade norte-americana é fruto da alienação política dos cidadãos, plenamente satisfeitos em seus respectivos universos de igualitarismos e de centralização das decisões políticas por elementos ditos “escolhidos” ou “eleitos”, apesar de ter percebido a grande influência das associações nos Estados Unidos como veículos de reivindicação e participação política.²³

Tudo isso ocorre devido à esterilização das individualidades, conseqüência dos fatores anteriormente descritos, porque a igualdade é apenas aparente, possui limites no preconceito e na falsa sensação de segurança, bem como não leva em consideração o mérito e a criatividade que não estejam relacionadas à aspectos previamente delimitados pela ética e moral cristãs provenientes da colonização protestante calvinista. Enfim, é a igualdade posta nos níveis mais baixos e elementares da insegurança humana, fruto de uma concepção individualista baseada no utili-

²² WEIL, Eric. *Filosofia política*, p. 239.

²³ Sobre o tema da alienação do homem moderno face às decisões de ordem política em relação à esfera pública, leia-se ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Apesar de um certo saudosismo da organização social da *pólis* grega, esta obra da Hannah Arendt continua sendo um grande referencial para as discussões em torno deste assunto. Recomenda-se também, ainda sobre a contemporaneidade deste debate, a leitura de HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Habermas demonstra nesta obra como a privacidade da vida moderna a esfera pública foi o primeiro campo burguês de emancipação relacionado, principalmente, à liberdade de expressão e ascensão de uma opinião pública que seriam então as primeiras manifestações da democracia moderna suprimidas paulatinamente pela expansão organizacional da aparelhagem político-administrativa do Estado. Ambas as obras, embora edificadas sobre referenciais teóricos distintos, dão continuidade às reflexões de Tocqueville sobre a alienação e omissão participativa do cidadão em relação aos interesses comuns da sociedade.

tarismo econômico clássico que em nada poderia contribuir para o surgimento de uma sociedade verdadeiramente igualitária capaz de organizar uma base social amplamente solidária.²⁴ Enfim, é uma igualdade de condições entre pares fechados.

*“Tocqueville acredita que, já na América, o efeito desta combinação de centralização e igualitarismo constituiu em baixar a qualidade das letras e das artes, em consequência da formação de uma opinião pública que teme o mérito e a superioridade e que só transformaria em fetiche aquilo que, segundo se pode ver, todos os homens têm em comum. Além disto, a combinação de poder e igualdade conseguiu, argumenta ele, fazer com que as pessoas, em número cada vez maior, se sentissem inseguras no seu status; manifestassem sintomas de alienação do ego e da sociedade; se tornassem obcecadas pelas características do status; cobiçassem a riqueza acima de qualquer outra coisa jamais conhecida na História - visto que, numa sociedade socialmente igualitária, a posse da riqueza é o único meio de exibir o que alguém possa considerar seus talentos naturais; substituíssem a honra pela ambição; se voltassem para estruturas burocráticas cada vez mais intrincadas no governo central; temessem as mudanças; detestassem a revolução, sob qualquer forma; se tornassem cada vez mais dedicadas à guerra; e, com freqüência cada vez maior, considerassem o poder político absoluto a única forma de comunidade fechada, protetora”*²⁵.

Nada mais próximo da realidade norte-americana contemporânea e que Tocqueville tão magnificamente previu. Aliás, esta é a tônica de

²⁴ Leia-se a excelente análise do atual panorama político, social e cultural norte-americano em HUGHES, Robert. *Cultura da reclamação: o desgaste americano*. Ver também, à guisa de um melhor conhecimento quanto à aspectos da formação cultural e social norte-americanas, BERLOWITZ, Leslie; DONOGHUE, Denis; MENAND, Louis (Orgs.). *A América em Teoria*. Aconselha-se também a leitura de GRAEBNER, Norman A. *America as a world power: a realist appraisal from Wilson to Reagan*.

²⁵ NISBET, Robert. *Os filósofos sociais*, p. 415-416.

sua obra: o caráter profético de suas análises. Estas, não meramente frutos de uma especulação irresponsável, mas da percepção de um homem que soube, como poucos, compreender sua época sobre uma ótica privilegiada e atuante. Em nível de ilustração, observe-se uma das mais famosas dessas “previsões” contida em “A Democracia na América”:

*“Existem hoje, sobre a terra, dois grandes povos que, tendo partido de pontos diferentes, parecem adiantar-se para o mesmo fim: são os russos e os anglo-americanos. Ambos cresceram na obscuridade; e, enquanto os olhares dos homens estavam ocupados noutras partes, colocaram-se de improviso na primeira fila entre as nações e o mundo se deu conta, quase ao mesmo tempo, do seu nascimento e da sua grandeza. Todos os outros povos parecem ter chegado mais ou menos aos limites traçados pela natureza, nada mais lhes restando senão manter-se onde se acham; (...); todos os outros se detiveram, ou só avançam, a poder de mil esforços; apenas eles marcham a passo fácil e rápido, numa carreira cujos limites o olhar não poderia perceber ainda. O americano luta contra os obstáculos que a natureza se opõe; o russo, está em luta com os homens. Um combate o deserto e a barbárie, o outro, a civilização com todas as suas armas; por isso, as conquistas do americano se firmam com o arado do lavrador, as do russo com a espada do soldado. Para atingir a sua meta, o primeiro apoia-se no interesse pessoal e deixa agir, sem dirigi-las, a força e a razão dos indivíduos. O segundo concentra num homem, de certa forma, todo o poder da sociedade. Um tem por principal meio de ação a liberdade; o outro, a servidão. Os seus pontos de partida são diferentes, os seus caminhos são diversos; não obstante, cada um deles parece convocado, por um desígnio secreto da Providência, a deter nas mãos, um dia, os destinos da metade do mundo”.*²⁶

²⁶ TOCQUEVILLE, Op. cit, p. 315-316.

Sem soçobrar em critérios teleológicos, o que se percebe, não apenas em “A Democracia na América”, mas em todo o conjunto da obra de Alexis de Tocqueville, é a objetividade analítica, a coerência e honestidade conceitual de um pensamento que, de maneira alguma, pode ser desprezado em qualquer estudo mais aprofundado sobre os fenômenos que ainda hoje pairam cotidianamente, dos quais, alienadamente, quase todos insistem em se desligar e se omitir.

Cabe ao estudioso da História das Idéias Políticas, da Ciência Política e áreas afins, a sobriedade avaliativa, precípua não apenas em relação ao pensamento tocquevilliano, mas em qualquer outro nível de aprofundamento teórico hoje em dia tão relegado ao abandono e às discussões nocivas e sem fundamento. O exemplo e a obra de Tocqueville são, sem sombra de dúvida, parâmetros categoricamente sólidos e substanciais para que se evitem tais práticas.

*“Fundamentalmente em todo o pensamento de Tocqueville é a apreensão de um caos primordial que faz da ordem encontrada na história, na sociedade e na cultura em parte um enigma, em parte uma benção. Como seu grande contemporâneo, o romancista Balzac, Tocqueville exultava no mistério do fato de que o homem “tem” uma história; mas sua concepção dos escuros abismos de onde o homem provém, e contra os quais ele ergue a “sociedade” como barreira ao caos total, não lhe permitia esperar senão modestos ganhos, de tempos em tempos, em seu conhecimento das forças que no fim de contas governavam o processo do mundo”.*²⁷

Especificamente em relação à “Democracia na América”, obra aqui tratada, e todo o seu substrato conceitual, vejam-se as palavras de seu autor:

“O tema que desejei abarcar é imenso, pois compreende a maior parte dos sentimentos e das idéias que o novo estado do mundo faz nascer. Sem dúvida, tal assunto excede as mi-

²⁷ WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*, p. 207.

*nhas forças; tratando-o, de modo algum me dei por satisfeito. Mas, se não pude alcançar a meta que procurara, os leitores pelo menos hão de me fazer a justiça de que concebi e tratei de realizar o meu empreendimento com o espírito que me poderia tornar digno de alcançar o êxito”.*²⁸

Reconhecendo os limites de sua capacidade de observação e análise face ao objeto de seu estudo, ao mesmo tempo em que se coloca à disposição da crítica dos leitores Tocqueville demonstra, acima de tudo, que o homem e o cientista não residem em diferentes esferas de atuação. *“Tocqueville, negligenciado pelos filósofos e pelos historiadores da literatura, que não se tinham dado conta de que ele era um grande escritor, pertence desde então aos sociólogos, aos americanistas e finalmente aos historiadores”.*²⁹

Apesar de todas as suas contradições, conflitos e problemas a democracia, para Tocqueville, tornar-se-ia legítima na medida em que os povos a ela submetida compreendessem e exercessem continuamente a atividade política comunitariamente, e não particularmente em busca de seus próprios interesses.

*“As nações de hoje em dia não podem impedir que as condições sejam iguais em seu seio; mas depende delas que a igualdade as conduza à servidão ou à liberdade, às luzes ou à barbárie, à prosperidade ou às misérias”.*³⁰

Antes de tudo “A Democracia na América” é uma defesa apaixonada de pressupostos racionais contra determinadas teorias e superstições alienantes defensoras do predomínio coletivista de Estado sobre a individualidade e a dignidade humanas que, na pretenciosa busca pelo extermínio das diferenças entre os homens, acabam produzindo os mais monstruosos mecanismos de totalitarismo. O liberalismo tocquevilliano, fundamento de sua prática política é, primordialmente, a defesa do sur-

²⁸ TOCQUEVILLE, Op. cit, p. 320.

²⁹ ARON, Raymond. *Memórias*, p. 382.

³⁰ TOCQUEVILLE, Op. cit, p. 542.

gimento de igualdades de condições que garantam ao indivíduo, independentemente de sua origem social, a possibilidade do exercício da dignidade, da liberdade e da justiça social. A atuação política de Tocqueville garante a coerência deste discurso.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- _____. **Da revolução**. 2. ed. São Paulo: Ática; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1990.
- ARON, Raymond. **Estudos políticos**. 2. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1985. (Coleção Pensamento Político, 18).
- _____. **Les étapes de la pensée sociologique**. Paris: TEL/Gallimard, 1979.
- _____. **Démocratie et totalitarisme**. Paris: Gallimard, 1970.
- _____. **Memórias**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- BENDER, Thomas. Introduction. In: TOCQUEVILLE, Alexis de. **Democracy in America**. Nova Iorque: Modern Library, 1981. p. XIII - XLIX.
- BERLOWITZ, Leslie; DONOGHUE, Denis; MENAND, Louis. **A América em teoria**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CERRONI, Umberto. **Política: métodos, teorias, processos, sujeitos, instituições e categorias**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- _____. **La libertad de los modernos**. Barcelona: Martinez Roca, 1972.
- CHACON, Vamireh. Diálogo com Popper. In: POPPER, Karl. **Lógica das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1978. (Biblioteca Tempo Universitário, 50).
- CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Evelyne. **História das idéias políticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

- CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias**. 6. ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1993.
- DAHRENDORF, Ralf. **O liberalismo e a Europa: entrevista a Vincenzo Ferrari**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981. (Coleção Sociedade Moderna, 3).
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os economistas)
- GOLDMANN, Lucien. **Epistemologia e filosofia política**. Lisboa: Presença, 1984.
- GRAEBNER, Norman. A. **America as a world power: a realistic appraisal from Wilson to Reagan**. Wilmington: Scholarly Resources, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. (Biblioteca Tempo Universitário, 76).
- HAYEK, Friedrich A. **The constitution of liberty**. Londres: Routledge, 1960.
- HOBSBAWN, Eric. **A era das revoluções (1789-1848)**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **A era do capital (1848-1875)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e relidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HUGHES, Robert. **Cultura da reclamação: o desgaste americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KÜHNEL, Reinhard. O modelo liberal de exercício de poder. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Orgs.). **Política e sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1981. v. 1, p. 242-256.
- LEFORT, Claude. **Pensando o político: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- MERQUIOR, José Guilherme. **O liberalismo: antigo e moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- _____. **O argumento liberal**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- NISBET, Robert. **Os filósofos sociais**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. (Coleção Pensamento Político, 59).

- POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1984.
- SELLERS, Charles; MAY, Henry; McMILLEN; Neil R. **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. 2. ed. São Paulo: EDUSP; Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.
- _____. **De la Démocratie en Amérique**. Paris: Gallimard, 1968.
- _____. **Journey to America**. Nova Iorque: Anchor Books, 1971.
- _____. **Lembranças de 1848: as jornadas revolucionárias em Paris**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. **O Antigo Regime e a Revolução**. 3. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1989.
- TOUCHARD, Jean (Org.). **História das idéias políticas**. Lisboa: Europa-América, 1970. v. 5.
- WEIL, Eric. **Filosofia política**. São Paulo: Loyola, 1990. (Coleção Filosofia, 12).
- WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1992.

A IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA PESADA NA SEGUNDA METADE DOS ANOS CINQUENTA

Wanderleya Farias Martins
Prof.^a Do Depto. de Economia da UFPB

A economia brasileira, nos anos cinquenta, experimentou um significativo avanço na sua base produtiva. O Produto Interno Bruto no país cresceu, entre os anos de 1956 a 1960, a elevada taxa de 8,1% a.a.¹ É nessa fase histórica que se implantam os segmentos tecnicamente pesados e complexos da indústria de transformação, representados pelos setores produtores de bens duráveis, bens de capital e bens intermediários. Esse processo de diversificação e modernização do setor secundário no cenário nacional provocou a ruptura da estrutura agrário-exportadora até então prevalecente no país por um estilo de crescimento comandado pela acumulação do capital industrial.²

A vigorosa expansão da economia nacional, observada na fase de referência, teve suas pré-condições estabelecidas nas duas décadas anteriores. Já havia, à época, uma consciência das elites política, intelectual e empresarial de que a principal atividade econômica do país, a agricultura voltada para a exportação, tornava a base produtiva interna bastante vulnerável às crises internacionais. A idéia de que o crescimento industrial poderia vir a ser o meio mais eficaz de elevar o padrão técnico-material da produção e de melhorar as condições de vida da população brasileira constituía-se num dos temas de maior reflexão no debate sobre

¹ BARROS, R.J. *Capital industrial no Brasil*.

² Para uma leitura mais abrangente sobre a expansão da economia brasileira nessa fase ver COUTINHO, L.G. Percalços e problemas da economia mundial capitalista, In: BELUZZO, L.G.M., COUTINHO, R., (Org.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil*; LESSA, C. *Quinze anos de política econômica*; SERRA, J. *Ciclo e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra*, In: BELUZZO, L.G.M., COUTINHO, R., *op. cit.*, POSSAS, M.L. *Empresas multinacionais e industrialização no Brasil*, In: BELUZZO, L.G.M., COUTINHO, R., (Org.), *op. cit.*, TAVARES, M.C., *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro entre outros*.

as alternativas de se retirar o Brasil da sua condição de subdesenvolvimento.

É no aludido período histórico que são esboçadas as primeiras ações e empreendimentos do Estado voltados para o fortalecimento da "autonomia nacional". Criam-se as primeiras instituições públicas cujo papel era o da regulação e controle das transações econômicas no país como: o Conselho Técnico de Economia e Finanças – CTEF (1937); o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial – CNPQ (1944); a Comissão de Planejamento Econômico – CPE (1944), entre outros órgãos³.

Realizam-se investimentos em setores como siderurgia e petróleo, através da implantação de Volta Redonda e da Petrobrás. Destacam-se, também, as realizações do governo Vargas que empreendeu esforços no sentido de consolidar o sindicalismo no país e de pôr em ação, através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, uma série de projetos na área de infra-estrutura básica como: o reequipamento de portos; ampliação da malha ferroviária; implantação de sistemas de geração e distribuição de energia elétrica. Vê-se, portanto, que medidas notadamente industrializantes ocorridas entre as décadas de trinta e quarenta criam os alicerces para o considerável salto qualitativo da economia brasileira ao longo dos anos cinquenta.

O progresso observado na vida econômica do país, na fase mencionada, é, também, precedida de um intenso debate teórico. Economistas filiados às mais diversas correntes de pensamento apresentavam, nos anos quarenta, suas reflexões sobre o projeto de desenvolvimento que seria mais adequado para retirar o país de sua condição de atraso e miséria.

Na discussão teórica sobre as possíveis formas de se viabilizar o crescimento da produção nacional, destacavam-se as idéias postuladas pela corrente liberal, pelas vertentes do desenvolvimento e pelos socialistas. Os primeiros preconizavam que o meio de se eliminar a baixa produtividade da economia brasileira seria através da modernização da agricultura: esse avanço tecnológico deveria anteceder o crescimento

³ Ver BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro*, p.290-302.

industrial, dado que, na concepção dos liberais, havia pleno-emprego no país. A expansão do setor secundário, sem a prévia reestruturação da agricultura, provocaria fortes distorções na eficiência dos recursos produtivos ali existentes.

Os desenvolvimentistas acentuavam que a natureza específica da economia brasileira, marcada pelo subdesenvolvimento, só poderia ser eliminada mediante a planificação dos investimentos industriais. Caberia ao Estado estabelecer as condições essenciais para fomentar a acumulação capitalista do país. Para os socialistas, a industrialização seria a etapa em que as forças produtivas iriam alcançar um nível de avanço tal capaz de provocar a passagem do capitalismo para uma formação social onde os meios de produção fossem totalmente socializados.⁴

A vertente desenvolvimentista foi a ideologia que permeou o processo de industrialização observado no país na segunda metade dos anos cinquenta. Os esforços aplicados na consecução do crescimento econômico tiveram como base a planificação do desenvolvimento.

O Plano de Metas adotado pelo Governo de Juscelino Kubitschek (1956/61) constitui a expressão mais concreta da noção de industrialização planejada. Através do aludido programa, o Estado pôs em ação uma série de projetos setoriais de investimento que objetivavam promover a expansão de segmentos estratégicos da estrutura produtiva nacional como os de energia, indústrias de base e transporte. Tratava-se de uma modalidade de planejamento conceituada por Roberto Campos de "seccional". A dinamização daqueles setores estratégicos provocaria efeitos de estímulo para o restante da cadeia produtiva nacional.

Implantam-se, então, empresas produtoras de insumos básicos; ampliam-se a quantidade de rodovias e ferrovias; estruturam-se o mercado financeiro e de capitais; concedem-se subsídios e incentivos fiscais ao capital privado nacional e estrangeiro; adotam-se uma série de medidas de proteção tarifária aos segmentos industriais emergentes. Essa diversidade de políticas econômicas estimulou a entrada em massa no país de

⁴ Análises mais detidas sobre o tema encontram-se em BIELSCHOWSKY, R., *op. cit.* Esse tipo de liberalismo era keyneisiano, caracterizado por forte intervenção do Estado na economia. Enquanto os desenvolvimentistas eram dualistas, cepalinos, teóricos da dependência.

capitais multinacionais de risco e de empréstimo. Grandes empresas multinacionais, na sua maior parte oligopolistas, passam, então, a instalar suas filiais em vários gêneros da indústria de transformação brasileira.

Observa-se, portanto, que a expansão modernizante da economia brasileira, na aludida fase histórica, foi conduzida pela efetivação de pesados empreendimentos estatais associados ao grande capital internacional. Sobre esse aspecto, POSSAS esclarece:

Esse intenso crescimento centrado na produção de bens duráveis e no capital social (energia, transporte) tornou-se possível por uma participação crescente do investimento público – de 23% do investimento total em 1955, para 39% em 1961 – e por finanças externas, que chegaram a 3,3 bilhões de dólares – mais de 80% dos quais através de empréstimos, apesar da grande quantidade de investimentos diretos. Além disso, a inflação crescente era um importante meio suplementar de financiamento da economia através da poupança forçada. Mas este crescimento era também desequilibrado em favor dos setores de produção acima mencionados, o que envolvia também um aumento assimétrico da capacidade produtiva e este era na maior parte dos casos proporcionado pelas novas plantas colocadas em funcionamento pelas firmas multinacionais.⁵

As repercussões desse bloco de investimentos públicos e privados a nível da composição setorial da renda no país podem ser assimilados a partir dos dados extraídos de BRESSER PEREIRA,⁶ que demonstra como a participação relativa do setor secundário na renda nacional cresceu, entre os anos de 1947 e 1960, 26,6%. Naquele primeiro ano, o peso da indústria na produção nacional era de apenas 19,9%, o mais reduzido comparativamente aos percentuais referentes aos setores

⁵ POSSAS, M.L., op. cit., p.20.

⁶ BRESSER PEREIRA, L. *Economia brasileira*.

primário e terciário. No último ano, aquela participação se eleva para 25,2%.

BRASIL: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES ECONÔMICOS NA RENDA
(%)

SETORES	1947	1960	1980
Primário	27,6	22,5	10,3
Secundário	19,9	25,2	36,9
Terciário	52,5	52,3	52,8
Renda nacional	100,0	100,0	100,0

FONTE: BRESSER PEREIRA (1988, p.44).

O slogan "50 anos em 5" do governo Juscelino Kubitschek (1956/60) dá uma ilustração de que o progresso industrial ocorreria a qualquer custo. Mediante a tomada de empréstimos no mercado financeiro internacional e da elevação do déficit público, o Estado não poupou esforços no sentido de promover a diversificação e a modernização tecnológica da indústria brasileira.

Conforme BRESSER PEREIRA,

Através de grandes investimentos nas áreas de siderurgia e de outras matérias-primas básicas, do petróleo, da energia elétrica e do desenvolvimento de um sistema bancário estatal, o Estado brasileiro, ainda na última fase do período populista (anos cinqüenta), estabelece bases sólidas para a acumulação privada de capital e, portanto, para a industrialização brasileira.⁷

⁷ BRESSER PEREIRA, L., *op. cit.*, p.54.

Dentre as atividades econômicas que compõem a renda nacional, a produção do setor secundário, na fase de 1949/60, foi a que apresentou a taxa de crescimento médio anual mais significativa, de 7,31% a.a., enquanto o desempenho dos setores primário e terciário foi de apenas 3,69% a.a. e 5,35% a.a. respectivamente.

BRASIL: CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DOS SETORES
ECONÔMICOS E DA RENDA NACIONAL 1947/60

SETORES	1947/60
Primário	3,69
Secundário	7,31
Terciário	5,33
Renda nacional	5,35

FONTE: BRESSER PEREIRA (1988, p.44).

É nesse contexto histórico que se instalam na indústria de transformação do país as indústrias: automobilística; o complexo metal-mecânico; de construção naval; material elétrico pesado; metais não-ferrosos; química pesada; papel e celulose, entre outras.

O centro dinâmico da indústria brasileira deixa de ser comandado pelos segmentos ditos "leves" e passa a ter a liderança dos setores tecnicamente mais avançados. As inversões efetuadas nos setores produtores de bens de consumo duráveis e de capital, a partir desse momento, passam a surtir efeitos para trás e para a frente nos demais compartimentos produtivos da economia, ampliando o grau de complementariedade entre os mesmos.

É possível verificar, a partir dos dados apresentados por SERRA⁸, que a implantação dos referidos segmentos industriais causou

⁸ SERRA, J., *op. cit.*

fortes mudanças na composição da indústria de transformação quanto aos seus setores-soma.

ESTRUTURA DA PRODUÇÃO NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO BRASIL - 1949/70

CATEGORIAS DE USO	1949	1959	1970
Bens de consumo não duráveis	72,8	56,7	45,0
Bens intermediários	20,4	24,6	34,4
Bens de consumo duráveis	2,5	5,1	9,3
Bens de capital	4,3	13,5	11,3
Total	100,0	100,0	100,0

FONTE: SERRA, J., op. cit., p.60.

Em 1949, a produção de bens de consumo não duráveis no país representava 72,8% do valor total da produção gerada pela indústria de transformação. Vê-se que a distribuição do valor agregado aí obtido estava setorialmente desequilibrada em favor dos ramos tradicionais, caracterizados por baixa complexidade tecnológica. Por sua vez, a participação relativa dos setores produtores de bens duráveis e de capital era de apenas 2,5% e 4,3% respectivamente. Com a maturação dos projetos de investimentos realizados entre 1956/60, já podiam ser notadas sensíveis alterações naquela composição setorial.

A produção de bens de consumo duráveis, em 1959, já ocupava 5,1% da produção total e o setor de bens de capital tinha conseguido elevar seu peso para 13,5%. Em 1970, esses percentuais se elevam, pela ordem, para 13,3% e 15,4%.

O processo de implantação da indústria pesada no país ocorreu de modo desigual a nível do espaço geo-político brasileiro. As multinaci-

onais que se transferiram para o país, no momento de referência, concentraram-se mais na região Sudeste em função das pré-condições econômicas ali prevaletentes, tornando, assim, a aludida área no pólo dinâmico da nação. Sobre a localização daquela indústria no espaço nacional, CANO assinala:

Este período reforçaria o processo de concentração industrial, na medida em que se instalam as chamadas indústrias 'pesadas', principalmente em São Paulo, onde, graças à sua maior diversificação industrial previamente existente (veja-se o caso da indústria de autopeças, em relação à automobilística, recém-instalada), seus efeitos de encadeamento foram muito maiores.⁹

Enquanto o Sudeste recebia elevada entrada de capitais estrangeiros, as atividades econômicas do Nordeste, sem os incentivos do setor público que eram concedidos às regiões mais prósperas do país, sucumbiam. Observa-se, então, a decadência das classes dominantes locais e o agravamento das condições de vida dos trabalhadores no meio urbano e rural.

POSIÇÃO RELATIVA NORDESTE/BRASIL

VARIÁVEL	1949	1959	1970
Renda interna	13,9	14,4	11,6
População	34,6	31,6	30,3
Renda interna por habitante	40,2	45,6	38,3

FONTE: BRESSER PEREIRA, L., op. cit., p.85.

⁹ CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil*, p.104.

Para se ter uma idéia do fraco desempenho relativo da economia nordestina em comparação com o dinamismo que experimentava a economia nacional nos anos cinquenta, a renda interna daquela região representava apenas 31,6% da renda nacional no ano de 1959. Com esse flagrante atraso passam a ocorrer naquela área do país mobilizações de diversos segmentos de classe em torno de uma ação mais consistente do Governo Federal quanto ao estímulo do desenvolvimento econômico, que, até então, era concedido apenas às regiões mais prósperas da nação. É nesse contexto que surge, em 1959, a SUDENE – Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste, cuja atuação baseava-se em integrar a economia nordestina ao processo de acumulação capitalista nacional.¹⁰

A despeito do substancial incremento observado na capacidade instalada da indústria de transformação brasileira, nos anos considerados, o ritmo de expansão na geração de novos empregos industriais se processou de forma bem mais lenta que a elevação da produtividade no setor. A taxa média anual de crescimento do emprego na indústria do país, entre os anos de 1949 e 1959 ficou em torno de 2,4% a.a., enquanto o desempenho de sua produção, em termos médios, foi bem superior, de 9,0% a.a.¹¹ Ao final daquela década, a economia brasileira já ocupava a 8ª posição dentre os países mais industrializados do mundo; no entanto, a agricultura permanecia com graves insuficiências estruturais e a repartição da renda nacional ainda estava bastante concentrada.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Rosângela J. **Capital industrial no Brasil: análise da distribuição da renda e do padrão salarial gerados no processo de acumulação do período 1959-80.** João Pessoa, 1986 (mimeo.).
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: PNPE/IPEA, 1988.

¹⁰ Sobre esse assunto ver GTDN, *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*; CANO, W., *op. cit.*; GUIMARÃES NETO, L. *Formação econômica do Nordeste entre outros.*

¹¹ LOCATELLI, R.L. *Industrialização, crescimento e emprego*, p.30.

- BRESSER PEREIRA, Luiz. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930/70**. São Paulo: Global, 1985.
- COUTINHO, Luciano G.. Percalços e problemas da economia mundial capitalista. In: BELUZZO, COUTINHO (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. v.1, p.37-55.
- GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1959.
- GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ: Massangana, 1989.
- LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOCATELLI, Ronaldo L. **Industrialização, crescimento e emprego: uma avaliação da experiência brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA/PNPE, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- POSSAS, Mário L. Empresas multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELUZZO, COUTINHO (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, v.2, p.9-37.
- SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra. In: BELUZZO, Luiz Gonzaga de Mello, COUTINHO, Renato (Orgs.). **Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. v.1, p.56-121.
- TAVARES, Maria da C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

O MODERNO E O TRADICIONAL NO RECIFE DOS ANOS 20: a poesia de Joaquim Cardozo

Flávio Weinstein Teixeira
Prof. UFPE

Já não é fenômeno assim tão recente o flerte que os historiadores vêm mantendo com o universo próprio da Antropologia. Fruto desta aproximação, passaram os historiadores ao menos a dispor de um novo recurso metodológico, resumível na preocupação com a questão da alteridade: o passado é um *outro* a ser conhecido. Dentro deste contexto, a adoção da problemática da identidade parece-me ser de uma oportunidade e fecundidade inaudita, mas, sobretudo, não ainda de todo explorada. A partir dessa opção ganham nova importância, a um só tempo, as temáticas da cultura e da subjetividade – instâncias fundamentais para quem queira apreender a construção de identidades coletivas.

Pensar sob esta ótica o caso do Recife pode ser um exercício assaz interessante. Possivelmente, nenhuma cidade brasileira terá vivido de forma tão perturbadora e dramática o processo de construção de uma identidade moderna. Não que em outros espaços sociais do país a visceral e por vezes dilacerante tensão entre o novo e o velho, o progresso e o atraso, o moderno e o tradicional não tenha se manifestado; ou que tal tensão encontrado solução duradoura, definitiva, sem resistências. O que seria até mesmo um contra-senso. A inconsistência, a instabilidade, a mudança ao que se entende por novo, moderno e progressista é, afinal, o que lhes há de mais próprio.

A modernidade talvez não seja, nesse sentido, mais que uma ininterrupta sucessão de projetos modernizatórios. Uns se sobrepondo aos outros, indefinidamente. Não é à toa, portanto, que, desde a originalíssima e genial intuição de Walter Benjamin, a *moda* tenha vindo a se constituir em uma espécie de privilegiada categoria analítica das sociedades modernas. Efêmera, flexível, transitória é toda visão do moderno.

Daí o porque de haver, como chama a atenção Flora Sussekind, uma potencial impossibilidade da literatura moderna de tratar de "cenas de fundação", imersa que está em uma "experiência urbana marcada pela sensação de não-pertencer, pela instabilização da paisagem". Antes de tudo, as cidades modernas seriam, como bem definiu Burton Pike, *ciudades em fluxo*.¹

Todavia, se a produção literária modernista brasileira não consegue ver-se de todo livre da temática da fundação – visto precisar seguidamente reafirmar uma determinada identidade nacional –, ao menos tinha muito claro se tratar de uma nova identidade que, bem ou mal, "denunciava um desejo de ser moderno".² Em contrapartida, quando se se debruça sobre a produção cultural realizada no Recife, o que de imediato salta aos olhos do observador é o quanto esteve esta produção cindida, debatendo-se em torno da hamletiana questão de ser ou não moderna.

Desde o Regionalismo dos anos 20, passando pelo Movimento Armorial, até o midiático Movimento Mangue, o que sempre desponta e de certo modo lhes dão vida e vigor é a complexa conjugação do tradicional com o moderno.

Dentro desta perspectiva, a década 20 é particularmente instigante. Nela destaca-se uma fórmula que prima pela ambivalência. Com efeito, há uma ambigüidade básica nos termos adotados por Gilberto Freyre quando, anos mais tarde, precisou sistematizar os princípios que haviam norteado a produção dos regionalistas. A esse controverso texto deu ele o título de *Manifesto Regionalista, Tradicionalista e, a seu modo, Modernista*.

É certo que os regionalistas viam a si mesmos enquanto "renovadores culturais", porém de um tipo próprio e específico. Fruto de um hercúleo esforço para diferenciarem-se dos modernistas paulistas – para eles, macaqueadores de novidades estrangeiras –, os regionalistas sentiam-se especialmente gratificados em dar novas vestes às tradições locais; em servir-se das contribuições das vanguardas européias para

¹ Citado em SUSSEKIND, F. Cenas de fundação, In: FABRIS, A. (Org.). *Modernidade e modernismo no Brasil*, p.5 e 67.

² Segundo análise de Ronaldo Brito, citado em FABRIS, A. *Modernidade e vanguarda*, p.15.

revalorizar a cultura regional – quando não, simplesmente, justificar seu renitente conservadorismo.

Não se pense, com isto, que tudo não passou de um ardil, de uma cínica maquiagem para escamotear o que de outro modo seria insustentável. A ambivalência tinha raízes mais profundas. Residia na incapacidade de renovar-se sem subjugar-se culturalmente. O próprio Gilberto Freyre, em uma tocante passagem de seu Manifesto Regionalista, exprimiu com exatidão este sentimento:

Procurando reabilitar valores e tradições do Nordeste repito que não julgamos estas terras, em grande parte, áridas e heroicamente pobres, devastadas pelo cangaço, pela malária e até pela fome, as Terras Santas ou a Cogue do Brasil. Procuramos defender esses valores e essas tradições, isto sim, do perigo de serem de todo abandonado, tal o furor neófilo de dirigentes que, entre nós, passam por adiantados e progressistas pelo fato de imitarem cega e desbragadamente a novidade estrangeira. A novidade estrangeira de modo geral. De modo particular, nos estados ou nas províncias, o que o Rio ou São Paulo consagram como [...] moderno.³

Inquestionavelmente, foi este um programa perseguido por muitos talentos. Durante os 20 anos a cidade do Recife oferecia condições bastante propícias para o desenrolar deste debate cultural. De fato, ao mesmo tempo em que vivenciava a secular corrosão da produção açucareira, não deixava de se apresentar como um mercado urbano ainda promissor, sobretudo em função de uma relativa industrialização, mas principalmente porque continuava mantendo seu papel enquanto centro comercial de dimensão regional.⁴

Manter essa hegemonia regional era de crucial importância; o que, entre outras coisas, exigia um profundo processo de modernização

³ FREYRE, G. *Manifesto regionalista*, p.56-57, (ênfase minha).

⁴ SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*; PERRUCCI, G., BERNARDES, D. *O caranguejo e o viaduto*, In CEDEC, 1980.

de sua infra-estrutura urbana. A partir já da primeira década do século, a cidade vai experimentando sucessivas reformas que se dirigem aos mais variados aspectos. Todo esse processo irá, de certo modo, culminar na década dos 20. Seus contemporâneos foram quem mais fortemente sentiram o impacto destas transformações. Tanto mais se se considera que muitas destas mudanças tinham uma dimensão comportamental, implicando, por vezes, em fundas alterações nos hábitos sociais, nas tradicionais maneiras como as pessoas se relacionavam entre si e com a cidade. As reformas urbanas, em resumo, não deixavam de trazer em seu bojo uma reforma cultural.

Assim, a um só tempo, viu-se o universo intelectual do Recife ameaçado pelo que consideravam um imperialismo cultural do Centro Sul, pelas reformas urbanas que destruíam seus marcos e referências, e por uma nova sociabilidade que impunha padrões de comportamento igualmente novos. Foi contra essas ameaças que, das mais variadas maneiras, atingiam os elementos configuradores de uma identidade própria – na medida em que traziam um projeto cultural desenraizado – que se rebelaram os intelectuais do Recife. A tenacidade com que o fizeram variou muito. Como também variou o apego que manifestaram pela ambígua forma dos regionalistas.

Em posição simétrica à dos regionalistas, porém diametralmente oposta, estavam os seguidores do modernismo que despontava no Centro-Sul. Em torno da proeminente figura de Joaquim Inojosa, muitos intelectuais assimilaram, com ralos acréscimos e enriquecimentos, o projeto modernista. E, embora a existência de um grupo modernista tenha acendido um intenso, e por vezes acalorado debate, não acredito que se possa tomá-lo enquanto capaz de trazer uma contribuição significativa para uma mais adequada compreensão do dilema que revolvía os intestinos da sociedade recifense.

Para eles, modernistas, não havia vacilação. O caminho que levaria ao futuro de ininterrupto progresso era um apenas; e trilhá-lo significava romper em definitivo com as tradições presas a um ideal passadista.

Entre uns (regionalistas/tradicionalistas) e outros (modernistas), floresceu, contudo, um terceiro grupo que, possivelmente, foi o que melhor traduziu esta tensão. Refiro-me aos intelectuais, poetas, escritores, jornalistas, homens de letras, artistas gráficos, artistas plásticos, que giravam em torno da *Revista do Norte*. Não de todo infensos às mudanças de percepção que o *ser moderno* implicava, nem por isso deixaram de manifestar um sensível apego às tradições locais.

Ascenso Ferreira é bem representativo desse apego. Com sua fina sensibilidade para as manifestações próprias da cultura popular nordestina, o poeta pernambucano tornou-se um bardo a cantar (todos são unânimes em atestar o acentuado valor rítmico e oral de sua poesia) e a difundir o *catimbó*, as *cavalhadas*, os *reisados*, o *sertão*. Para Mário de Andrade, em artigo de 1927, comentando o recém lançado livro *Catimbó*, Ascenso Ferreira apresenta uma solução rítmica notabilíssima em variedade, ineditismo e acomodação – acomodando como ninguém a frase oral, o verso medido e o verso livre –, tornando esta obra num dos livros mais originais do modernismo brasileiro. Apesar disto, ou mesmo exatamente por isto, residiria na sua poesia uma tradição perigosa:

*Se pode falar que em Catimbó, tem uma ausência trágica de Brasil. Sob o ponto de vista social é um livro deletério, quintessenciando o regionalismo até o máximo outra vez e caindo num particularismo exclusivista quase bárbaro.*⁵

São palavras que precisamente no seu temor revelam, com suficiente clareza, o movediço terreno em que se moviam os produtores culturais articulados em torno da *Revista do Norte*. Não todos, porém, seriam igualmente perigosos e deletérios em sua poesia, para ficarmos nos termos de Mário de Andrade. Joaquim Cardozo, em particular, no meu entender, mais que qualquer outro intelectual de sua época, exprimiu a perplexidade diante de uma modernidade que se impunha com uma certa irreversibilidade, com todo o poder de sedução que o novo – diria

⁵ ANDRADE, Mário, apud FERREIRA, A. *Poemas: catimbó, cana caiana e xenhenhém*, p.19-20.

mesmo a novidade – traz, mas que, nem por isso, deixava de revelar sua fase destruidora. Destruidora de sociabilidade, destruidora de comportamentos, destruidora de valores, destruidora, enfim, de todas as referências que bem ou mal davam esteios a uma certa identidade.⁶

Sua produção cultural dos anos 20, especialmente sua poesia (mas também suas gravuras), por certo expressou toda essa conflituosa desconstrução/reconstrução de identidade. Todavia, muito longe estava de se prender a um saudosismo inconseqüente das peculiaridades regionais. Em Joaquim Cardozo, as tradições locais não seriam mais que o necessário contraponto à modernidade desterritorializante e desenraizadora.

Intelectual de variado talento, considerado por todos aqueles que desfrutaram do seu convívio como um homem de refinada cultura e vasta erudição, Joaquim Cardozo, no entanto, veio a falecer como um ilustríssimo desconhecido. Para isso certamente contribuiu, segundo registro de Carlos Drummond de Andrade, seu temperamento "inclinado à solidão" e seu "aparelho severo de pudor, timidez e auto-crítica".⁷

Foi precisamente esse complexo aparelho de auto-censura que fez com que sua produção poética viesse a ser seriamente restringida. Chegou a dizer não ser bem um poeta, mas sim ter uma vida cheia de hiatos de poesia – o que, por si só, já é uma imagem de rara poesia.⁸ Durante muito tempo conservou o hábito de não escrever suas poesias, elaborando-as mentalmente para, ocasionalmente, declamar aos amigos. Sua produção dos anos 20 sofreu sobretudo em função desse excessivo pudor e auto-crítica.

Não obstante, as poucas poesias desse período já deixam entrever uma preocupação em incorporar experimentos formais de expressão. Nos anos subseqüentes esse experimentalismo ganharia maior densidade e o poeta chegaria a incorporar elementos da Teoria da Relatividade e do

⁶ Minha percepção da importância de Joaquim Cardozo, bem como de sua produção cultural, deve-se muito aos trabalhos de DANTAS, Maria da Paz Ribeiro. *O mito e a ciência na poesia de Joaquim Cardozo*; e *Joaquim Cardozo: ensaio biográfico*; mas sobretudo ao estudo da Profª D'ANDREA, Moema Selma. *A cidade poética de Joaquim Cardozo*.

⁷ ANDRADE, Carlos Drummond. *Prefácio*, In CARDOZO, Joaquim. *Poemas*, p.8.

⁸ Apud DANTAS, Mª da Paz Ribeiro, *op. cit.*, p.25.

espaço de Minkosvski e Finsler na concepção de um poema – *Visão do Último Trem Subindo ao Céu* –; ou mesmo se veria na necessidade de acrescentar uma espécie de nota explicativa a outro poema – *Arquitetura Nascente e Permanente* – em que dizia:

Na impossibilidade de determinar uma sílaba ideal de grandeza constante para servir de medida aos versos deste poema, resolvi construí-los de maneira que a diferença das suas medidas fique contida no intervalo aberto: sete e meia sílabas – oito e meia sílabas.

Procurei ainda introduzir nestes versos algumas de minhas idéias sobre a rima; no texto aparecem assim rimas e zonas de rimas, toantes e consoantes, à direita e à esquerda, rimas antecipadas, rimas transitivas e reflexivas, rimas em diagonal, em composição triangular, etc.⁹

Seria essa personalidade, a um só tempo arrojada e poética, que melhor teria expresso, no tempo cultural, uma crítica à modernidade que sob múltiplas faces se impunha à cidade/sociedade do Recife.

Em 1925, Joaquim Cardozo publicou na *Revista do Norte* um poema – *As Alvarengas* –, em que a imagem da cidade está absolutamente distante de qualquer concepção tradicionalista. Longe de constituir um ambiente de conagraçamento e harmonia, a cidade para Joaquim Cardozo é o espaço da destruição, do caos. Nela, a vida moderna, em seu torvelinho, em seu movimento, tudo desfaz. Porém o poeta, avesso à menor aproximação com os apologistas de uma modernidade à la Marinetti, não deixa de registrar a "dor da Terra, o clamor das raízes" que acompanham essa paisagem moderna.

[..]

A cidade voragem

É o Moloch, é o abismo, é a caldeira...

Além, pelo ar distante e sobre as casas,

⁹ Para a referência à Teoria da Relatividade, etc., ver DANTAS, M^o P.R., *op. cit.*, p.40. Para a citação transcrita ver CARDOZO, Joaquim. *Poesias completas*, p.100.

*As chaminés fumegam e o vento alonga
 O passo de parafuso
 Das hélices de fumo;
 E lentas
 Vão seguindo, negras, jogando, cansadas;
 E seguindo-as também em curvas n'água propagadas,
 A dor da Terra, o clamor das raízes.¹⁰*

Em *Recife de Outubro* esta temática é retomada. Agora, porém, explicita mais seu efeito a paisagem urbana. Um efeito destruidor, desfigurador. Aqui fica mais claro o quanto era difícil para J. Cardozo assimilar uma modernidade que para se efetivar requeria, a seu ver, uma exagerada dose de redesenho urbanístico-arquitetônico.

*[...]
 Toda a cidade, eu vejo, está transfigurada:
 É um campo desolado, negro, enorme,
 Onde rasteja ainda
 O último rumor de uma batalha;
 E a massa negra dos edifícios,
 As torres agudas recortando o azul sombrio,
 Cadáveres revoltos, remexidos,
 Com os braços mutilados
 Erguidos para o céu.
 Ó minha triste e materna e noturna cidade
 Reflete na minha alma rude e armagurada
 O teu fervor católico, o teu destino, o teu
 [heroísmo].¹¹*

A bem da verdade, em 1924, já havia J. Cardozo publicado *Recife Morto* na Revista do Norte, cujo final exprime todo seu horror às mudanças urbanas.

¹⁰ *Ibid.*, p.4.

¹¹ CARDOZO, J., *op. cit.*, p.13-14.

[...]
 Recife,
 Ao clamor desta hora noturna e mágica,
 Vejo-te morto, mutilado, grande,
 Pregado à cruz das novas avenidas.
 E as mãos longas e verdes
 Da madrugada
 Te acariciam.¹²

Aqui, mais uma vez, o autor imerge a cidade num ambiente sombrio e soturno para daí tirar um efeito de desconforto e mal-estar.

Contudo, em *Tarde no Recife*, de 1925, chega mesmo a exprimir um certo otimismo e boa vontade para com a tumultuosa vida moderna que, a despeito de tudo, parecia poder conviver com os referenciais mais arraigados da sociedade local.

Tarde no Recife.
 Da ponte Maurício o céu e a cidade.
 Fachada verde do Café Maxime,
 Cais do Abacaxi. Gameleiras.
 Da torre do Telégrafo Ótico
 A voz colorida das bandeiras anuncia
 Que vapores entraram no horizonte.

Tanta gente apressada, tanta mulher bonita;
A tagarelice dos bondes e dos automóveis.
Um camelô gritando: – alerta!
Algazarra. Seis horas. Os sinos.

Recife romântico dos crepúsculos das pontes,
Dos longos crepúsculos que assistiram à passagem
[dos fidalgos holandeses,
Que assistem agora ao movimento das ruas
[tumultuosas,
Que assistirão mais tarde à passagem dos aviões

¹² *Ibid.*, p.18.

*[para as costas do Pacífico;
Recife romântico dos crepúsculos das pontes
E da beleza católica do rio.]*¹³

Essa imagem surpreendentemente idílica e harmoniosa entre o moderno e o tradicional é particularmente reveladora das dificuldades que tinha J. Cardozo em rejeitar o projeto modernizatório como um todo. Não se tratava, definitivamente, de um tradicionalista. Sua trajetória posterior, seja como poeta, ou dramaturgo, ou artista plástico, seja ainda como engenheiro, é bastante reveladora quanto a isto. Se, todavia, há algo de pungente em sua poesia dos anos 20, este algo está, exatamente, em sua capacidade de traduzir o sentimento de angústia, perplexidade, devoção, repulsa ... que perpassava toda uma sociedade.

Joaquim Cardozo produziu uma das mais belas e complexas poesias de seu tempo, precisamente porque em sua poesia estava resumida a enorme dificuldade em se encontrar um tempero, uma proporção na conjugação do novo com o velho, em que aquilo que os contemporâneos percebiam como sendo definidores de sua identidade não se desfizesse, não se desintegrasse.

É possível que isto não fosse mais que uma utopia irrealizável. Todavia, foi em torno dessa imprecisa e inalcançável identidade moderna que girou a produção cultural do Recife nos anos 20.

¹³ CARDOZO, J., *op. cit.*, p.6-7.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Carlos Drumond. Prefácio. In: CARDOZO, Joaquim. **Poemas**. Rio de Janeiro: Agir, 1947.
- CARDOZO, Joaquim. **Poesias completas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- D'ANDREA, Moema Selma. **A cidade poética de Joaquim Cardozo**: elegia de uma modernidade. Campinas, 1993. Tese (Doutorado) – UNICAMP.
- DANTAS, Maria da Paz Ribeiro. **Joaquim Cardozo**: ensaio biográfico. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1985.
- _____. **O mito e a ciência na poesia de Joaquim Cardozo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, Recife: FUNDARPE, 1985.
- FABRIS, Annateresa. **Modernidade e vanguarda**: o caso brasileiro.
- FERREIRA, A. **Poemas**: catimbó, cana caiana e xenhenhém.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 6.ed. Recife: IJNPS, 1976.
- PERRUCCI, Gadiel, BERNARDES, Denis. O caranguejo e o viaduto. **CEDEC**, São Paulo, 1980.
- SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.
- SUSSEKIND, Flora. Cenas de fundação. In: FABRIS, Annateresa. (Org.). **Modernidade e modernismo no Brasil**. Campinas: Mercado de Letras, 1994.

AS VOZES DA CIDADE: Mário Sette e a modernização do Recife no início do século XX

Raimundo Pereira Alencar Arrais
Prof. Depto. de História da UFRN

Quando, em 1948, publicou *Arruar: história pitoresca do Recife Antigo*, Mário Sette era um homem entrado na velhice e um escritor reconhecido. Nascido em 1886, no Recife, somente a partir do romance *Senhora de engenho*, de 1921, apresentou qualidades mais apuradas de escritor e ficcionista, que atingiriam o ponto máximo no livro de 1948. *Arruar...*, com efeito, figura como o ponto culminante de uma trajetória intelectual marcada por uma singularidade: a lenta conquista de uma escrita, exercitada em artigos de jornal, novelas, romances, crônicas e ensaios de natureza histórica, toda ela tematizando o Recife, se realiza concomitantemente ao movimento que se operava nas bases da cidade, convertendo-a em metrópole regional subdesenvolvida.¹ Suporte histórico e cultural que permite compreender a obra de Mário Sette, a cidade do Recife é também o objeto, nas suas pulsões e tensões mais íntimas, do conhecimento do escritor.

Entre as décadas de quarenta e cinquenta, o Recife, e toda a área que gravitava sob sua influência, será palco de um drama social que imprimirá uma marca crítica na consciência de muitos intelectuais, levando-os, em obras de caráter sociológico, histórico, geográfico e literário, a revolver as misérias que ulceravam a capital e sua região, trazendo à superfície seus fundamentos econômicos e sociais, dissecando as estruturas políticas, perseguindo suas raízes históricas.²

¹ MELO, Mário Lacerda de. *Metropolização e subdesenvolvimento: o caso do Recife*; ANDRADE, Manuel Correia de. *Recife: problemática de uma metrópole de uma região subdesenvolvida*; PERRUCCI, Gadiel. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930*.

² É o caso, para nos determos no mais evidente, de Josué de Castro, com *A cidade do Recife: ensaio de geografia humana*, 1954; João Cabral de Mello Neto publicou entre 1950 e 1955: *O cão sem*

Embora tenha presenciado a gestação dessa metrópole subdesenvolvida, e tenha contado entre seus mais expressivos intelectuais, Mário Sette, tematizando o Recife, não o fez a partir de um caminho crítico, através da observação, por exemplo, das estruturas sociais de exploração, da miséria que se acumulava progressivamente na cidade. Embora tenha realizado um mergulho no passado do Recife, não foi motivado por um impulso crítico, atendendo, diferentemente, a outros imperativos, que se revelaram com mais transparência, em *Arruar...*, livro superior em sua bibliografia, pela abrangência da pesquisa que exigiu, pelas dimensões do tema – quatro séculos de transformações da vida material e cultural do Recife – pela força evocadora de um estilo expressivo, perpassado por um intimismo pungente.³

Diferentemente de seus outros livros de crônicas históricas da cidade, como *Terra pernambucana*, *Maxambombas e maracatus*, *Anquinhas e bernardas*, compartimentados em temas ou episódios, *Arruar...* está organizado em núcleos como transportes, moda, mobiliário, saneamento, no interior dos quais o escritor faz manifestar-se a força transformadora que alcança todos os aspectos da vida do Recife e que constituem os vários níveis da evolução histórica da cidade. Esses temas são desenvolvidos em *Arruar...* segundo uma particularidade: participam de um sentido de movimento que percorre todo o livro e afetam mesmo a distribuição da matéria ao longo de suas páginas. Assim, as primeiras páginas que tratam do início do estabelecimento da vila do Recife compõem uma zona rarefeita, reconstituída na rapidez de uma pena que acaba fixando um quadro panorâmico que contrasta com o século XIX, quando despertam as forças transformadoras da cidade: aí Mário Sette reconstitui com maior nitidez, pormenorizando as descrições e reafirmando o que toda sua obra procura demonstrar: que o progresso se faz sentir num arranco que se dissemina por todos os âmbitos da sociedade, e não apenas na economia ou nas formações políticas. Dessa forma, no

plumas: o rio ou a relação da viagem que faz o Capibaribe de sua nascente à cidade do Recife. *Morte e vida severina* foi escrito entre 1954 e 1955.

³ Destacamos, na bibliografia de Mário Sette, além de *Arruar...*: *Senhora de engenho*, *Maxambombas e maracatus*, *Anquinhas e bernardas*, *Seu Candinho da farmácia*.

período entre o início do século XIX até os primeiros anos do século XX se concentra o verdadeiro interesse de *Arruar...*

Há uma orientação que percorre toda a produção de Mário Sette e que pode ser sintetizada na convicção de que são os meios de transporte que incutem em cada época um ritmo diferenciado, assinalando não apenas um certo estágio de desenvolvimento técnico, mas também influenciando fortemente mudanças de comportamentos, valores e gostos dos habitantes da cidade. Já nos títulos de suas obras ele reconheceu essa influência condutora. Três títulos, dos mais significativos, o sugerem: se *arruar*, como dão os dicionários, indica o ato de percorrer vagarosamente as ruas da cidade, o *palanquim* e também a *maxambomba*, assinalam cadências próprias de épocas históricas específicas da cidade. Concorre nesse sentido o título de um competente ensaio publicado em 1943: *Transportes do Recife*. Mais do que um gosto pessoal, essa predileção estampada nos títulos indicadores de movimento aponta para a percepção – assentada nas evidências que, se uma história urbana ainda não deu o devido tratamento sistemático, salta aos olhos do leitor de jornais do século XIX – de que os meios de transporte produzem as grandes pulsões transformadoras da cidade, estimulam sua ampliação física, intensificando os contatos mundanos, dinamizando a vida social, alterando os costumes.

De fato, o *palanquim*, ou *cadeirinha de arruar*, meios de transporte que vigoram na primeira metade do século XIX, conduzidos por parselhas de negros, propiciaram – Mário Sette o sublinha – o desafogo das mulheres dos sobrados patriarcais e sua primeira incursão nos espaços públicos, sedentas em aplicar os olhos para absorver um mundo ao qual sua presença estaria, a partir daí, indissolúvelmente ligada. Já a *maxambomba*, o trenzinho que ligava os bairros centrais do Recife aos arrabaldes e a Olinda, desde 1867, e o bonde de tração animal, inaugurado em 1871, assinalam uma nova fase de progresso na capital da província. Esses novos meios de transporte produzem uma nova geografia da cidade, que historiadores, geógrafos e arquitetos demonstraram⁴, mas também, conforme sugeriu Mário Sette, particularmente em *Arruar...*

⁴ Ver, por exemplo, ZANCHETTI, Silvio M. *O Estado e a cidade do Recife (1836-1889)*.

configuram um novo mapa na memória dos indivíduos, delimitando zonas de afetividade nas quais será erguida uma cidade a que Mário Sette e seus contemporâneos, escrevendo entre 1930 e 1960, deram o nome de *Recife Antigo*. De que material eles – e especialmente Mário Sette – edificaram essa cidade?⁵

A cidade na memória

Uma cidade é algo mais que arcações de tijolo, pedra, madeira e cal. É constituída de um conjunto de significados que sobre seus espaços, recantos, logradouros, acidentes geográficos, abrigos, os indivíduos elaboram na faina diária, nos festejos, no descanso, nos exercícios amorosos. Os indivíduos se apropriam desses espaços, dotando-os de significados, de valor íntimo, de experiências, criando *lugares*, plenos de carga subjetiva e marcas do vivido. Um momento significativo dessa apropriação está nos atos cerimoniais, nas dramatizações que demarcam os lugares e proporcionam uma “visibilidade”, forjada não nas circunscrições físicas, mas na relatividade das percepções coletivas: os traços a tinta que esquadrinham as cartas urbanas são redefinidos a partir de atos culturais coletivos que impõem outras marcas e atribuem outros significados.⁶

São esses traços da cultura coletiva, que se imprimem na extensão da cidade, que podemos perseguir em *Arruar...*, destacando-se, pela densidade e pela força coletiva que exibem, aqueles integrados pelos cortejos religiosos. Desde o início da colonização as procissões figuram como a grande celebração através da qual a população das vilas e cidades rendia homenagens ao poder temporal e reafirmava os laços de pertencimento à coletividade católica. Através delas celebrava-se o nascimento de um membro real, nelas se externava a fé, se dirigia o clamor às potências divinas diante das calamidades, se traduziam a devoção aos santos protetores da cidade e aos patronos de ofícios. Toda a coleti-

⁵ Outros evocadores desse Recife antigo foram PIO, Fernando. *Meu Recife de outrora: crônicas do Recife Antigo*, 1935; WANDERLEY, Eustórgio. *Tipos populares do Recife Antigo*.

⁶ Para as noções de lugar e visibilidade ver TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar*, p. 179-197.

vidade se fazia representar nesses cortejos, demonstração teatralizada da fé e ao mesmo tempo expansão festiva.⁷

Notável espetáculo de comunhão e expressão coletiva, as procissões contribuíram fortemente para suscitar a permanência dos lugares da cidade na memória de seus moradores. Elas traçavam, sobre o arruado da cidade, outras cartografias, ricas de significados, depositados nos lugares ricos de sentidos, na memória dos moradores. Em mais de uma página de Mário Sette, o trajeto da procissão é rastreado por um outro cortejo, o cortejo da memória. As luzes das angélicas bruxuleando e pontilhando na noite, o deslocamento vagaroso da massa dos fiéis, no percurso pontuado pelas igrejas, cruzando pontes, ruas, transpondo os arcos - esses atos cheios de fé e de partilha iam fixando os caminhos do vagaroso cortejo da memória emotiva. Nos anos 30, uma moradora da cidade, personagem de romance de Mário Sette, recordava a Procissão do Encerro, realçando na descrição as demarcações visuais que configuravam uma cartografia que a rememoração fazia emergir:

...eu ia mais minha vó Tudinha esperar no Arco de Santo Antonio, bem no pé da ponte. E era bonito mesmo quando se avistavam de longe, pela rua da Cadeia, aquelas feiras de luzezinhas se mexendo, se mexendo...(...). Depois a gente ia pelo Cais do Ramos atalhar na Camboa do Carmo. No outro dia, na sexta-feira, às duas horas eu já estava no Largo do Corpo Santo; vovó Tudinha gostava de ver a procissão recolher. Na rua da Cadeia não cabia um alfinete; custava romper o povo.⁸

Da mesma forma que as imagens, as sonoridades próprias que se produziam no interior desses espetáculos facultam, através da constituição de um mapa sonoro, o reconhecimento dos caminhos da cidade, permitindo, essas duas formas de comunicação, na proximidade dos indivíduos aglomerados, partilhando de sentimentos semelhantes, o reco-

⁷ PRIORY, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil colonial*; ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. *Festas: máscaras do tempo* (Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife).

⁸ SETTE, Mário. *Seu Candinho da farmácia*, p. 126.

nhecimento de uma unidade de comunidade dentro do espaço da cidade. Segundo a mesma personagem:

*Pelo som dos sinos adivinhava-se por onde o cortejo vinha atravessando. Primeiro, o Carmo, era a saída; depois a matriz de Santo Antonio...Depois São Francisco...Madre de Deus... e por fim o Corpo Santo dobrava, dobrava, de cortar o coração...Bonito mesmo!*⁹

Os sinos, com efeito, encontravam-se entranhados na vida da cidade, numa íntima comunicação com os misteres cotidianos, dando horas, convocando para a missa, localizando incêndios, instituindo enfim ritmos eivados de um sentido religioso.¹⁰

Presença fundante nos nossos primeiros assentamentos coloniais, a igreja católica se perpetuara de inúmeras formas na vida da cidade, inclusive no ordenamento espacial dos moradores: a demarcação física do Recife foi estabelecida a partir dos templos católicos, cujos santos mantinham sob proteção as freguesias que haviam nascido em seu entorno. As matrizes e os arcos, como o da Conceição e o do Bom Jesus, fixados nos extremos de uma das pontes que ligavam o bairro do Recife ao Santo Antônio, revestiam os antigos marcos administrativos de um sentido religioso de ampla significação para a comunidade: eram os arcos objeto do festejo de grandes festejos da cidade, quando se celebravam, com fé e expansão lúdica, os santos protetores das localidades, em grandes mobilizações fomentadas por laços de vizinhança, ofícios, devoções, que Mário Sette apontou em várias passagens de seus livros. Por ocasião das festividades de Santo Antônio suprimia-se o trânsito, enfeitava-se o arco com bandeirolas e folhagens e a imagem do santo era iluminada a velas e envolvida em flores. Armava-se, ainda, um coreto para as bandas. O mesmo se dava na Festa da Conceição.¹¹

⁹ *Ibid.*

¹⁰ "Por que as igrejas dão alarma em incêndios?" *Revista do Instituto Arqueológico, histórico e Geográfico de Pernambuco*, v. 27, 1926-1926, n. 127-130, p. 328-330.

¹¹ Ver, por exemplo, *Maxambombas e maracatus*, p. 145-148.

Arcos, pontes, velhas ruas, becos tortuosos, largos e praças des-pontavam nas mais absorventes celebrações coletivas, seja nas procissões, seja no cortejo dos clubes carnavalescos, os quais herdarão delas a capacidade de agregar toda a força lúdica dos moradores do Recife. No bairro de São José, uma das áreas da cidade em que mais se preservaram estreitas relações de vizinhanças, o Clube Vassourinhas se anuncia súbito num toque vibrante de clarim, arrastando as massas, que, em correrias cegas, guiadas pelos metais da orquestra, buscam doidamente orientar-se nas ruas. Veja-se essa passagem de um romance de Mário Sette, cotejando-a com a passagem anterior sobre as procissões:

O frevo! Um imperativo de loucura, um contágio de desatinos, uma coceira de alegria. Ninguém mais se continha, ninguém mais se governava. Todas as imediações do bairro atravessado pelo buliçoso cordão carnavalesco vibravam ao zumbido fortíssimo do contentamento. Nas ruas mais afastadas o povo parava, ouvia os acordes ásperos da orquestra, orientava-se, e disparava de novo, entreavisando-se:

– Vem pelo patio do Terço, minha gente!

– Eu vou atalhar no Livramento.

(...)

Num momento, a rua Direta, vesga e acanhada, enchera-se de ponta a ponta. Uma revista de caras humanas pelas estreitas calçadas, sobrando ainda pelas janelas, varandas e telhados. E toca ainda a esguichar gente das travessas e dos becos; o do Serigado golfava curiosos e foliões como uma máquina de fabricar pipocas. A coisa já fervia para os lados do Terço de onde vinha o Vassourinhas com o peso do entusiasmo de admiradores e adesistas.¹²

Procissões e cortejos carnavalescos, pelo que suscitam de expressão plástica, sonoridades e marcantes movimentos corporais, conferem “visibilidade” à cidade, fazendo-a cintilar na memória dos moradores. Prenhes de experiências compartilhadas, são percorridas,

¹² SETTE, Mário. *Seu Candinho da farmácia*, p. 45.

ambas, pelas vozes cuja familiaridade Mário Sette destacou em várias ocasiões, como as bandas de música, que propiciaram a irrupção de duas das maiores expressões culturais do Recife, carregadas de conotações sociais: uma dança, aparentada com a capoeira – o *passo* – e um ritmo, resultado da contribuição do dobrado marcial – o *frevo*.¹³

Recordar os sons familiares que a cidade produzia, na festa, no luto, no trabalho do cotidiano, como os sons do apito da maxambomba e do tropel dos bondes de burro, cujos significados se expandem para domínios além da simples impressão auditiva, significa, para Mário Sette, reaproximar-se, pela rememoração das relações de convivência, do acolhimento e conforto oferecido pelo *Recife antigo*.

A cidade destruída

Segundo Mário Sette o século XX teria aberto, para o Recife, uma época em que palavras como *História*, *tradição* e *pitoresco*, com que encheria sua produção intelectual, importariam pouco. Se até a entrada da segunda metade do século XIX, com efeito, o progresso da cidade, como ele sugere em diversas passagens de *Arruar...*, se fizera por acréscimos, por inovações que a cidade foi capaz de absorver sem modificação de suas feições mais originais, o século XX representou a ruína da cidade. Nada se comparou, de fato, com a devastação impiedosa que viria, na entrada do século XX, junto com o arranco modernizador, alterar profundamente o espaço físico do Recife.¹⁴

Sob efeito da modernização, que obcecou as camadas urbanas na entrada do século, com os imperativos do tráfego e da circulação e da higienização que a acompanharam, a cidade conheceu a mais vigorosa febre demolidora de sua história: monumentos foram abaixo, sobrados coloniais ruíram e foi pulverizada, conforme se empenham em demonstrar as páginas de Mário Sette, uma multiplicidade de experiências hu-

¹³ ARRAIS, Raimundo. *Recife: cultura, confrontos, identidades* (A participação das camadas urbanas na campanha salvacionista de 1911), cap. 2.

¹⁴ LUBAMBO, Cátia Wanderley. *O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*; MOREIRA, Fernando Diniz. *A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)*.

manas, numa violência que, sob efeito das obras reformadoras, transpôs a matéria das edificações e incidiu sobre o recato e a intimidade das casas, desabrigoando os indivíduos, desfazendo laços íntimos urdidos no calor de seus interiores. Sob o impacto desse campo de destruição em que foi convertida a cidade, torna-se evidente o ponto de vista do autor, o lugar de onde escreve o texto comemorativo. O autor se encontrava no interior do mundo destruído, reconstruindo essa destruição numa página elegíaca. É, com efeito, da perspectiva interior que Mário Sette acompanha o sacrifício da cidade, descrevendo-o não apenas como a devastação da matéria, mas igualmente como a dissolução das experiências humanas mais íntimas que a cidade abrigava:

*...tudo, tudo se deslocava enquanto as picaretas golpeavam e os tetos se abatiam. Os esqueletos dos prédios meio derrubados equilibravam-se, e devassavam-se interiores impudicamente: paredes com restos de pintura a óleo, outras de simples caiação; salas de visitas, alcovas, corredores, banheiros, cozinhas, mirantes, sotéias... E quantas histórias nesses interiores através de quatro centúrias!.. Paixões, cobiças, amores, pecados, vagidos de nascituros e suspiros de moribundos, noites nupciais, lágrimas de separação, sustos de revoltas, conspirações de liberdade, escondimento de escravos, júbilo de festas públicas e íntimas...*¹⁵

A modernização representou, para Mário Sette, uma operação de guerra sem trégua nem princípios dirigida contra a velha cidade. Por onde passava ia deixando, sobre a carcaça da cidade vencida, o rastro da vitória. Seu triunfo mais notável foi celebrado em duas largas avenidas adornadas pelo ecletismo dos novos edifícios, irradiando do porto em direção às pontes que ligavam o bairro do Recife ao de Santo Antônio, abertas sobre a calçada de inúmeras edificações coloniais, ruas, becos e mesmo da Matriz do Corpo Santo, associada às origens mais remotas da cidade, onde tradicionalmente os cortejos religiosos vinham depositar os relicários na procissão do Encerro. Tudo isso estava reduzido a escom-

¹⁵ SETTE, Mário. *Arruar*: história pitoresca do Recife Antigo, p. 55.

bro de que se serviam as revistas elegantes da época para exhibir, em fotografias com as molduras enramadas do *art-nouveau*, a vitória do Progresso sobre o atraso e o passado, o triunfo de um *Recife Novo* sobre um *Recife Velho*.

Do solo engrossado com os detritos da pedra, do azulejo, da cal e do madeirame dos velhos sobradões, brotava agora uma nova cidade, erguida na frieza do ferro, na impessoalidade dos metais, suprimindo os sinais evocativos da antiga cidade: “Ao longo do velho cais aterram-se outros trechos para nêles surgirem em breve os arcabouços metálicos dos armazéns. E começa a desaparecer muita coisa aos olhos dos recifenses...”¹⁶

Desapareciam também os sons que comunicavam aos moradores as experiências coletivas compartilhadas, como os sinos e o órgão da Matriz do Corpo Santo, emudecidos na demolição da igreja. Na pena de Mário Sette, a última procissão do Encerro se converte num silencioso ritual de adeus, no qual os olhos se apegam aos detalhes como para imprimir-los na memória, entregues ao esforço para salvar algo da supressão completa. A dor que os assistentes exprimem com a destruição do Corpo Santo é a dor que se experimenta em face de um condenado familiar:

*Durante o dia não cessam as visitas de adeus. À tarde, o sermão de despedidas, antes do Senhor dos passos partir. Há quem chore, há quem soluce. Olhos fitam com uma expressão de saudade as talhas dos altares, as lajes do piso, os retábulos do fôrro, o arrendado das tribunas, os recantos dos nichos, os florões das sanefas, a moldura da capela-mor. A procissão vai descendo os degraus externos. E que lindos degraus! Mãos acariciam a balaustrada de mármore como se acaricia um rosto de quem vai morrer.*¹⁷

Não são apenas as vozes do Corpo Santo que o autor procura fixar, um instante antes do desaparecimento. Também os ruídos dos bondes de burro:

¹⁶ SETTE, Mário, *op. cit.*, p. 78.

¹⁷ *Ibid.*, p. 233.

Ouvia-se, para nunca mais, o estrépito, tão familiar aos recifenses, das patas dos burros no calçamento das ruas. E o estalido dos chicotes dos boleiros, quase sempre acompanhados de exortações ou ameaças:

*– Anda, burra! Corre, diabo!....*¹⁸

A onda modernizadora abafa todas as vozes, ao mesmo tempo em que apaga uma paisagem de sugestões sonoras e visuais:

*Em 1916 correram bondes elétricos para Várzea e Casa Amarela; em 1917 para Dois Irmãos. Deixaram de apitar por essas estradas as máquinas e de sacolejar nos trilhos os vagões. Saíram da paisagem da cidade as maxambombas.*¹⁹

Daí para frente um longo silêncio vai recobrimdo tudo. Golpeada ferozmente a tradição, rompiam-se os fios que asseguravam a continuidade do conhecimento e da comunicação no interior da comunidade²⁰: “Pouco a pouco desaparecia aos olhos não um bairro, mas um cenário de milhares de criaturas no seu presente e no seu passado.” Da mesma forma,

*A capelinha ao alto já não falava aos fiéis. O Bairro do Recife, aquela ‘outra banda’ dos velhos habitantes de Santo Antônio e da Boa Vista, iria ser outro; as gerações mais novas, de fracas impressões de retentiva, dali a tempos não saberia (sic) mais como aquilo fôra.*²¹

O possível reencontro

Contudo, a cidade antiga lateja, fragmentada, oprimida sob os modernos arruamentos, e *Arruar...*, exercício laborioso em que o escri-

¹⁸ SETTE, Mário, *op. cit.*, p. 103.

¹⁹ *Ibid.*, p. 113.

²⁰ BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos.*

²¹ SETTE, Mário, *op. cit.*, p. 55.

tor sexagenário aplicou todo seu tirocínio e no qual crepita a chama da subjetividade, nos ensina como despertá-la. Podemos reconstruir essa cidade a partir dos fragmentos às vezes tão pequenos que a destruição não conseguiu atingir. Foi nesses fragmentos e nessas frinchas que a memória se refugiou: um velho azulejo, um pedaço de trilho de bonde mal sepulto no asfalto, um lampião apagado numa rua agora iluminada a eletricidade. Por essa razão, na vertigem do cotidiano, no imediatismo da vida regulada pelo frenesi da metrópole, depois de percorrer dezenas, centenas, de vezes os mesmos lugares, sucede ao caminhante urbano a revelação, o encontro súbito com um traço familiar da fisionomia antiga da cidade. Desse modo,

*como que experimentamos uma sensação que foge à banalidade de um mero conhecimento para se expressar penetrante e emotiva em uma particularíssima afinidade com os seus recantos menos ostensivos.*²²

O ato de *arruar* é a busca vagarosa, realizada no percurso do caminhante pelas ruas, numa cadência mais propícia à rememoração, à contramão do ritmo acelerado da metrópole, com os sentidos atentos para surpreender a respiração da cidade do passado; é também o empenho laborioso de buscar os vestígios da vida que se extinguiu, compulsando velhos jornais, crônicas do tempo antigo, contemplando retratos amarelados, à cata de sinais das vidas que se extinguíram e que nos precederam. A busca, enfim, de tudo que possa compor essa linha de continuidade que nos liga aos antigos, restabelecendo a comunhão com as vozes do passado.

Esse trabalho íntimo de tocar e despertar os seres e as coisas extintas, e com elas confabular, numa prosa familiar, doméstica, se liga talvez à precisão vocabular que Mário Sette exhibe em *Arruar...*, ao nomear, invocando, com conhecimento íntimo, objetos, móveis, debruns, utensílios cotidianos, objetos que compunham a vida familiar do Recife

²² *Ibid.*, p. 56.

Antigo: os objetos biográficos, embebidos de experiências partilhadas.²³ O vocabulário de *Arruar...*, aliás, tanto quanto o ritmo, é de tal modo aderente ao universo do *Recife Antigo* que o autor achou por bem juntar um glossário à segunda edição do livro, para melhor entendimento dos leitores das gerações mais novas.

Não só os objetos de convivência íntima ressumam todos a esse *Recife Antigo*. Leia-se *Senhora de engenho, Os Azevedo do Poço, Seu Candinho da Farmácia*, para se convencer de que nas melhores páginas de Mário Sette a história da cidade parece se converter numa história familiar que teve seu contorno mais definido em *Arruar...* Poderíamos mesmo sugerir que *Arruar...* foi o melhor resultado de um programa intelectual através da qual Mário Sette, esse “coração” (imagem singela adotada por ele para acentuar a força da subjetividade e os laços afetivos que uniam sua obra e sua vida afetiva) aliou um impulso abertamente subjetivo a um zelo documental, no propósito de reconstruir um tempo *familiar* do Recife, refazendo, pela escrita, as relações dissolvidas na aglomeração humana da metrópole regional.

O trabalho de evocação de uma cidade que irrompe das frestas e das zonas escuras que escaparam às transformações modernas, traz, para Mário Sette, a revelação que ela nos comunica, de que aquela “impregnação tôda peculiar, com um aroma pessoal, que os anos não destroem”, pode se sobrepôr, pelo trabalho da memória, à metrópole regional, subdesenvolvida, degradada, estranhável, fundindo fragmentos e imagens de um *Recife Antigo* que vai medrando, obstinadamente, por dentro do Recife percorrido pelo caminhante.

Arruar... designa, assim, em Mário Sette, não o empreendimento dos planejadores que abrem vias, erguem novas cidades sobre a carcaça de outras, mas precisamente o contrário, o reerguimento de cidades soterradas sob o pó que os engenheiros deixaram: a remoção das camadas que recobrem a cidade antiga. *Arruar...* é justamente o exercício de viver e caminhar permanentemente entre uma cidade real e fragmentos de cidades que cintilam na memória.

²³ BOSI, Ecléa, *op. cit.*, p. 441-442.

O Recife que Mário Sette ergue em *Arruar...* – com maestria e paixão, aplicando um método que, mercê de uma acurada pesquisa e de um estilo possante, permitiu-lhe abarcar ricos aspectos da vida e da vivência da cidade, que até então haviam despertado pouco interesse nos historiadores – tem aquela propriedade de Zaíra, a cidade que o viajante Marco Pólo sabia inútil relatar através das medidas, da descrição das ruas, das escadas, da movimentação das pessoas, uma vez que

*A cidade se embebe como uma esponja dessa onda que re-flui das recordações e se dilata. Uma descrição de Zaira como é atualmente deveria conter todo o passado de Zaira. Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.*²⁴

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Recife**: problemática de uma metrópole de uma região subdesenvolvida. Recife: Ed. Universitária, 1979.
- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **Festas: máscaras do tempo**: entrudo, mascarada e frevo no Carnaval do Recife. Recife, 1992. Dissertação (Mestrado) UFPE.
- ARRAIS, Raimundo P. Alencar. **Recife: cultura, confrontos, identidades**: a participação das camadas urbanas na Campanha salvacionista de 1911. Recife, 1995. Dissertação (Mestrado) UFPE.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTRO, Josué de. **A cidade do Recife**: ensaio de geografia humana. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1954.

²⁴ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*, p. 14-15.

- LUBAMBO, Cátia W. **O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero**. Recife: CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.
- MELO, Mário Lacerda de. **Metropolização e subdesenvolvimento**. Recife: UFPe., 1978.
- MELO NETO, João Cabral de. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- MOREIRA, Fernando Diniz. **A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)**. Recife, 1994. Dissertação (Mestrado) UFPE.
- PERRUCCI, Gadiel, BERNARDES, Denis. O caranguejo e o viaduto. In: **Urbanização, poder e políticas públicas no Nordeste**. Recife: UFPe., PIMES, 1990, mimeo.
- POR QUE as igrejas dão alarme em incêndios? **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco**, v. 27, n. 127-130, p.328-330, 1925/1926.
- PRIORY, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SETTE, Mário. **Anquinhas e bernardas**. São Paulo: Martins, 1940.
- _____. **Arruar: história pitoresca do Recife Antigo**. 3. ed. Recife: Secretaria da Educação e Cultura, 1978.
- _____. **Maxambombas e maracatus**. 4. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981.
- _____. **Senhora de engenho**. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s/d.] (1ª ed. 1921).
- _____. **Seu Candinho da farmácia**. 2. ed. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 1984.
- _____. Transportes do Recife. **Arquivos**, Recife, ano 2, dez. 1943.
- _____. **Memórias íntimas: caminhos de um coração**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1980.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**. São Paulo: Difel, 1983.
- ZANCHETTI, Silvio M. **O Estado e a cidade do Recife (1836-1889)**. São Paulo, 1989. Tese (Doutoramento) USP.

A GUERRA DE TRÓIA VISTA SOB UM NOVO ÂNGULO

Milena Larissa Varella de Azevedo

Graduanda do curso de História - UFRN

Orientador: Prof. Francisco Fernandes Marinho - UFRN

INTRODUÇÃO

Como todos sabem, a Guerra de Tróia sempre foi algo muito comentado, seja pelo nome de seus principais heróis – Aquiles, Ulisses, Páris –, por Helena – mulher que teria sido o pivô da guerra –, ou pelas expressões “presente de grego” e “não se pode agradar a gregos e troianos”. Muitas pessoas vêem essa guerra como algo fantasioso, mitológico, porém, ainda falta uma pesquisa um pouco mais aprofundada sobre o assunto, para que as nossas dúvidas a seu respeito sejam totalmente esclarecidas. O trabalho realizado pelo Professor Manfred Körfmann¹, em Hissarlik², é muito interessante. Baseado nas suas recentes descobertas arqueológicas, vamos tentar desvendar o mistério que ronda a guerra de Tróia; teria sido uma lenda ou realmente ocorreu?.

A antiga cidade de Tróia ficava no local onde hoje se encontra a Colina de Hissarlik³, entre os rios Escamandro e Dumbrek-Su (antigo Simois), próximo ao Estreito de Dardanelos. Por muito tempo, a idéia de que Tróia estava situada na cidadela de Bunarbaschi foi a mais aceita entre os pesquisadores⁴, mas Charles MacLaren⁵ e Eckenbrecher⁶ já no-

¹ Catedrático em Pré-História e História Antiga da Universidade de Tübingen (Alemanha), que trabalha com questões relacionadas a Tróia.

² Noroeste da Turquia.

³ Nome dado pelos turcos à parte extrema da crista de Tróia, onde existiam muralhas arruinadas que a cobriam, fazendo com que se assemelhasse a uma hissarlik, “fortaleza”.

⁴ Entre eles estavam Lechevalier, Rennel, P.W. Forchhammer, Mauduit, Welcker, Texier, Choiseul-Gouffier e M.G. Nicolaidis apud SCHLIEMANN, *Ítaca, o Peloponeso e Tróia*, p.144.

⁵ Dissertation on the Topography of the Trojan War, Edinburgh, 1822 apud SCHLIEMANN, obra e página supra citadas.

tavam que não era aquele o local, e apontavam para Hissarlik. Porém, foi Heinrich Schliemann⁷ (por insistência de Frank Calvert⁸) quem tentou esclarecer as dúvidas quanto ao local exato, sempre se baseando na *Iliada* e na *Odisséia* para fazer observações e escavações. Schliemann teve uma grande companhia quando estava quase no fim das escavações em Hissarlik, o também arqueólogo, Wilhelm Dörpfeld, que continuou escavando após a sua morte⁹. Outros pesquisadores e expedições continuaram insistindo em tirar respostas de Hissarlik, como foi o caso da Expedição Arqueológica de Cincinnati¹⁰ (da qual fazia parte o arqueólogo Carl Blegen) e de várias expedições alemãs, destacando o professor Manfred Körffmann que pesquisa sobre Tróia desde 1981.

1. UMA NOVA VISÃO SOBRE A GUERRA DE TRÓIA

Para uma melhor compressão dessa nova visão sobre a Guerra de Tróia, deparamo-nos com três questões:

A - O rapto de Helena por Páris foi o único motivo da guerra de Tróia?

Essa pergunta exige que se faça uma distinção entre as versões lendária e historiográfica.

1 - Versão lendária:

Essa versão nos remete a questão de *Hesíone*¹¹, filha de Laomedonte (pai de Príamo), morto por Hércules. Hércules levou Hesíone con-

⁶ Museu do Reno, N.F. ano 2, pág.1 e sgs. apud SCHLIEMANN, obra e página supra citadas.

⁷ Milionário apaixonado pela *Iliada* e pela *Odisséia*, tornou-se arqueólogo pela determinação de encontrar o exato local da antiga Tróia de Príamo; seguindo à risca os versos de Homero.

⁸ Homem rico, proprietário de uma parte da colina de Hissarlik e que gostava de fazer escavações.

⁹ Realizou duas importantes campanhas, uma em 1893 e a outra em 1894.

¹⁰ Expedição norteamericana dirigida pelo Professor William T. Semple, durante os anos de 1932 a 1938.

¹¹ SCHWAB, Gustav. *As mais belas histórias da antiguidade clássica: os mitos da Grécia e de Roma*, v.2, p. 17.

Príamo, agora rei de Tróia, não se conformando em ter uma irmã escrava, queria que ela voltasse para a sua terra. Organizou uma expedição para ir à Grécia (Esparta, especificamente) com o objetivo de trazer Hesíone de volta; convocou seu filho, Páris, para ser o responsável pela empreitada. Quando Páris chegou em Esparta, não encontrou o rei, Menelau, mas sua esposa, Helena, que estava governando sozinha por motivo de uma viagem de Menelau. Afrodite (a mais bela das deusas), cumprindo a sua promessa a Páris¹², fez com que ele se apaixonasse por Helena e seduzisse a mesma, fazendo com que ela aceitasse fugir com ele para Tróia. Quando Menelau volta e sabe do ocorrido, vai tomar satisfações com Príamo; este por sua vez, disse que só devolveria Helena se Hesíone fosse trazida de volta a Tróia. Acontece que Páris disse que mesmo que Hesíone voltasse, ele não devolveria Helena. Menelau procura os antigos pretendentes de Helena e se prepara para fazer a guerra contra Tróia¹³.

2 - Versão historiográfica:

A versão historiográfica levantada por pesquisadores e estudiosos do assunto, envolve uma disputa econômico-política entre a Grécia e Tróia, para ver quem detinha o controle do comércio do Mar Negro, conseqüentemente, quem controlava o Estreito de Dardanelos. Possivelmente, houve uma união entre os aqueus, de Micenas (grande parceira comercial de manufaturas com os troianos), e os jônios, de Atenas (Grécia central), contra os troianos. Tróia tinha uma ampla atividade comercial com a Anatólia central, as Cíclades, a Sicília, as ilhas do Mar Egeu, entre outras regiões. Os gregos não gostavam do modo superior como os troianos os tratavam, principalmente quando tinham que ficar ancorados no porto de Tróia e fazer a travessia a pé, até chegarem às cidades do Mar Negro. Os gregos ficavam subordinados aos troianos, tinham que pagar a estada e as refeições, e quando voltavam, muitas

¹² Já que Páris havia elegido Afrodite como a mais bela das deusas, ela prometeu que ele se casaria com a mais bela das mulheres mortais.

¹³ A mitologia nos mostra que antes dos gregos exigirem o que era seu, os troianos já o estavam fazendo.

vezes encontravam seus barcos pilhados. Isso ocorria porque o vento nos Dardanelos, soprava de leste para oeste, como os barcos ainda não tinham quilha¹⁴, não era possível ir contra o vento. Então, a guerra teria ocorrido quando os gregos se revoltaram e não aceitaram mais a submissão troiana, que interferia nas suas atividades comerciais.

Ainda no campo da historiografia, temos que ressaltar que ocorreram atritos entre os troianos, os gregos, os egípcios e os hititas, também devido a questões econômicas e políticas¹⁵. A medida que o Império Hitita¹⁶ ia se expandindo, ia provocando desavenças com outros povos (já que tinha a pretensão de conquistar toda a Anatólia). Os hititas já haviam se chocado com os egípcios, no final do séc. XIV a.C.¹⁷, e provavelmente Tróia se uniu a outras vinte cidades da Anatólia¹⁸ para tentar deter o avanço dos hititas e dos gregos (que eram os dois povos mais poderosos da época), impedindo que eles "(...) dominassem o estreito de Dardanelos e com ele a passagem do âmbar, que descia pelos rios russos até o Mediterrâneo e, do estanho, que provinha do Afeganistão e era indispensável para a fundição do bronze"¹⁹. Em meados do séc. XII a.C., o Império Hitita chegou ao seu declínio e na mesma época, os troianos foram derrotados pelos gregos. Será que houve alguma ligação entre estes dois acontecimentos?. Provavelmente que sim, porque há indícios de que os hititas ajudaram aos troianos quando esses estavam guerreando com os gregos²⁰.

¹⁴ Peça estrutural básica do casco de uma embarcação.

¹⁵ A ODISSÉIA de Homero. *Tudo* - o livro do conhecimento. p. 96.

¹⁶ Os Hititas eram formados por uma população heterogênea e a sede do Império era a região da Capadócia (leste da Ásia Menor). A tribo dos Hatti foi a primeira a se estabelecer na região (≅ 3000 a. C.), mas logo outras tribos e grupos a invadiram e juntos formaram o Império Hitita.

¹⁷ DIAKOV, V., KOVALEV, S. *A História da antigüidade*. p. 243. Os egípcios, sob o comando de Ramsés II, estavam brigando com os hititas pela posse da Síria.

¹⁸ A ODISSÉIA de Homero., op. cit., p. 96.

¹⁹ GIUDICE, Claudia. A redescoberta de Tróia. *Os caminhos da Terra*. maio/1996, p.27. Sugestão dada por Eberhard Zangger, especialista em cultura clássica e um dos decifreadores da correspondência hitita.

²⁰ DIAKOV, V., KOVALEV, S., op. cit., p. 244.

B - O “cavalo de Tróia”

Sobre o *cavalo de Tróia*, há várias especulações, especialmente quanto ao material de que foi feito, o porquê da confiança em não inspecioná-lo atentamente e quanto a sua real existência. Porém, é preciso citar algumas intempéries que acometiam Tróia para que as versões sobre o dito cavalo sejam melhor compreendidas. A região onde se localizava Tróia era uma região de “choques de placas”: a placa africana com a euro-asiática, logo era um local de constantes terremotos. Os incêndios também ocorriam com frequência em Tróia.

1 - De que material foi feito o cavalo?

Como os terremotos eram quase que constantes, as populações das redondezas costumavam ajudar uns aos outros nas épocas difíceis. Era um costume prestar socorro a uma região atingida por alguma calamidade, as populações vizinhas e aliadas traziam alimentos e roupas e ainda ajudavam na reconstrução do que havia sido destruído. Por isso, uma das hipóteses diferentes sobre a construção do *cavalo*, é de que era de madeira, mas revestido com trigo, frutas desidratadas e cabaças; onde um único soldado²¹ ficou escondido na barriga do *cavalo* - que só foi revistado nas patas, na cara e no rabo. Os troianos fizeram uma rápida inspeção, pois a ajuda era comum. Quando anoiteceu, após todos terem comido e adormecido, o soldado saiu, recolheu várias armas e abriu o portão para que seus amigos gregos entrassem e fizessem “a festa”²².

2 - O cavalo realmente existiu?

Dentre as muitas versões sobre a existência do cavalo, temos a tradicional (mitológica) e algumas inovadoras, como a do professor Franz Stephan.

²¹ Na versão de Homero, vários homens do exército grego esconderam-se na barriga do cavalo.

²² ZETA Talk: Trojan War. Internet.

Na mitologia, é assim descrita a idealização e a construção do cavalo:

“Após longos instantes de prece [à deusa Atena] e meditação, uma luz nova inunda-lhe a alma. E Ulisses traça o plano grandioso que propiciaria aos gregos a conquista de Tróia.

Sob suas ordens, os soldados começaram a erigir um grande cavalo, talhado com madeira das árvores mais fortes. Enquanto uns recolhem a matéria-prima da floresta, outros elaboram a gigantesca estrutura sobre a qual será esculpido o animal.

No interior oco da estátua há lugar para dezenas de homens, e a parte exterior assemelha-se às obras dos grandes artistas.

Pronto o engenho, os mais valentes guerreiros escondem-se no bojo espaçoso, enquanto os outros embarcam nos navios. Na praia, só fica o jovem Sinon, que deverá entregar a obra aos troianos, dizendo-lhes tratar-se de um presente para a deusa Atena.”²³

Já o professor e arqueólogo alemão, Franz Stephan, chega a suposição interessante de que os gregos, aproveitando-se de um momento de fragilidade dos troianos (os terremotos), teriam preparado um de seus barcos mercantes, deixado no porto de Tróia junto com os outros, mas dentro dele havia uma tropa de elite, e quando ninguém esperava, a tropa saiu do barco e fez uma bem sucedida emboscada²⁴. Nessa suposição, o cavalo não é visto como algo concreto, mas sim como um símbolo.

C - Houve ou não a guerra de Tróia?

A última questão é a mais complicada, pois existem várias opiniões a seu respeito. Para que se tenha a resposta definitiva a essa questão,

²³ LEFEVRE, Silvia. *Ulisses. Mitologia*. v. 3, p.666-667.

²⁴ A GUERRA sem fim. *Superinteressante*, jan. 1987, p. 57-58.

é preciso que todos os estudos de lingüística sejam realizados conjuntamente com as escavações arqueológicas.

1 - Aspectos arqueológicos:

Sobre a ocupação inicial de Tróia²⁵, os primeiros habitantes construíram suas casas em Kum Tepe, mas como o terreno era aberto a inundações, mudaram-se para uma parte mais alta (em Kum Tepe não foram encontrados vestígios de metais). A História de Tróia começa \cong no ano 3000a.C., na Idade do Bronze Antiga, e só termina em \cong 1100a.C. (quando os habitantes de Tróia VIIIb2 foram acometidos de saque, captura e incêndio, provavelmente, e os seus sobreviventes abandonaram a região e foram mais para o interior, Balli Dagh). Em \cong 700a.C., funda-se Tróia VIII (Colônia grega), e Tróia IX ou Novo Ílion vai ser fundada pelos romanos em \cong 85a.C. e vai durar até \cong 500d.C.. Pelas escavações arqueológicas, temos Tróia I, II, III, IV e V sem nenhuma quebra de cultura; a partir de Tróia VI (Idade do Bronze Média) há uma mudança brusca nos aspectos culturais e arquitetônicos, e ela é a que vai apresentar a maior quantidade de estratos sucessivos - oito (a,b,c,d,e,f,g,h) - e é nessa Tróia que se encontra o primeiro e único cemitério da "Tróia pré-clássica"²⁶. Também se têm mudanças da Tróia VI para a Tróia VII (há uma hipótese de que tanto a Tróia VI quanto a Tróia VII tenham sido formadas por uma nova população migrante). A Tróia VII é a mais provável de ter sido a Tróia de Príamo; a da guerra.

Com relação à divisão estratigráfica das camadas de Tróia, a que Schliemann elaborou foi respeitada, mas foi corrigida por W. Dörpfeld e depois pela expedição de Cincinnati²⁷. Atualmente, o professor Manfred Körfmann questiona as escavações em Tróia VI (para ele, ainda estão insuficientes para que se possa afirmar que foi a Tróia VIIa a da guerra,

²⁵ BLEGEN, Carl W. *Tróia e os troianos*. passim.

²⁶ A Tróia considerada clássica é a Tróia VII (\cong 1300 - 1100 a C.).

²⁷ Um exemplo foi a alteração com relação a Tróia VII. Dörpfeld já a havia dividido em VIII1 e VIII2, mas a expedição de Cincinnati alterou os termos para VIIa e VIIb; onde a VIIa só possui um estrato e a VIIb é subdividida em VIIb1 e VIIb2.

como Carl Blegen afirmou, já corrigindo um erro de Dörpfeld, que afirmava que a Tróia da guerra e de Príamo era a Tróia VI²⁸). Através das escavações, Körffmann achou um selo de bronze com inscrições. Ele comprovou que este selo era um símbolo hitita, usado somente, pelo que parece, pelos nobres.

2 - Aspectos de lingüística:

Os hieróglifos do selo encontrado não estão em Linear B, e sim em uma língua hitita, o *luvita*. O *luvita* era uma língua indo-germânica, proveniente dos hitita-luvitas²⁹, que era falada em toda a Anatólia (≅ no ano 2000 a.C.), mas era usada apenas nas referências à religião e às festas religiosas. Em um minucioso estudo do selo, feito pelo professor David Hawkins, de Londres, foram encontrados, dentre os hieróglifos, dois nomes. Numa das extremidade havia um nome de mulher, na outra, o de um homem. Por baixo do nome do homem estava escrita a sua profissão, **escritor**. Esse selo veio desmistificar a afirmação que os troianos não tinham escrita. Eles talvez escrevessem em tabuinhas de madeira, como os hitita-luvitas, que foram queimadas durante os vários incêndios pelos quais Tróia passou. A união entre troianos e hititas foi muito forte durante um certo período. Há dois documentos que ajudam a assegurar essa afirmação: o primeiro é um tratado entre o rei de *Wilusa* (provavelmente Alaksandus) e um rei hitita (Muwatallis), ocorrido entre 1296-1275 a.C.; o segundo trata da aparição do nome *Wilusa* em um documento do rei Tudhalias I (1410-1140 a.C.), em tabuinhas de cerâmica³⁰. Mas o que significa *Wilusa*?. Em 1985, o lingüista da Universidade de Harvard, Calvert Watkins, traduziu um fragmento de texto que dizia: "... quando vinham os alcantilados³¹ de *Wilusa* ..."; o nome *Wilusa* era

²⁸ Schliemann afirmava que a Tróia da guerra tinha sido a Tróia II, pois ele só havia descoberto sete das nove "Tróias".

²⁹ Os Luvitas eram um grupo de cavaleiros arianos, que chegaram a região da Capadócia, em ≅ 2000a.C. e se auto-denominaram Hititas.

³⁰ DE TROJAANSE oorlog had toch plaats. *De Standaard*. Internet, nov. 1995, p.2.

³¹ Rochas escarpadas.

conhecido em grego antigo por *Wilios*, que nos lembra **Ílio**³². Wilusa era o termo hitita-luvita para se denominar Tróia. O fragmento que C. Watkins traduziu fazia referência a uma guerra ocorrida em Tróia, e ele afirmou que estava escrito em uma extinta língua do tronco hitita, na Turquia oriental.

Com base em alguns textos consultados e principalmente no trabalho do professor Körfmann, percebemos que a maioria dos estudiosos dessa questão aponta para a real ocorrência da guerra de Tróia; apenas Moses Finley³³ e alguns discípulos dele³⁴ são contrários à guerra.

CONCLUSÃO

Os aspectos culturais e sociais são importantes para que entendamos a mentalidade dos troianos. Eles tinham o costume de jogar fora de suas casas todos os tipos de detritos até formarem uma grande pilha de lixo, a qual eles aplainavam e cobriam com uma nova camada de terra - daí a cidade "crescer" na vertical³⁵. Os troianos comiam uma diversidade de carnes (vaca, carneiro, çabrito, porco, golfinho e tartaruga), aves e mariscos - em Tróia III apareceu a carne de veado, que só teve seu consumo reduzido, em Tróia V -; também comiam feijão, lentilha, vicia³⁶ e trigo. Já trabalhavam a lã, teciam, eram bons na olaria e na ourivesaria. O comércio dos troianos era um dos maiores de toda a Idade do Bronze. Os troianos faziam a cremação dos mortos, talvez apenas os recém-nascidos que morriam é que eram enterrados dentro das casas. As residências, no princípio, eram grandes cômodos retangulares, sem divisões (sempre havia um fogão, no centro, e uma espécie de lareira, na entrada; as pessoas sentavam em tapetes ou peles). Com o passar do tempo, elas foram adquirindo um padrão de uma sala principal com três cômodos separados, com um forno com uma cúpula, do lado de fora, ou em um pátio descoberto (durante Tróia II, começaram a ser construídos os

³² Homero, na *Iliada*, chamava Tróia de Ílio.

³³ FINLEY, Moses I. *Aspectos da antigüidade*. p. 29-43.

³⁴ SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. *A guerra na Grécia antiga*. p. 21-23.

³⁵ Por causa desse costume, o que era uma pequena elevação rochosa, atualmente é uma colina.

³⁶ Leguminosa.

“megaron”³⁷; as residências eram um pouco mais confortáveis). Todas as casas, principalmente as paredes, eram feitas com uma base de pedra e erguidas com tijolos por encaixe – em Tróia III foi usada a argamassa como revestimento das paredes. Em Tróia IV houve uma tendência de se construir grandes habitações, mas sem luxo. Sabe-se que a Tróia II foi a mais imponente e mais rica das Tróias, a Tróia IV foi a que teve maior variação de alimentos; que a Tróia VII foi a mais “pobre” de todas, com uma grande população e os espaços das casas superaproveitados - daí o grande número de “pithoi”³⁸ enterrados no chão das casas e que funcionavam como armazéns de comida e bebida, na Tróia V (≅ 1900-1800a.C.) que se produziu e se utilizou largamente o bronze, em Tróia, e que os cavalos apareceram pela primeira vez, em Tróia, na Tróia VI.

O trabalho do professor Körfmann ainda não está de todo concluído, por isso alguns dados podem ser alterados, como as datações e algumas convenções que foram feitas – como afirmar que a Tróia de Príamo foi a Tróia VII, por exemplo.

De acordo com as várias versões sobre a guerra de Tróia, fica um pouco mais esclarecida a da real ocorrência da guerra, com a figura de Hesíone (na mitologia) e com a disputa comercial entre Tróia e Grécia, pelo controle do Estreito de Dardanelos (historiograficamente); sem falar na questão dos hititas. Elas mostram que o clima amistoso entre regiões de países diferentes, pode se agravar quando questões familiares, financeiras e políticas entram em jogo (algo corriqueiro em toda a História da humanidade). Apesar de ainda não haver um consenso sobre a real existência do cavalo e dentre as várias especulações, a versão apresentada pelo Prof. Franz Stephan foi uma das que mais nos convenceu.

Desse novo ângulo que nós tomamos, confirmamos que realmente houve a guerra de Tróia, e que o cavalo, visto como um símbolo e não como algo concreto, é um pensamento oportuno, pois faz-nos especular sobre se o cavalo era um animal sagrado para os troianos.

BIBLIOGRAFIA

³⁷ Casas sobrepostas umas às outras (como nossos apartamentos).

³⁸ Vasos de cerâmica muito grandes e com bocas largas.

- A GUERRA sem fim. **Superinteressante**. São Paulo, ano 1, n.1, p.52-58, jan. 1987.
- GIUDICE, Claudia. A redescoberta de Tróia. **Os Caminhos da Terra**. São Paulo, ano 5, n.49, p.22-29, maio 1996.
- BLEGEN, Carl W. **Tróia e os troianos**. São Paulo: Verbo, 1971.
- DE TROJAANSE oorlog had toch plaats. **De Standaard**. Internet, 10 nov. 1995. p.1-4.
- DIAKOV, V., KOVALEV, S. **História da antigüidade: a sociedade primitiva /o oriente**. 2.ed. Lisboa: Estampa, 1976. cap. 14, p. 235-247: O império hitita.
- FINLEY, Moses I. **Aspectos da antigüidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1991. cap. 2, p.29-43: Perdida a guerra de Tróia.
- LEFEVRE, Silvia. Ulisses. In: Victor Civita (Editor). **Mitologia**, São Paulo, v. 3, cap. 41, p. 657-672, 1973.
- SCHLIEMANN, Heinrich. **Ítaca, o Peloponeso e Tróia**. São Paulo: Ars Poetica, 1992.
- SCHWAB, Gustav. **As mais belas histórias da antigüidade clássica: os mitos da Grécia e de Roma**. São Paulo: Paz e Terra, 1995. v.2: Os mitos de Tróia.
- SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. **A guerra na Grécia antiga**. São Paulo: Ática, 1988. cap.2, p.21-37: Dos heróis aos hoplitas.
- TUDO: o livro do conhecimento. São Paulo: Três, 1996. p.94-98: A odisséia de Homero.
- VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- ZETA Talk: Trojan War. Internet. <http://www.netis.com/zetatalc/m05.htm>.

NORMAS EDITORIAIS

ENTREGA DO ORIGINAL

1. O Caderno de História, revista semestral editada pela UFRN-CCHLA-Departamento de História, é impressa nas dimensões do presente volume e aceita para publicação trabalhos relativos a temas históricos.
2. O original e duas cópias, sendo uma em disquete, do artigo submetido para publicação, deverão ser enviados à Comissão de Editoração do Departamento de História (UFRN. CCHLA. Departamento de História. Comissão Editorial. Campus Universitário, s/n, Lagoa Nova. CEP 59072-970. Natal-RN).
3. Os artigos deverão ser inéditos, preferencialmente em português.
4. A análise para aceitação e publicação dos artigos será a cargo da Comissão Editorial, que verificará aspectos ligados a conteúdo, forma e pertinência do tema abordado. Os artigos que não obedecerem aos critérios estabelecidos pelas normas editoriais, serão remetidos ao autor para as providências cabíveis.

TEXTO

5. O original deve ser digitado no Editor de Texto Word for Windows 6.0 com letra times new roman tamanho 10, com páginas numeradas.
6. A primeira página deve conter: a) título do trabalho em letras maiúsculas; b) autoria por extenso, na ordem direta, prenome e sobrenome, em letras maiúsculas, vínculo institucional (instituição e departamento), endereço e telefone para contato; c) indicação da entidade patrocinadora da pesquisa ou trabalho.
7. A partir da terceira página iniciar o texto, partindo da introdução até à conclusão.
8. As citações bibliográficas deverão ser indicadas no rodapé, através do sistema numérico, segundo a NB-896 (1990).
9. A bibliografia final do texto deve listar todas as citações mencionadas. Deve ser organizada em ordem alfabética de sobrenome de autor e redigida segundo a norma brasileira da ABNT, NB-66, 1989, registrada no INMETRO como NBR-6023, 1990.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
OFICINAS GRÁFICAS DA EDUFRN -
Editora da UFRN EM FEVEREIRO DE 1998 .

050

Reg: 4572/

n.1-2/v.3